

Ano Nova

FOLHA

DE

S. PAULO

FSP - Quinta-feira, 21 de março 1985

Livro de Boff é criticado pelo Vaticano

A Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé do Vaticano (ex-Santo Ofício) criticou duramente o livro "Igreja, Carisma e Poder", do teólogo brasileiro Leonardo Boff, 46, um dos principais porta-vozes da Teologia da Libertação. O documento foi aprovado pelo papa João Paulo 2º.

Segundo o cardeal Joseph Ratzinger, prefeito da Congregação, Boff subverte "a estrutura da Igreja e o exercício do poder sagrado".

Em Petrópolis (RJ), Boff distribuiu uma nota afirmando que "acata" as observações feitas pela Santa Sé, e destaca que suas posições não foram qualificadas de heréticas.

Vaticano acusa Boff de ameaçar fé

Larry Moras



O fr. Leonardo Boff

A Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé criticou duramente ontem no Vaticano, mediante carta aprovada pelo papa João Paulo 2º, o livro "Igreja, Carisma e Poder" do teólogo brasileiro Leonardo Boff, 46, afirmando que suas idéias são "insustentáveis" e "colocam em perigo a própria doutrina da fé, que esta mesma Congregação tem o dever de promover e tutelar".

Segundo o cardeal Joseph Ratzinger, prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé (ex-Santo Ofício), que formulou as acusações contra Boff — um dos principais teóricos da Teologia da Libertação —, o livro do teólogo franciscano subverte "a estrutura da Igreja, a concepção do dogma, o exercício do poder sagrado e o profetismo".

De Roma, James Anhanguera conta que, na introdução às "notificações" aos fiéis, o cardeal Ratzinger diz que Boff está sendo vítima dele mesmo por ter "tomado a iniciativa" de enviar ao ex-Santo Ofício a 11 de fevereiro de 1982 a sua resposta à Comissão Arquidiocesana para a Doutrina da Fé do Rio de Janeiro, quando esta criticou o seu livro. Com isto o Vaticano quer dizer, através da mão de Ratzinger, que foi Leonardo Boff quem iniciou o processo que agora entra em nova fase.

O documento agora divulgado refere-se ao "conteúdo doutrinário" daquela carta e insinua que no relatório de defesa de suas teses, de 50 páginas datilografadas, e durante o colóquio que manteve com Ratzinger em setembro o teólogo não manifestou progressos em relação às teses defendidas em seu livro.

Neutralizar o marxismo

A decisão papal de permitir uma crítica aberta a Leonardo Boff foi vista no Vaticano como um esforço do Pontífice para neutralizar setores do clero que apóiam a Teologia da

Libertação e defendem a utilização do marxismo como instrumento para analisar problemas sociais e, inclusive, a própria fé.

"Não se pode empobrecer a realidade dos sacramentos e da palavra de Deus reduzindo-a ao esquema 'produção-consumo' e a um simples fenômeno sociológico", declarou a Congregação, acrescentando que "os sacramentos são dons de Deus e não são produzidos por ninguém".

O Vaticano rechaçou energicamente as afirmações de Boff de que a hierarquia da Igreja Católica "expropriou" o povo de Deus dos "meios de produção religiosos, dito de outro modo, de seu poder de decisão no domínio da fé". Acusou-o também de "desnaturalizar completamente as diretrizes do Concílio Vaticano para o respeito da estrutura da Igreja Católica, quando afirma que "a única Igreja de Cristo pode existir ainda nas outras igrejas cristãs". A Santa Sé também se opôs à idéia de que "o dogma é valido somente para uma época e em circunstâncias determinadas".

Para o teólogo brasileiro, diz o documento, o autêntico ensinamento da Igreja Católica sobre o dogma "elemento doutrinário considerado indiscutível — leva a uma "atitude de repressão da liberdade de pensamento", opinião que o Vaticano também rechaçou duramente.

Luta de classes

O documento da Congregação para a Doutrina da Fé, de onze páginas, foi aprovado pelo Papa e assinado no último dia 11 pelo cardeal Ratzinger. No dia 3 de setembro do ano passado, Ratzinger, também com apoio do Papa, atacou através de uma instrução a Teologia da Libertação, por utilizar conceitos marxistas como "luta de classes" e encorajar o ativismo político de sacerdotes e freiras no Terceiro Mundo.

“Opções analisadas põem em perigo a sã doutrina da fé”

ter sofrido esta expropriação, o poder sagrado teria também sido gravemente deformado, vindo a cair deste modo nos mesmos defeitos do poder profano em termos de dominação, centralização, triunfalismo (cf. pp. 96, 98, 91 ss.). Para remediar estas inconveniências, propõe-se um novo modelo de Igreja, no qual o poder seria concebido sem privilégios teológicos, como puro serviço articulado de acordo com as necessidades da comunidade (cf. pp. 207, 108).

“Não se pode empobrecer a realidade dos sacramentos e da palavra de Deus enquadrando-a no esquema da ‘produção e consumo’, reduzindo desde modo a comunhão da fé a um mero fenómeno sociológico. Os sacramentos são dom de Deus. Ninguém os ‘produz’. Todos recebem por eles a graça de Deus, os sinais do eterno amor. Tudo está além de toda produção, além de todo fazer e fabricar humano.

“A única medida que corresponde à grandeza do dom é a máxima fidelidade à vontade do Senhor, de acordo com a qual todos seríamos julgados — sacerdotes e leigos — sendo todos ‘servos inúteis’ (Lc 17, 10). Existe sempre o perigo de abusos; põe-se sempre o problema de como garantir o acesso de todos os fiéis à plena participação na vida da Igreja. Na sua fé, isto é, na vida do Senhor. Mas interpretar a realidade dos sacramentos, da hierarquia, da palavra e de toda a vida da Igreja em termos de produção e de consumo, de monopólio, expropriação, conflito com o bíblico, assimétrico de produção, equivale a subverter a realidade religiosa. Ao contrário de ajudar, a solução dos verdadeiros problemas, este procedimento leva, antes, à destruição do sentido autêntico dos sacramentos e da palavra da fé.

“O profetismo na Igreja”
 “O livro ‘Igreja: Carisma e Poder’, denunciou a hierarquia e as instituições da Igreja (cf. pp. 65-66, 88, 239-240). Como explicação e justificação para semelhante atitude reivindicada o papel dos carismas e, em particular, do profetismo (cp. pp. 237-240, 246, 247). A hierarquia teria a simples função de ‘coordenar’, de ‘propiciar a unidade, a harmonia entre os vários serviços’, de ‘manter a circularidade e impedir as divisões e sobreposições’, descartando pois desta função ‘a subordinação imediata de todo aos hierarcas’ (cf. p. 248).

“Não há dúvida de que todo o povo de Deus participa dos mistérios proféticos de Cristo (cf. LG 12); Cristo cumpre o seu mistério profético não só por meio da hierarquia, mas também por meio dos seus leigos (cf. ib. 35). Mas é igualmente claro que a denúncia profética na Igreja, para ser legítima, deve permanecer sempre a serviço, para a edificação da própria Igreja. Esta não só deve aceitar a hierarquia e as instituições, mas deve também colaborar positivamente para a consolidação da sua comunhão interna; além disso, pertence à hierarquia o critério supremo para julgar não só o exercício bem orientado da denúncia profética, como também a sua autenticidade (cf. LG 12).

“Conclusão”
 “Ao tornar público o que acima ficou exposto, a Congregação sente-se na obrigação de declarar, outrossim, que as opções aqui analisadas de Frei Leonardo Boff são de tal natureza que põem em perigo a sã doutrina da fé, que esta mesma Congregação tem o dever de promover e tutelar.”
 “O Sumo Pontífice João Paulo II, no decurso de uma audiência concedida ao Cardeal Prefeito que subscreve este documento, aprovou a presente Notificação, deliberada em reunião ordinária da Congregação para a Doutrina da Fé, e ordenou que a mesma fosse publicada.”
 Roma, Sede da Congregação para a Doutrina da Fé, 11 de Março de 1985.

Joseph Card. Ratzinger - Prefeito
 Alberto Bovone - Arcebispo tit.
 de Caserta de Numidia - Secretário

profundo desentendimento daquilo que Deus no católica professa a respeito da Igreja de Deus no mundo.

“Dogma e revelação”
 “A mesma lógica relativizante encontra-se na concepção da doutrina e do dogma expressa por L. Boff. O autor critica, de modo muito severo, ‘a compreensão doutrinária da revelação’ (p. 73). É verdade que L. Boff distingue entre dogmático e dogma (cf. p. 139), admitindo o segundo e rejeitando o primeiro. Todavia, segundo ele, o dogma, na sua formulação, é válido somente ‘para um determinado tempo e circunstâncias’ (pp. 127-128). ‘Num segundo momento do mesmo processo dialéctico o texto deve poder ser ultrapassado para dar lugar a outro texto do boje da fé’ (p. 128). O relativismo que resulta de semelhantes afirmações torna-se explícito quando L. Boff fala de posições doutrinais contraditórias entre si, contidas no Novo Testamento (cf. p. 128). Consequentemente, ‘a atitude verdadeiramente católica’ seria de ‘estar fundamentalmente aberto a todas as direções’ (p. 128). Na perspectiva de L. Boff a autêntica concepção católica do dogma cai sob o veredicto do ‘dogmatismo’: ‘Enquanto perdurar este tipo de compreensão dogmática e doutrinar da revelação e da salvação de Jesus Cristo deve-se-á contar irremediavelmente com a repressão da liberdade de pensamento divergente dentro da Igreja’ (pp. 74-75).

“A este propósito convém ressaltar que o contrário do relativismo não é o verbalismo ou imobilismo. O conteúdo último da revelação é próprio Deus, Pai, Filho e Espírito Santo, que nos convida à comunhão com Ele; todas as palavras referem-se à Palavra, ou — como diz São João da Cruz: ‘... a su Hijo... todo nos habló junto y de una vez en esta sola Palabra y no tiene más que hablar’ (Subida del Monte Carmelo, II, 22, 3). Mas nas palavras, sempre analógicas e limitadas, da Escritura e da fé autêntica da Igreja, baseada na verdade acerca de Deus e acerca do homem. A constante necessidade de interpretar a linguagem do passado, longe de sacrificar esta verdade, torna-se, antes, acessível e desenvolve a riqueza dos textos autênticos.

“Avançando, guiada (Jo 14, 16), a Igreja, que ensina e que crê, está convencida de que a verdade expressa pelas palavras da fé não só não oprime o homem, mas o libera (Jo 8, 22) e é o único instrumento de verdadeira comunhão entre os homens de diversas classes e opiniões, enquanto uma concepção dialéctica e relativizante o expõe a um decisionismo arbitrário.

“No passado, esta Congregação teve ocasião de mostrar que o sentido das fórmulas dogmáticas permanece sempre verdadeiro e coerente, determinado e irrefornável, embora possa ser ulteriormente esclarecido e melhor compreendido (cf. Mysterium Ecclesiae, n. 5: AAS LXV (1973), pp. 403-404).

“Para continuar na sua função de sal da terra, que nunca perde o seu sabor, o ‘deposítum fidei’ deve ser fielmente conservado na sua pureza, sem deslizar o sentido de um processo dialéctico da história e em direção ao primado da práxis.

“O exercício do poder sagrado”
 “Uma ‘grave patologia’ de que, segundo L. Boff, a ‘Igreja romana deveria livrar-se, é provocada pelo exercício hegemónico do poder sagrado que, além de torná-la uma sociedade assimétrica, teria também sido deformado em si mesmo.”

“Quando por certo que o exco organizador de uma sociedade coincide com o modo específico de produção que lhe é próprio, e aplicando este princípio à Igreja, L. Boff afirma que houve um processo histórico de expropriação dos meios de produção religiosa por parte do clero em prejuizo do povo cristão que, em consequência, teria sido privado de sua capacidade de decidir, de ensinar etc. (cf. pp. 75, 215 ss., 238-239). Além disso, após

discurso teológico não pode jamais contentar-se em apenas interpretar e animar a realidade de uma Igreja particular, mas deve, ao contrário, procurar aprofundar os conteúdos do depósito sagrado da palavra de Deus, depósito confiado à Igreja e autenticamente interpretado pelo Magistério. A práxis e as experiências que sempre têm origem numa determinada e limitada situação histórica, ajudam o teólogo e obrigam a tornar o Evangelho acessível ao seu tempo. A práxis, contudo, não substitui, nem produz a verdade, mas está a serviço da verdade, que nos foi entregue pelo Senhor. O teólogo é, pois, chamado a decifrar a linguagem das diversas situações — os sinais dos tempos — e a abrir esta linguagem à inteligibilidade da fé (cf. Redemptor hominis, n. 19).

“Examinadas à luz dos critérios de um autêntico método teológico — aqui apenas brevemente assinalados — certas opções do livro de L. Boff manifestaram-se insustentáveis. Sem pretender analisá-las todas, colocam-se em evidência apenas as opções eclesiológicas que parecem decisivas, ou seja: a estrutura da Igreja, a concepção do dogma, o exercício do poder sagrado e o profetismo.

“A estrutura da Igreja”
 “L. Boff coloca-se, segundo as suas próprias palavras, dentro de uma orientação, na qual se afirma ‘que a Igreja como instituição não estava nas cogitações de Jesus histórico, mas que ela surgiu como evolução posterior à ressurreição, particularmente com o processo progressivo de desecologização’ (p. 123). Consequentemente, a hierarquia é para ele ‘um resultado’ da ‘fôrrea necessidade de se institucionalizar’, ‘uma mundanização’, no ‘estilo romano e feudal’ (p. 71). Daí deriva a necessidade de uma ‘mutação permanente da Igreja’ (p. 109); hoje deve emergir uma ‘Igreja nova’ (p. 107, passim), que será ‘uma nova encarnação das instituições eclesiais na sociedade, cujo poder será pura função de serviço’ (p. 108).

“Na lógica destas afirmações explica-se também a sua interpretação acerca das relações entre catolicismo e protestantismo: ‘Parece-nos que o cristianismo (catolicismo) se distingue por afirmar corajosamente a identidade sacramental e o cristianismo protestante por uma afirmação destemida da não-identidade’ (p. 132; cf. pp. 126 ss.; 140).

“Dentro desta visão, ambas as concepções constituíram mediações incompletas, pertencentes a um processo dialéctico de afirmação e de negação. Nesta dialéctica ‘se mostra o que seja o cristianismo. Que é o cristianismo? Não sabemos. Somente sabemos aquilo que se mostrar no processo histórico’ (p. 131).

“Para justificar esta concepção relativamente da Igreja — que se encontra na base das críticas radicais dirigidas contra a estrutura hierárquica da Igreja católica — L. Boff apela para a Constituição Lumen gentium (n. 8) do Concílio Vaticano II. Da famosa expressão do Concílio ‘Haec Ecclesia (sc. unica Christi Ecclesia)... subsistit in Ecclesia catholica’, ele extrai uma tese exatamente contrária à signficativa autêntica do texto conciliar, quando afirma: de fato, ‘esta (isto é, a única Igreja de Cristo) pode subsistir também em outras Igrejas cristãs’ (p. 125). O Concílio tinha, porém, recolhido a palavra ‘subsistit’ exatamente para esclarecer que há uma única ‘subsistência’ da verdadeira Igreja, enquanto fora de sua estrutura visível existiam somente ‘elementa Ecclesiae’, que — por serem elementos da mesma Igreja — tendem e conduzem em direção à Igreja católica (LG 8). O Decreto sobre o ecumenismo exprime a mesma doutrina (UR 24) que foi novamente reafirmada pela Declaração ‘Mysterium Ecclesiae, n. 1 (AAS LXV (1973), pp. 396-398).

“A subversão do significado do texto conciliar sobre a subsistência da Igreja está na base do relativismo eclesiológico de L. Boff, supra delineado, no qual se desenvolve e se explicita um

Esta é a íntegra da notificação do Vaticano sobre o caso Boff.

“Notificação sobre o livro ‘Igreja: Carisma e Poder’ — ensaios de eclesiológica militante’ de Frei L. e O. B. O. B. O. F. M. — ‘Introdução’.

“No dia 12 de fevereiro de 1982, Frei Leonardo Boff, OFM, tornou a iniciar a Fé a resposta à Congregação para a Doutrina da Fé a respeito que deu à Comissão arquiocesana para a Doutrina da Fé do Rio de Janeiro, que criticara o seu livro ‘Igreja: Carisma e Poder’. Declarava que aquela crítica continha graves erros de leitura e de interpretação.

“A Congregação, após ter estudado o livro nos seus aspectos doutrinais e pastorais, expôs ao autor, numa carta de 15 de maio de 1984, algumas reservas, convidando-o a aceitá-las e oferecendo-lhe, ao mesmo tempo, a possibilidade de um diálogo de esclarecimento. Tendo porém em vista a repercussão que o livro estava tendo entre os fiéis, a Congregação informou L. Boff de que, em qualquer hipótese, a carta seria publicada, levando eventualmente em consideração a possibilidade de que ele viesse a tomar por ocasião do diálogo.

“No dia 7 de setembro de 1984, L. Boff foi recebido pelo Cardeal Prefeito da Congregação, acompanhado pelo Mons. Jorge Mejía, na qualidade de Secretário. Foram objeto do diálogo alguns problemas eclesiológicos surgidos da leitura do livro ‘Igreja: Carisma e Poder’ e assinalados na carta de 15 de maio de 1984. A conversa, que se desenvolveu num clima fraterno, proporcionou ao autor ocasião de expor seus esclarecimentos pessoais, que ele quis também entregar por escrito. Tudo isto foi explicado num comunicado final publicado e redigido de comum acordo com L. Boff. Concluído o diálogo, foram recebidos pelo Cardeal Prefeito, em outra sala, os Embaixadadores Cardeais Aloísio Lorscheider e Paulo Evaristo Aguiar, que se encontravam em Roma para esta oportunidade.

“A Congregação examinou, seguindo a praxe que lhe é própria, os esclarecimentos orais e escritos fornecidos por L. Boff e, embora tomando nota das boas intenções e das repetidas declarações de fidelidade à Igreja e ao Magistério por ele expressas, sentiu-se contudo no dever de salientar que as reservas levantadas acerca do conteúdo do livro e assinaladas na carta, não poderiam, na sua substância, considerarem-se superadas. Julga pois necessário, assim como estava previsto, agora publicar, nas suas partes essenciais, o conteúdo doutrinal da mencionada carta.

“Premissa Doutrinal”
 “A eclesiológica do livro ‘Igreja: Carisma e Poder’ propõe-se ir ao encontro dos problemas da América Latina e, em particular do Brasil, com uma coletânea de estudos e perspectivas (cf. p. 13). Tal intenção exige, de um lado, uma atenção séria e aprofundada às situações concretas, às quais o livro se refere e, por outro lado, — para realmente corresponder ao seu objetivo — a preocupação de inserir-se na grande tarefa da Igreja universal, no sentido de interpretar, desenvolver e aplicar, sob a inspiração do Espírito Santo, a herança comum do único Evangelho, entregue, uma vez para sempre, pelo Senhor à nossa fidelidade. Desde modo a única fé do Evangelho cria e edifica, ao longo dos séculos, a Igreja católica, que permanece uma na diversidade dos tempos e na diferença das situações próprias às múltiplas Igrejas particulares. A Igreja universal realiza-se e vive nas Igrejas particulares e estas são Igreja exatamente enquanto continuam a ser, num determinado tempo e lugar, expressão e atualização da Igreja universal. Desde modo, com o crescimento e o progresso das Igrejas particulares cresce e progride a Igreja universal; ao passo que, debilitando-se a unidade, diminui e decalifica também a Igreja particular. Por isso o verdadeiro

Para presidente da CNBB, "Roma falou, está falado"

Das sucursais, correspondentes e
Reportagem Local

O presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, d. Ivo Lorscheiter, 57, comentou que a advertência feita ao teólogo Leonardo Boff, pela Santa Sé, "é a continuação, o desfecho do colóquio mantido pelo frei em Roma, em setembro do ano passado". Segundo d. Ivo, era algo esperado. "Sabia-se que alguma palavra da Santa Sé seria dada".

Falando de Santa Maria (RS), o presidente da CNBB disse que não tinha em mãos o texto integral do pronunciamento da Santa Congregação para a Doutrina da Fé. Por isso, recusou-se a entrar no mérito da questão.

"Pretendemos mandar o texto a todos os bispos integrantes da CNBB", afirmou, descartando qualquer ação da hierarquia católica no Brasil em relação à advertência a Boff: "Isto não tem cabimento. Vamos apenas comunicar o texto aos bispos. Quando Roma fala, está falado", concluiu.

O cardeal arcebispo do Rio, d. Eugênio Salles, 64, desembarcou ontem à tarde, em Petrópolis, numa viagem de vinte dias em Roma e na Turquia, com uma cópia do documento da Congregação para a Doutrina da Fé sobre o livro "Igreja,

Carisma e Poder", do frei Leonardo Boff. Ele não quis comentar a decisão do Vaticano, mas entregou para a "Folha", através de sua assessoria de imprensa, uma cópia da notificação, já traduzida para o português e impressa numa publicação com 12 páginas.

O bispo auxiliar da arquidiocese de Salvador, primaz do Brasil, frei Boaventura Kloppenburg, disse em Salvador que a advertência feita a Leonardo Boff pelo Vaticano não tem qualquer relação com a Teologia da Libertação. "O seu livro não é a expressão lídima do pensamento teológico brasileiro. Ele é a expressão do pensamento liberal racionalista protestante alemão, que foi onde Boff se inspirou para escrevê-lo".

A Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) apoiou a posição do Vaticano.

Segundo declaração do professor Plínio Correia de Oliveira, 76, presidente do Conselho Nacional da entidade, "o documento do cardeal Ratzinger é de um valor incalculável para o Brasil. Ele neutraliza nos católicos os erros contidos no livro do frei Boff e convoca para uma análise mais vigilante da Teologia da Libertação".

Frei afirma que aceita as críticas da Santa Sé

Do Sucursal do Rio

Frei Leonardo Boff, 46, distribuiu ontem à tarde, em Petrópolis, uma nota em que afirma que "acata" as observações feitas pela Congregação para a Doutrina da Fé contra o seu livro "Igreja, Carisma e Poder" e destaca que "as reservas" contidas na notificação do Vaticano não qualificam suas definições como heréticas, cismáticas ou ímpias, mas como "perigosas". Ele garante que continuará seu trabalho teológico, só que agora "com redobrada atenção às questões ajuizadas pela mais alta autoridade da Igreja".

Leonardo Boff é franciscano e já publicou, apenas no Brasil, 32 livros de teologia. Conferencista, assistente de várias comunidades eclesiais, professor do Instituto Teológico Franciscano, redator e editor religioso da Editora Vozes, Frei Leonardo Boff é considerado o principal elaborador da Teologia da Libertação no Brasil.

Frei Leonardo Boff recebeu a notificação do Vaticano anteontem, em Petrópolis, na versão em português.

A resposta

É a seguinte a nota distribuída por Frei Leonardo Boff:

"Com referência à notificação da Congregação para a Doutrina da Fé, de 11 de março de 85, sobre o meu livro 'Igreja, Carisma e Poder - ensaios de eclesiologia militante', desejo dizer o seguinte:

1 - Através deste documento falou autoritativamente a mais alta instância doutrinária da Igreja. Como cristão, frade franciscano e teólogo cabe-me ouvir e acatar. Volto a reafirmar o que já declarei publicamente: prefiro caminhar com a Igreja a andar sozinho com a minha teologia. Acolho neste espírito as reservas feitas pela Congregação para a Doutrina da Fé. Note-se que tais reservas não qualificam minhas opções como heréticas, cismáticas ou ímpias mas, nas palavras do documento, como "perigosas à sã doutrina da fé". Importa ressaltar que o referido documento em nenhum momento critica a Teologia da Libertação ou se refere ao marxismo ou ao socialismo como ocorria na carta a mim dirigida de 15 de maio de 84.

2 - Reconheço que as tentativas de solução a problemas reais da Igreja, discutidas entre os teólogos, podem ser apreciadas e até rejeitadas pelo Magistério Eclesiástico. Entretanto, deve-se conceder que tais problemas objetivos demandam sempre de novos esforços de reflexão por parte dos teólogos em comunhão com a fé da comunidade eclesial e seus pastores. De todos os modos, a busca da verdade é uma exigência incoercível do espírito humano e mais ainda da razão teológica.

3 - Do ponto de vista disciplinar, o documento do Vaticano não prevê nenhuma medida contra a minha pessoa e atividade. Por conseguinte, não fica interrompido meu trabalho teológico que desejo levar avante com serenidade e afincamento. Evidentemente agora com redobrada atenção às questões ajuizadas pela mais alta autoridade da Igreja".

FSP - Segunda Feira, 15 de Abril de 1985

Bispos discutem em Itaici as “tensões” no interior da Igreja

Do enviado especial a Itaici

A busca de poder na Igreja e na CNBB, através dos meios de comunicação, crise de autoridade e o uso caricatural da Teologia da Libertação para criticá-la, são algumas das tensões internas da Igreja no Brasil, segundo a síntese dos relatórios grupais na 23ª Assembléia Geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que se realiza no Convento dos Jesuítas, em Itaici, município de Indaiatuba (SP). Os bispos qualificaram, também, de “tensões” a classificação de pessoas em blocos, críticas mútuas e de público, às vezes com ataques pessoais, uso inadequado dos meios de comunicação, sem respeitar as idéias dos outros, com ataques pessoais, ainda que velados e interferindo ou criticando a pastoral de outras dioceses. Disseram também que há tensões causadas pelos “organismos de fronteira que estão em contato mais direto com o conflito social”.

No segundo item da síntese — “causas de tensões” — os bispos apontam a “diversidade de formação e de concepções teológicas, principalmente na eclesiologia e na cristologia (alguns partem da doutrina e outros, da realidade da ação pastoral), a complexidade da realidade, vista de ângulos diferentes e a partir de situações, lugares e posturas sociais diversas”, além da “falta de atualização ou crescimento filosófico e teológico da parte de alguns bispos, padres e agentes de pastoral”. Enfatizam que falta clareza nos termos, escudo sério, e isento da Teologia da Libertação e dizem que “estas diferenças são acirradas por grupos interessados, internos ou externos à igreja”.

Apontam, ainda, como causas, à falta de maturidade humana, e psicológica a “incapacidade de aceitar o outro, o novo ou o diferente, além de excessos e radicalismos a respeito de um ou outros aspectos de globalidades da evangelização”.

Obras de Richard causam polêmica

Do enviado especial a Itaiaci

Um pedido à presidência da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) para que proíba reedições dos livros "A morte da cristandade e o nascimento da Igreja" e "A igreja na América Latina: entre o temor e a esperança", do teólogo chileno Pablo Richard, foi feito por um grupo de bispos que não concordam com a visão eclesiológica do autor. É o que informou, ontem, em entrevista coletiva na 23ª Assembléia Geral do Episcopado Brasileiro, em Itaiaci, município de Indaiatuba (SP), o bispo auxiliar do Rio de Janeiro e membro CED (Comissão Episcopal de Doutrina) da CNBB, d. Karl Josef Romer, 53. Ele explicou que Roma poderá fazer pedido, neste sentido, à Conferência dos Bispos e que poderá ser publicada uma declaração da Congregação para a Doutrina da Fé, desqualificando Richard como teólogo católico.

Pablo Richard vive em San José, Costa Rica, e está incluído entre os principais representantes da teologia da libertação na América Latina. Os dois livros que estão sob a mira de um grupo de bispos, identificados com a linha conservadora da Igreja, foram publicados, no Brasil, pelas Edições Paulinas. A proposta dos bispos é que a presidência da CNBB interfira junto aos padres paulinos, no sentido da proibição de novas edições dos livros. Em um deles — "A morte da cristandade e o nascimento da Igreja" — teria causado particular desagrado a introdução de

um capítulo sobre a Igreja popular na América Central.

D. Romer analisou, também, ontem, as relações entre a arquidiocese do Rio de Janeiro e a Congregação para a Doutrina da Fé, no Vaticano. Ele foi classificado, recentemente, pelo prefeito deste Ministério da Cúria Romana, cardeal Joseph Ratzinger, em entrevista à BBC de Londres, como um dos seis bispos de sua confiança na América Latina: os outros cinco são o próprio cardeal Eugênio Salles, o arcebispo de Aracajú (SE), d. Luciano Duarte, além do arcebispo de Medellín, Colômbia, d. Alfonso Lopez Trujillo, e os bispos Adario Castrillon, colombiano e Javier Losano, mexicano. "As relações entre nós e o cardeal Ratzinger não estão no nível que alguns supõem, mas, como o Rio tem a sua própria comissão de doutrina, isto cria uma relação mais íntima com a Doutrina da Fé", explicou d. Romer.

Críticas ao cardeal

Comentando a "CR", carta de paróquias e comunidades do Rio entregue no sábado passado à presidência da CNBB, em Itaiaci, criticando d. Eugênio Salles, d. Romer afirmou que "quando alguém acusa os bispos, dificilmente eles podem responder na mesma altura". Negou o afastamento definitivo dos padres de onze paróquias e comunidades e refutando a denúncia de que o padre Sainz Artola vive na mendicância, depois de afastado, afirmou que "nenhum sacerdote que vive conforme as normas assumidas na ordenação, precisa mendigar no Rio".

Bispos defendem necessidade da Teologia da Libertação

Do enviado especial a Itaiçi

"A Teologia da Libertação não é apenas legítima, mas necessária à evangelização. É exigida pelo nexo entre os movimentos que procuram a libertação do homem e a realidade do reino de Deus. Entretanto, podem surgir ambiguidades e confusões, 'desvios e perigos de desvios', como adverte a instrução da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé". É o que afirma a 23ª Assembléia Geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) reunida em Itaiçi, município de Indaiatuba (SP) no primeiro documento conclusório sobre o tema principal da reunião — "Liberdade Cristã e Libertação" —, a ser enviado às dioceses e comunidades católicas de todo o País. Outro documento será encaminhado ao papa João Paulo 2º, como subsídio para o próximo texto do Vaticano sobre a "Libertação", completando a "instrução", publicada em agosto do ano passado, pela Congregação para a Doutrina da Fé.

Com cinco partes, o documento — votado e aprovado anteontem à noite, mas só divulgado ontem — aponta "aspectos positivos" da ação da Igreja no Brasil e "que devem ser conservados e aprimorados", entre eles as "as comunidades eclesiais de base e a profética opção preferencial solidária pelos pobres".

Depois de analisar "falhas e tensões", na vida da Igreja e apontar "caminhos de superação", o documento da CNBB afirma que os bispos compreendem "o papel importante e difícil de nossos teólogos nesta caminhada". Sobre a Teologia da Libertação, dizem que é "um dos pontos

Vaticano exige a volta da batina

Do enviado especial a Itaiçi

Se depender do Vaticano, os bispos e padres brasileiros deverão voltar a usar batina ou clergyman, um uniforme eclesiástico com terno e colarinho e não simplesmente uma cruz, com identificação. É o que consta das respostas enviadas da Cúria Romana para a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), com vistas à legislação complementar para o código de Direito Canônico, tema debatido ontem, na 23ª Assembléia Geral do Episcopado, em Itaiçi, município de Indaiatuba (SP).

Nas propostas enviadas ao Vaticano, no ano passado, em função do novo código de Direito Canônico (na parte relativa aos hábitos eclesiásticos), a CNBB incluiu a do uso da cruz na lapela, para identificar os membros do clero. A resposta da Cúria Romana, discutida ontem pelos bispos, é taxativa: a simples cruz não é considerada suficiente nesse sentido, exigindo-se a volta da batina ou clergyman. Segundo comentavam ontem alguns bispos e padres, em Itaiçi, a contraproposta da CNBB será a de que seja mantida a cruz na lapela para ocasiões normais e o uso do uniforme para ocasiões oficiais.

mais delicados entre nós" e que ela exige "atitude de discernimentos e aprofundamentos", tratando-se de um tema "profundamente bíblico".

CNBB enviará quatro sugestões a João Paulo

Do enviado especial a Itaiaci

Um conjunto de quatro propostas sigilosas a ser enviado ao papa João Paulo 2º, com sugestões para o próximo documento do Vaticano sobre "Liberdade Cristã e Libertação", foi aprovado ontem, na 23ª Assembleia Geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), na última sessão de trabalho. As propostas chegarão ao Papa através do prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, cardeal Joseph Ratzinger, e se referem "ao conteúdo e à metodologia" do novo documento, segundo explicou o presidente da CNBB, d. Ivo Lorscheiter. Informalmente, vários bispos comentavam ontem que a CNBB deseja que o novo documento seja encaminhado como encíclica do Papa ou como exortação apostólica de João Paulo 2º. Sugere-se, também, que seja destacada a fundamentação bíblica para o tema libertação, tratando-o, sobretudo, a partir da prática da Igreja nos vários setores da pastoral. Haveria, igualmente, uma sugestão para que o marxismo não seja mencionado no documento (se for o caso) como se tratando de uma realidade monolítica e sim como um campo em que há várias correntes de pensamento.

Debate nas bases

No plano interno, os bispos aprovaram, ontem de manhã, o texto final da carta às comunidades sobre o tema da "Liberdade Cristã e Libertação", apontando, depois de uma introdução, os "aspectos positivos da evangelização libertadora", falhas e tensões na vida da Igreja no Brasil, caminhos de superação, além de uma

parte sobre a Teologia da Libertação, orientações e conclusão.

A minuta do texto sobre a Teologia da Libertação foi modificada na última sessão de trabalho, adaptando-a à "instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação", do Vaticano. Deste modo, foi retirada a referência a essa teologia como "legítima e necessária". De qualquer maneira, a carta foi bem recebida pelos bispos que a comentaram, ontem.

Agora, haverá amplo debate sobre a carta, em todo o País e os resultados serão encaminhados à CNBB para a preparação de um documento de estudo. O tema da "Libertação" voltará, depois, a outra assembleia dos bispos, sem data marcada.

Caso Boff

Embora o caso do teólogo franciscano Leonardo Boff não estivesse na pauta da assembleia, os bispos ouviram ontem um comunicado de d. Ivo Lorscheiter sobre a resposta dada por Boff à recente notificação da Congregação para a Doutrina da Fé, sobre o livro "Igreja, Carisma e Poder". D. Ivo comunicou ter escrito ao teólogo, apoiando a maneira em forma de diálogo com que respondeu ao cardeal Ratzinger.

Quanto ao sínodo dos bispos sobre o Concílio Vaticano 2º, d. Ivo distribuiu ao episcopado as perguntas enviadas, em latim, pelo conselho do sínodo, para a preparação da assembleia extraordinária de novembro. O Vaticano quer saber o que foi feito no Brasil, para divulgar e aplicar as decisões conciliares, resultados positivos, erros, abusos e dificuldades.

CNBB reafirma opção por "evangelização libertadora"

F5P
Domingo,
21 de Abril
1.985

DERMI AZEVEDO

Enviado especial a Itaiçi

Marcada pela tensa expectativa diante da doença do presidente Tancredo Neves e pela preocupação com os efeitos das enchentes no Nordeste, a 23ª Assembléia Geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), encerrada anteontem em Itaiçi, município de Indaiatuba (SP), reafirmou a opção da Igreja no Brasil pelo que chama "evangelização libertadora", através da efetivação de pastorais vistas pelos setores conservadores do Vaticano (e da própria CNBB) com "respeito recioso", na expressão do bispo de São Félix do Araguaia (MT), d. Pedro Casaldaliga.

O tema central — "Liberdade Cristã e Libertação" — com o subtítulo "Ação evangelizadora da Igreja no Brasil e libertação", prenunciava uma assembléia bastante tensa. No entanto, a habilidade e a diplomacia com os trabalhos dos bispos foram coordenados pela presidência da CNBB (escolhendo, como método de debate, os testemunhos e as experiências sobre a prática da libertação nas dioceses brasileiras) desmobilizaram os setores conservadores, inconformados com o documento prévio sobre o tema, enviado aos bispos, como subsídio de reflexão.

A linha de trabalho da CNBB recebeu um considerável apoio com a visita do cardeal arcebispo de Milão, d. Carlo Maria Martini, um dos mais cotados para a sucessão de João Paulo 2º. Ele fez questão de elogiar o episcopado brasileiro pelas experiências pastorais, consideradas pioneiras, realizadas no Brasil, como é o caso das comunidades eclesiais de base. Ao enviar sugestões para o novo documento do Vaticano sobre a "Liberdade Cristã e Libertação", a assembléia cumpriu um de seus principais objetivos, aproveitando para propor ao Papa que utilize a prática pastoral e as referências bíblicas sobre "libertação" como ponto de partida para o documento, em fase final de preparação.

Os conservadores

A presença conservadora em Itaiçi começou a ser notada logo no primeiro dia da assembléia, quando o arcebispo de Aracajú (SE), d. Luciano Cabral Duarte, criticou a Comissão Episcopal de Oútrina da CNBB, considerando "insatisfatória" sua atuação diante do caso do livro "Igreja, carisma e poder", de Leonardo Boff. Aproveitou para sugerir modificações no regimento da comissão até 1986, "para dar-lhe maior amplitude e agilidade".

Na reunião privativa, dia 11, d. Luciano Duarte disse que há divisão na CNBB e que "uma das causas disto é o fato de que, com apoio de numerosos bispos, foi feito um curso anual sobre Teologia da Libertação, com escolha de professores de uma só tendência, com bispos previamente escolhidos, cursos onde se fez uma iniciação ao pensamento marxista". Perguntando se "é lícito um curso de âmbito nacional sem anuência da CNBB e porque este curso esotérico", d. Luciano atribuiu ao educador Paulo Freire a afirmação de que "através de uma estratégia de poder,

um grupo de bispos" montou um esquema e consolidou sua tendência no controle da CNBB".

A maioria dos bispos defendeu a presidência da CNBB e um deles, d. Rino Carlesi (de Balsas, Maranhão) afirmou que "uma e outra tendência buscam apoio na Igreja", mas que "há um grupo que busca apoio nos meios de comunicação social e em outros organismos de poder".

Já o bispo auxiliar do Rio de Janeiro, d. Karl Romer, criticou, no documento de trabalho preparado pela CNBB, a visão cristológica e o enfoque sócio-político. Ele procurou, depois, a imprensa para falar de um pedido de providências contra os livros do teólogo chileno Pablo Richard, publicados no Brasil pelas Edições Paulinas.

Críticas contundentes ao texto da CNBB foram, também, feitas pelo cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, d. Eugênio Salles e pelo bispo de Petrópolis (RJ), d. José Fernandes Veloso. Já o bispo de Anápolis (GO), d. Manoel Pestana, queixou-se, por escrito, do que considerou falta de atenção da assembléia para os documentos pontifícios sobre a Teologia da Libertação.

Outros nomes incluídos entre os conservadores — como os do próprio d. Eugênio Salles e do bispo auxiliar de Salvador (BA), d. Boaventura Kloppenburg — mantiveram-se discretos na assembléia.

Os progressistas

A discrição foi também a característica da presença em Itaiçi de bispos considerados progressistas, como é o caso de d. Pedro Casaldaliga, de São Félix do Araguaia (MT), d. Tomás Balduino, de Goiás Velho (GO), d. Moacyr Grecchi, de Rio Branco (AC) e d. Antônio Fragoso, de Crateus (CE). Depois de viver a experiência de não ser consultado sobre seu sucessor em Recife, d. Helder viajou ao exterior para atender a antigos compromissos e não veio a Itaiçi, ocorrendo o mesmo com o novo arcebispo recifense, que viajou ao Vaticano.

O debate político

No plano político brasileiro, a assembléia aplaudiu a análise conjunta do jesuíta Fernando Bastos de Ávila — com apoio, sob condições, à "nova República" de Tancredo, Ulysses e Sarney — e reafirmou o compromisso da Igreja com a institucionalização da nova fase política nacional, sobretudo em torno da Constituinte.

A principal decisão, neste campo, foi a de apoiar os debates sobre a nova Constituição através dos canais já disponíveis na sociedade civil. Embora a CNBB não vá deixar de falar e fazer sugestões, não apresentará um projeto de Constituição, nem pretenderá ter qualquer hegemonia neste processo da Constituinte, a partir, inclusive, das lições do passado.

No plano sócio-pastoral, duas decisões foram marcantes: concretizar a opção da Igreja pelos jovens e abrir espaços de participação, cada vez maiores, para os leigos, sem que isto signifique, como explicou anteontem dom Ivo Lorscheiter, que os bispos e padres voltarão, agora, à sacristia.

FSP - SEGUNDA FEIRA, 29 de Abril de 1985

D. Agnello ataca Teologia da Libertação

O cardeal d. Agnello Rossi, presidente da Administração do Patrimônio da Santa Sé Apostólica e representante do Papa nas cerimônias fúnebres de Tancredo Neves, divulgou ontem um documento de 24 páginas, intitulado "Verdades, erros e perigos da Teologia da Libertação", onde faz críticas aos ideólogos e seguidores desta vertente, que teriam uma visão "clássica, totalitária e reducionista."

O frei Leonardo Boff, principal formulador da Teologia da Libertação, declarou ontem à noite que prefere ler o texto "com cuidado", antes de se pronunciar. O cardeal-arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, também preferiu não falar sobre o documento: "Só comentamos documentos que venham de Roma. De outra parte, não comentamos."

D. Agnello Rossi aponta erros e perigos na Teologia da Libertação

Da Sucursal de Campinas

Em documento de 24 páginas, intitulado "Verdades, erros e perigos na Teologia da Libertação", o cardeal d. Agnello Rossi, presidente da Administração do Patrimônio da Santa Sé Apostólica, no Vaticano, e representante do Papa na cerimônia fúnebre de Tancredo Neves, faz críticas severas aos ideólogos e seguidores da Teologia da Libertação, cuja visão, na sua opinião, "é classista, totalitária e reducionista" do papel da Igreja Católica.

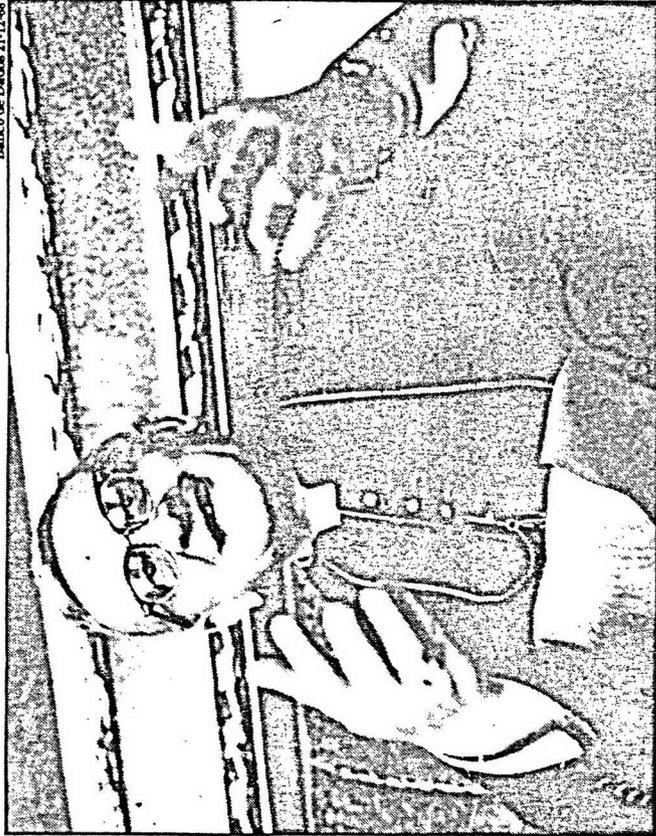
O documento foi divulgado ontem por d. Agnello Rossi, em Campinas, depois de rezar uma missa em intenção de Tancredo Neves, na pequena comunidade suíça de Helvétia, e deve ser amplamente distribuído em todo o Brasil nos próximos dias.

Segundo d. Agnello, o texto é um documento pessoal e independente, embora reflita a visão do Vaticano sobre a questão. O documento já foi mostrado ao cardeal do Rio de Janeiro, d. Eugênio Salles, antes da reunião da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), na segunda quinzena deste mês, em Itaipu. Ainda este ano, o Vaticano deverá divulgar um novo documento mais completo sobre a Teologia da Libertação já que o primeiro, de acordo com d. Agnello, discutia apenas alguns aspectos da Teologia e tinha por objetivo coibir os exageros e excessos que se cometia.

Liberacionistas exagerados

Para o cardeal, "os liberacionistas exagerados" pinçaram a opção preferencial pelos pobres do documento de Puebla, de uma forma exclusivista, descuidando-se da visão geral que a Igreja deve ter dos problemas e particularmente da juventude que, bem formada, é que irá resolver os problemas sociais e econômicos do País.

D. Agnello afirma, porém, que nem todos os que defendem a Teologia da Libertação são exagerados, observando que por convicção e não pela força é que os homens se modificarão para então transformar as estruturas. Indagado se o episódio Leonardo Boff estava superado para o Vaticano, d. Agnello disse que "a Santa Sé tratou o Boff como um filho, com muita delicadeza, atenção e boa vontade". Não quis comentar a



D. Agnello Rossi divulgou documento contra a opção "exclusivista" pelos pobres

reação do Boff, dizendo apenas que a situação poderia ter sido resolvida facilmente, com discrição, se tivesse havido boa vontade. "O que não ocorreu e obrigou a Igreja a dizer publicamente que não concordava com a visão do teólogo", observou.

No documento, o cardeal reconhece que a Teologia da Libertação tem origem na "pavorosa miséria de irmãos nossos na América Latina". Adverte, no entanto, que se a causa é justa, necessária e urgente, a estrada escolhida por muitos liberacionistas é perigosa, errada e até pode ser fatal para a fé cristã e a humanidade.

Na concepção de d. Agnello Rossi, a justiça social não se fará pela luta de classes e seria prudente que retrocedessem na sua ação aqueles que se encontram no caminho errado. Adverte os que insistem em prosseguir na estrada liberacionista para a libertação dos pobres que, se conseguirem ser triunfantes, por manobras e astúcias ou até mesmo pela violência, a libertação suspirada do proletariado desembarrará numa sociedade completamente diversa da quele paraíso terrestre que sonhou e pregou e verificarão, então, que foi pior a emenda que o soneto.

O documento está dividido básica-

me da teologia, a destroem, contraindo assim para o "descredido e marginalização de elementos respeitáveis do clero".

Erros

Um dos erros apontados pelo cardeal é a postura totalitária dos seguidores da Teologia da Libertação com o parceiro adversário, impedindo-o de divulgar seus escritos, fechando-lhe até as portas das editoras católicas para que a Teologia da Libertação possa dominar o campo reservado as discussões teológicas.

Segundo o cardeal, o pluralismo das escolas teológicas podem tomar diversos caminhos mas devem conduzir à reafirmação da fé católica e a opção preferencial pelos pobres não pode tornar-se uma opção exclusiva dos pobres, dividindo a Igreja numa Igreja dos pobres e numa Igreja dos ricos.

"A Teologia da Libertação, dando à economia um caráter decisivo na sociedade, trilhando a análise marxista, ameaça limitar unilateralmente, com a dimensão econômica, a história e a atividade da Igreja como uma ação política, errada no passado e no presente, que estaria sempre ao lado dos opressores mas deve redimir-se e assumir, quando necessário, a mesma revolução na luta pela libertação da opressão, pois aí se encarna o amor universal."

Perigos

Uma verdadeira lavagem cerebral é como d. Agnello Rossi vê em seu documento a atuação dos agentes da Teologia da Libertação, "onde, a pretexto da libertação da classe oprimida, silencia a mensagem evangélica do amor cristão, do coração aberto a todos os homens, enquanto cresce nele a aversão, o espírito de luta, exatamente o contrário de quanto se deve esperar de um ministro do senhor, como tração de união entre os pobres e ricos".

Questiona também os liberacionistas quando afirmam que não pretendem estabelecer uma nova Igreja mas sim uma teologia nova, viva, real, aplicada ao povo oprimido, mas sempre dentro da Igreja Católica, ao tempo em que "vão minando os fundamentos da Igreja Católica, colocando outras pedras para substituir aquelas propostas pela Igreja fiel a Pedro, a Cristo seu fundador".

Boff quer opinião de bispos sobre documento

Da Sucursal do Rio e
do Reportagem Local

Frei Leonardo Boff afirmou ontem que os bispos e cardeais brasileiros, que durante duas semanas discutiram profundamente a Teologia da Libertação na assembléia geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Itaiçi, devem se pronunciar sobre as acusações feitas por d. Agnelo Rossi ontem em Campinas. "Prefiro que eles mesmos digam se corresponde à verdade o que disse d. Agnelo", afirmou. Um dos principais formuladores da Teologia da Libertação, Leonardo Boff foi surpreendido ontem à noite pelo

anúncio da publicação do documento de d. Agnelo Rossi. Ele prefere ler com cuidado o texto "Verdades, erros e perigos na Teologia da Libertação" antes de se pronunciar mais longamente sobre o seu conteúdo.

Frei Betto, 39, ainda não leu o documento de d. Agnelo Rossi e teve informações sobre seu conteúdo através de contato telefônico com a Folha mas disse que "a voz autorizada na Igreja para avaliar a Teologia da Libertação é a do Papa e a do povo de Deus. Nesta matéria, fico com o documento dos bispos peruanos, aprovado pelo Papa na visita 'ad limina' feita a ele em Roma no ano

passado e depois ratificado por ele mesmo em sua visita ao Peru, em novembro de 1984".

O cardeal-arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, negou-se a comentar o documento de d. Angelo Rossi com críticas à Teologia da Libertação. Declarou: "Só comentamos documentos que venham de Roma. De outra parte, não comentamos." A declaração foi feita ontem, após a missa vespertina celebrada na Catedral da Sé.

O cardeal-arcebispo do Rio, d. Eugênio Sales, um dos principais críticos dos postulados da Teologia da Libertação na Igreja do Brasil,

confirmou que leu os originais do documento de d. Agnelo Rossi e disse que concorda com as suas argumentações: "Trata-se de uma divulgação popular dos desvios da Teologia da Libertação. Creio que fará bem a sua leitura pois trata a matéria de um modo ao alcance do povo. Aliás, este era o objetivo do próprio d. Agnelo."

O bispo auxiliar de Salvador, dom Boaventura Kloppenburg, 65, afirmou ontem que D. Agnelo Rossi "se identifica muito com a linha do Papa, com a linha do Vaticano" e, nesse sentido, o seu pensamento deve coincidir com o documento que a Santa Sé divulgou no ano passado.

Bispo elogia e teólogo critica documento de d. Agnelo

Reportagem Local

"O cardeal Agnelo Rossi sabe o que fala. No ano passado, ele anunciou, com bastante antecedência, a publicação do documento do Vaticano sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação. Isso significa que está bem a par da situação e que é bastante real o perigo dos reducionismos provocados por essa Teologia". É o que afirmou ontem o bispo de Petrópolis (RJ), d. José Fernandes Veloso, 69, comentando o documento "Verdades, erros e perigos da Teologia da Libertação", divulgado anteontem, em Campinas, pelo cardeal Agnelo Rossi, presidente da Administração da Sé Apostólica, no Vaticano e representante do papa João Paulo 2º nos funerais de Tancredo Neves.

D. Veloso destacou que "a Santa Sé já falou uma parte do que precisava sobre essa Teologia e que a outra parte virá no próximo documento do Vaticano sobre o tema", enfatizando que "continua em vigor" o antigo ditado latino: "Roma locuta, causa finita" ("Roma falou, acabou a questão") e que "quem for católico, terá que acatar essa determinação". Perguntado se o documento de Rossi referia-se ao teólogo Leonardo Boff, seu diocesano de Petrópolis, d. Veloso afirmou que continua esperando que Boff faça uma revisão no seu livro "Igreja, Carisma e Poder".

A crítica do teólogo

Já o teólogo e padre Márcio Fabri

dos Anjos, 43, diretor do Instituto Teológico São Paulo e um dos nomes destacados da Teologia da Libertação no Brasil, disse ontem, em São Paulo, que o cardeal Rossi "foi deselegante ao publicar um documento sobre a Teologia da Libertação, dias depois que os bispos brasileiros se reuniram exatamente para refletir sobre essa questão". Márcio Fabri perguntou "porque o cardeal não enviou suas sugestões antes ou durante a Assembléia" e afirmou que "ele vem sempre de fora, introjetar problemas no Brasil".

"A visão dos bispos que trabalham no Brasil — disse o teólogo — não foi tão dura e escatológica quanto a do cardeal Rossi. Os pressupostos sobre os quais trabalha são suspeitos e ele dá a impressão de criar um monstro para poder combatê-lo. Insiste sempre na questão do marxismo. Mas será que não existem erros e desvios noutras áreas, como por exemplo na ideologia capitalista que invade até mesmo a área eclesiástica?"

O teólogo criticou, também, as referências "fora do contexto" do cardeal Rossi à Reforma Protestante e observou que a "lavagem cerebral" de que fala d. Agnelo "encontra-se presente, não na Teologia da Libertação, mas no neo-conservadorismo". Elogiou, porém, o fato de o cardeal Rossi "reconhecer a existência de miséria no Brasil e na América Latina".

FSP - Terça-feira, 30 de abril 1.985



D. José Cardoso assumirá a Arquidiocese de Olinda e Recife substituindo d. Hélder

D. José Cardoso diz ser “apenas um instrumento”

Da Sucursal de Recife

D. José Cardoso, ao desembarcar no aeroporto de Recife vindo de Roma, disse que pretende trabalhar com as comunidades de base, “elas são a grande força da Igreja no Brasil, neste momento”, e prosseguir com a ação pastoral de d. Hélder Câmara. “Não vou partir do zero. Existe uma estrutura montada, eu sou apenas um instrumento novo que chega. As pessoas passam e as instituições permanecem.”, adiantou d. José Cardoso sobre seu trabalho.

O bispo recusou-se a ser enquadrado como um conservador entre os bispos brasileiros, dizendo que, “a atitude e o estilo de uma pessoa não podem ser definidos em uma só palavra”.

Foi sua primeira passagem pelo Recife, onde ficou por algumas horas, depois que foi designado sucessor de d. Hélder Câmara pelo papa João Paulo 2º, há vinte dias.

No aeroporto, d. José Cardoso disse não ter lido o documento de d. Agnelo Rossi e “por isso, não posso emitir

minha opinião. De qualquer forma, o tema Teologia da Libertação é muito amplo para ser discutido num improviso. A Igreja também tem de mudar, é claro. Mas é difícil definir, numa só palavra, o que deve ser mudado”.

D. José Cardoso alegou que, desde sua indicação, estava em Roma e não acompanhou as discussões da Assembléia da CNBB, em Itaiçara, e seus desdobramentos — como o documento de d. Agnelo Rossi. “Fui me orientar com o Papa, com quem tomei café da manhã antes de viajar, a quem devo minha designação. E dele ouvi referências aos problemas sociais do Nordeste e lembranças de sua passagem pelo Recife”.

Hoje, d. José Cardoso estará em Cauaru, onde mora sua mãe, e amanhã viaja para Petrolina, no sertão de Pernambuco, cuja diocese passa a ser dirigida por seu irmão, d. Paulo Cardoso. A posse de d. José na Arquidiocese de Olinda e Recife está prevista para o dia 16 de julho.

Editora não aceita críticas

Da Sucursal do Rio

Nos ataques que fez, em Campinas, à Teologia da Libertação, o cardeal d. Agnelo Rossi, membro da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, acusou formalmente "os jornais, revistas e editoras católicas que só martelam monotonamente a mesma tecla reivindicativa, com satisfação de políticos esquerdizantes, e silenciam até a palavra do Papa, quando esclarece os desvios e erros da Teologia da Libertação". Ontem, em Petrópolis (RJ), o diretor da Editora Vozes, frei Ludovico Gomes de Castro, 75, disse que d. Agnelo "cometeu um erro de avaliação por estar muito tempo fora do Brasil".

Considerada uma das maiores editoras católicas brasileiras (junto com a Paulinas e a Loyola), a Editora Vozes, dos franciscanos, publicou, entre mais de mil títulos de obras religiosas e leigas, trinta livros do teólogo frei Leonardo Boff, alvo preferido das críticas contra a Teologia da Libertação e citado nominalmente por d. Agnelo em sua entrevista. Frei Ludovico se recusa a discutir os erros apontados na Teologia mas respondeu às críticas feitas contra as editoras católicas. "Os erros que por acaso cometemos nesta batalha não são intencionais mas fazem parte da pequenez humana que acompanha a nós e àqueles que nos criticam".

Segundo frei Ludovico, a Vozes

publica regularmente a palavra do Papa, ao contrário da acusação feita por d. Agnelo. A coleção Documentos Pontifícios já tem 205 títulos entre eles a "Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação", da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, em que são apontados desvios nesta teologia. O último volume desta coleção é o documento do Papa sobre a juventude. A revista mensal Sedoc (Serviços de Documentação) também registra todos os pronunciamentos do Papa.

O forte da editora, em termos de títulos publicados e tiragens, não é a Teologia da Libertação mas publicações religiosas como catecismos (só em 84 foram vendidos 1,8 milhão de exemplares de obras catequéticas de várias dioceses brasileiras), a folha do Sagrado Coração de Jesus (venda de 1,2 milhão em 84), o 1º Catecismo da Doutrina Cristã (uma obra da década de 30, portanto anterior ao Vaticano 2º e à polêmica entre conservadores e progressistas e que já vendeu cinco milhões de exemplares), novenas e vias sacras.

Frei Ludovico não aceita a acusação de faccionismo e justifica a linha editorial adotada pela Vozes: "Se há debates mesmo entre o episcopado, acompanhamos os fatos e as tendências para que da discussão surja a verdade. Aliás, esta é a linha de todo aquele que trabalha nos meios de comunicação".

D. Ivo não comenta o documento

Da Sucursal de Porto Alegre

O presidente da CNBB, d. Ivo Lorscheiter, 58, não quis comentar o documento "Verdades, erros e perigos na Teologia da Libertação", de autoria do cardeal d. Agnelo Rossi, sob a alegação de que não o leu. "Não quero falar nada e, aliás, nem sei se vou falar sobre ele. De qualquer forma, ainda não o li", disse dom Ivo que embarcou ontem à noite para Brasília onde vai tratar "assuntos de ordem interna da CNBB".

Já o bispo-auxiliar de Porto Alegre, d. Thadeu Gomes Canellas, 55, observou que o que mais lhe preocupa na Teologia da Libertação de frei Leonardo Boff é "o apelo à análise marxista como instrumento de com-

preensão da realidade, e o apelo à luta de classe como lei fundamental de transformação da sociedade". Responsável ontem pela edição do programa "A Voz do Pastor", d. Thadeu, considerado da ala progressiva, reconheceu que "ao lado de uma autêntica Teologia da Libertação surgem ambiguidades e confusões, desvios e perigos de desvios".

O cardeal d. Vicente Scherer, 82, considerado da ala conservadora, limitou-se a lembrar, também, os "desvios e riscos de desvios perigosos para a fé e a vida cristã", mas não quis se aprofundar na análise do texto. "Repetem-se com roupa nova, erros de efeitos trágicos cometidos no passado", disse o cardeal.

FSP- Quinta-feira 1º de Maio 1985

Bispo critica documento de d. Agnelo

Reportagem Local e das Sucursais

O bispo de Itaguaí (RJ), d. Vital Wilderink, teólogo carmelita, afirmou ontem que o documento "Verdades, erros e perigos na Teologia da Libertação", do cardeal d. Agnelo Rossi, "só poderá criar confusão e não fará bem ao povo católico". Evitando discutir o conteúdo do documento, ele criticou a forma como foi divulgado: "Eu acho que ele não deveria publicar alguma coisa aqui no Brasil sem o consentimento do episcopado brasileiro."

D. Vital lembrou que na carta que a CNBB aprovou em Itaici destinada aos agentes de pastoral e às comunidades, o pronunciamento dos bispos brasileiros "é claro, ponderado, não ignora os perigos da Teologia da Libertação, reconhece as tensões e falhas na nossa ação evangelizadora mas reconhece também o lado positi-

vo de tudo que aconteceu neste processo pastoral da Igreja do Brasil". E concluiu: "Pastoralmente falando, esta maneira de agir de d. Agnelo não é a mais adequada."

Em São João Del Rey, o bispo d. Antônio Carlos Mesquita, 60, comentou o pronunciamento do papa João Paulo 2º, no Vaticano, a bispos brasileiros, quando o Pontífice salientou que a Igreja tem de procurar a libertação do homem. "Temos que olhar o homem como um todo, corpo e alma; para salvar o homem, temos também de olhar as suas necessidades, a fome, o desemprego, mas a Igreja não vai fazer disso a sua finalidade", disse d. Mesquita. Segundo ele, a Igreja não pode fazer isso através da violência, da luta de classes, mas através da "mansidão, pregada por Cristo" — ressaltando, porém, que "mansidão não é inércia".

FSP - Sexta-feira, 3 de maio 1.985

D. Boaventura apóia críticas de d. Agnelo

Reportagem Local

“O trabalho da Cehila (Comissão de Estudos da História da Igreja na América Latina) representa a penetração da Teologia da Libertação, inspirada nos princípios da análise marxista e na luta de classes, no campo da historiografia eclesiástica. Ela utiliza os mesmos princípios hermenêuticos vigentes na Teologia da Libertação, condenada, no ano passado, pela Instrução do Vaticano.” É o que afirmou em Salvador o bispo auxiliar d. Boaventura Klop-

penburg, 66, apoiando as críticas a esse órgão feitas pelo cardeal d. Agnelo Rossi, no documento “Verdades, erros e perigos na Teologia da Libertação”, divulgado domingo passado, em Campinas (SP).

“Um fruto genuíno da Teologia da Libertação — diz o texto de d. Agnelo Rossi — é a publicação da ‘História da Igreja na América Latina’ pela CEHILA, dirigida por Enrique Dussel. Não é história, mas hipótese de história, pré-fabricada no materialismo histórico, nos moldes acrílicos e acientíficos da luta de classe.

FSP- Sábado, 4 de maio 1985

CNBB divulgará “Evangelização Libertadora”

Reportagem Local

A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) está recolhendo os resultados dos primeiros debates sobre o tema “Evangelização Libertadora”, feitos a partir da “Carta às Comunidades”, aprovada na recente assembléia dos bispos brasileiros, com vistas à preparação de textos para estudo e reflexão em todas as dioceses e paróquias do País. É o que informou, ontem, em Brasília, a assessoria de imprensa da CNBB, destacando que as conclusões serão elaboradas pela presidência e pela Comissão Episcopal de Pastoral, após a análise das contribuições.

Os assessores nacionais e o secretário-geral da Conferência, d. Luciano Mendes de Almeida, reuniram-se, em Brasília, na última terça-feira, para rever os assuntos tratados durante a assembléia de Itaiçaba e para detalhar as próximas iniciativas da CNBB, principalmente entre os jovens, leigos e aquelas relativas à “evangelização libertadora”. Outro tema da reunião foi o encontro nacional de subsecretários regionais, a ser realizado na sede da CNBB, dias 24 e 25 próximos, para detalhar o 8º plano bienal da entidade e debater o uso de novas tecnologias de comunicação a serviço da pastoral.

FSP - Terça-feira 7 de maio 1985

Clodovis Boff acusado pela Igreja do Rio

A Comissão de Doutrina da Fé da Arquidiocese do Rio de Janeiro publicará nos próximos dias um documento acusando o teólogo Clodovis Boff de ter idéias "prejudiciais à fé e à vida cristãs". Dom Estêvam Bettencourt, membro da comissão, adiantou ontem que um dos aspectos inaceitáveis da obra do teólogo é o secularismo, "uma forma de ateísmo". Boff disse que a comissão o exortou, na semana passada, a renegar suas idéias.

Padre Antônio da Silva, diretor da Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, em São Paulo, recebeu do nuncio dom Carlo Furno a sugestão de não aceitar Boff na instituição.

FSP - Terça Feira, 7 de maio 1.985

Documento acusa Clodovis Boff de "secularista"

Reportagem Local

Lewy Moraes - dez.84

Um documento de catorze páginas acusando o teólogo Clodovis Boff (irmão de Leonardo Boff) de "secularista" e de "ter idéias prejudiciais à fé e à vida cristãs" será divulgado nos próximos dias, na "Revista do Clero", pela Comissão Arquidiocesana de Doutrina da Fé, da Arquidiocese do Rio de Janeiro. Em São Paulo, os bispos consideraram que se Clodovis fosse contratado para ensinar no Departamento de Teologia da PUC poderia haver problemas com a Arquidiocese do Rio e com o Vaticano e o próprio Nuncio Apostólico, d. Carlo Furno, sugeriu ao diretor da Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, padre Antônio Aparecido da Silva, que o teólogo não fosse admitido como professor porque isto poderia ser considerado uma afronta ao cardeal Eugênio Salles, responsável pela cassação, no ano passado, da missio canonica (autorização eclesiástica) de Clodovis Boff na PUC/RJ.

No Rio, o teólogo confirmou ontem que foi chamado, na quinta-feira da semana passada, para um encontro com a Comissão de Doutrina da Arquidiocese fluminense, recebendo um ultimatum: ou faria uma retratação pública dos "erros" contidos em suas obras ou a Comissão publicaria o documento condenatório. Clodovis respondeu com um documento de três laudas e meia, afirmando que a interpretação feita pela Comissão (integrada pelo bispo auxiliar, d. Karl Romer e pelos teólogos padre Fernando Guimarães, padre Ney Sá Earp e d. Estêvam Bettencourt) "não corresponde ao texto" de seus livros.

Um dos membros da Comissão de Doutrina, d. Estêvam Bettencourt, vice-diretor da Faculdade Eclesiástica de Filosofia João Paulo 2º, adiantou, ontem, no Rio, três pontos considerados inaceitáveis nos livros de Clodovis Boff: "1. A tese de que a salvação do homem se reduz ao ambiente da história da humanidade e consiste em criar na terra condições sociais justas e fraternas. Desta maneira, toda transcendência da



Clodovis Boff foi criticado no Rio

Revelação cristã é reduzida ao imamente ou terrestre; 2. A Revelação de Deus se reduz a uma leitura desta história que, em si, já é portadora da salvação para o homem. Isto significa secularismo, uma forma de ateísmo; 3. A dimensão do culto e a própria Igreja vêm a ser formas acidentais que enriquecem o comportamento do cristã, mas nada de propriamente novo lhe acrescentam".

Em Brasília, o secretário da Nunciatura Apostólica, monsenhor Ramiro Inglés, disse ontem desconhecer veto do Vaticano à contratação de Clodovis Boff pela Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, em São Paulo. "Não sabemos de nada e nem tampouco que a Faculdade esteja procedendo a essa contratação", afirmou o diplomata.

Já o diretor da Faculdade de Teologia, padre Antônio Aparecido da Silva, 36, informou ontem que "tanto o próprio Boff quanto o episcopado paulistano, estão de acordo em que é preciso esperar um pouco mais para aguardar os acontecimentos". Já o reitor da PUC/SP, Luiz Edurdo Wanderley, 49, não quis entrar no mérito da questão, mas enfatizou que Clodovis Boff "é um teólogo competente, cujo trabalho será sempre bem recebido na Universidade Católica".

FSP - Terça Feira, 7 de maio 1.985

Dirigente do CMI alerta para avanço conservador na Igreja

Reportagem Local

“Estamos observando uma forte onda conservadora tanto na Igreja Católica quanto nas Igrejas Evangélicas, além da expansão de grupos ultraconservadores que ostilizam o movimento ecumênico”, afirmou, em São Paulo, o reverendo Eugen Stockwell, 61, metodista e diretor da Comissão de Missão e Evangelismo do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) com sede em Genebra. Ele passou pelo Brasil para manter contatos com lideranças cristãs e viajou para Buenos Aires, onde o Conselho reunirá seus dirigentes em julho próximo.

De acordo com Stockwell, o avanço conservador revela-se, na Igreja Católica, através das restrições oficiais à Teologia da Libertação e das posições do papa João Paulo 2º. Nas Igrejas Evangélicas, essa tendência manifesta-se nas pressões, cada vez maiores, de protestantes dos Estados Unidos e da República Federal da Alemanha, principalmente, para controlarem os fundos financeiros eclesiásticos, tentando evitar a ajuda a movimentos considerados progressistas no Terceiro Mundo. Outro sintoma, em sua opinião, é o crescimento de grupos sectários, à margem das igrejas evangélicas históricas (metodistas, luterano, episcopal, presbiteriana, entre outras denominações).

Para o dirigente do Conselho Mundial, no entanto, a Teologia da Libertação “tem grande importân-

cia”. Stockwell afirmou que essa Teologia “marcou pautas na articulação e na expressão dos sentimentos populares com relação às questões sociais”. Observou que “um exemplo concreto” da realização dos princípios teológicos libertadores é o que ocorre na Nicarágua sandinista.

Ao comentar o avanço, sobretudo no Terceiro Mundo, das chamadas “missões de fé”, Stockwell revelou a preocupação do CMI com a atuação de missionários como Jimmy Swagert e Rex Humbard que, através da chamada “igreja eletrônica”, estão aplicando milhões de dólares em programas de expansão nos continentes pobres. Quanto ao grupo “World Vision” (Visão Mundial), informou que está em andamento uma pesquisa do Conselho junto a líderes evangélicos de todo o mundo sobre essa organização que chamou de “paraeclesiástica”. Os primeiros resultados apresentam informações de dois níveis: algumas citando o “bom trabalho” da Visão Mundial (na Índia, por exemplo) e outras dizendo que esse grupo “divide as igrejas”, “identifica-se com a política externa dos Estados Unidos” e que “estaria vinculado à CIA (Agência Central de Inteligência)”. Neste sentido, Stockwell afirmou que “não há provas disponíveis”, lembrando que as principais queixas vêm da América Latina, uma das quais sobre o desmantelamento de um programa ecumênico de ajuda a refugiados salvadorenses, em Honduras.

FSP-Quarta-feira, 8 de maio de 1.985

Vaticano cassa Leonardo Boff

O teólogo Leonardo Boff foi condenado pelo Vaticano a um ano de silêncio absoluto —até maio de 1986— durante o qual não poderá dar entrevistas, conferências, cursos ou escrever textos para publicação. A decisão, secreta, da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, tomada oito meses depois do “colóquio” que Boff manteve com o cardeal Joseph Ratzinger sobre o seu livro “Igreja, Carisma e Poder”, foi transmitida em Roma no dia 1º de maio ao ministro-geral da Ordem dos Frades Menores, John Vaughn, que a comunicou ao teólogo brasileiro.

Amigos de Leonardo Boff informaram que, se ele desobedecer à ordem da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, poderá ficar impossibilitado de exercer tarefas significativas do ministério

sacerdotal (por exemplo, a administração de alguns sacramentos).

Clodovis Boff, irmão de frei Leonardo, proibido de lecionar na Arquidiocese do Rio de Janeiro, também está impedido de dar aulas no Colégio Marianum, em Roma, pertencente à sua congregação (Ordem dos Servos de Maria). O veto partiu da Sagrada Congregação para a Educação Católica, cujo prefeito é o cardeal norte-americano William Wakefield Baum.

O presidente da CNBB, d. Ivo Lorscheiter, preferiu não comentar o caso dos teólogos. Em São Paulo, o cardeal d. Paulo Evaristo Arns também não quis fazer qualquer declaração, mas reafirmou sua “particular amizade” tanto com Leonardo quanto com Clodovis Boff.

Vaticano condena Leonardo Boff a um ano de "silêncio absoluto"

DERMI AZEVEDO

Do nossa equipe de reportagem

Oito meses depois do "colóquio", no Vaticano, com o cardeal Joseph Ratzinger, sobre o livro "Igreja, Carisma e Poder", o teólogo franciscano Leonardo Boff, 46, um dos nomes mais destacados da Teologia da Libertação, acaba de ser condenado a um ano de "silêncio absoluto", até maio de 1986, durante o qual não poderá dar entrevistas, conferências, cursos e escrever textos para publicação.

A decisão secreta foi transmitida no dia 1º de maio ao ministro-geral da Ordem dos Frades Menores, frei John Vaughn, no Vaticano, pela Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé (antigo "Santo Ofício" e Tribunal da Inquisição). Por sua vez, o superior de Leonardo Boff comunicou-lhe a punição da Cúria Romana e, desde a semana passada, o teólogo acata silenciosamente essa determinação no Convento dos Franciscanos da rua Montecaseros, em Petrópolis (R.J).

Em São Paulo, o cardeal-arcebispo e antigo professor de Boff, d. Paulo Evaristo Arns, 63, não quis fazer, ontem, comentários sobre o assunto mas enfatizou sua "particular amizade" tanto com Leonardo quanto com seu irmão Clodovis, da Ordem dos Servitas, que está sendo processado pela Comissão Arquidiocesana para a Doutrina da Fé, do Rio de Janeiro, acusado de "ateísmo" e "secularismo".

O bispo auxiliar do Ipiranga e membro da Comissão Episcopal de Doutrina da CNBB, d. Celso Queiroz, 52, também não quis comentar os casos de Leonardo e Clodovis, observando apenas que "causa tristeza a proporção que o caso está assumindo e isto certamente não ajuda a Igreja".

Nos institutos teológicos ligados à Arquidiocese de São Paulo, os professores recusaram-se ontem a fazer qualquer comentário, temendo represálias do Vaticano, segundo fizeram questão de explicar. "Qualquer um de nós que der entrevistas entrará logo na lista negra e passará a ser perseguido", disse um dos teólogos, sugerindo que "é hora de os leigos falarem e tomarem posição".

Novas punições

Um indício de que algo anormal acontecia com Leonardo Boff foi o recente cancelamento da entrega do título de cidadão carioca ao teólogo. Ele comunicou à Câmara Municipal do Rio que não poderia comparecer à solenidade. Já cumprindo a punição do Vaticano, Boff não atendeu aos repórteres para comentar os rumores

sobre o "silêncio obediente", como é chamada essa pena na diplomacia vaticana. No Rio e em São Paulo, amigos seus informaram que, se Boff desobedecer à ordem da Doutrina da Fé, poderá perder, inclusive, o uso de ordens, ou seja, a possibilidade de exercer tarefas significativas do seu ministério sacerdotal (como a administração de alguns sacramentos).

De acordo com a história contemporânea da Igreja, punições semelhantes à de Boff foram aplicadas

contra muitos teólogos, entre os quais Pierre Teilhard de Chardin, o jesuíta e antropólogo francês (autor do "Fenômeno Humano") contra o qual foi publicado um "monitum" (advertência) em 1962, classificando sua obra como "sincrética" e "perigosa para a fé". No caso de Leonardo, o novo Código de Direito Canônico prevê apenas o afastamento da cátedra, depois de um processo regular, o que não ocorreu com a recente suspensão por um ano.

FSP - Quarta-feira, 8 de maio 1.985

F5P- Quarta-feira, 8 de maio 1.985

Banco de Dados-8



O teólogo Leonardo Boff está proibido de dar entrevistas até maio de 1986

Um teólogo que se tornou best-seller

Reportagem Local

Catarinense de Concórdia, filho de imigrantes italianos, o franciscano Leonardo Boff, 46, tornou-se não somente um dos principais nomes da Teologia da Libertação em todo o mundo mas também um best-seller, com alguns de seus livros — como “Jesus Cristo Libertador” e “Igreja, Carisma e Poder” — ocupando, durante semanas seguidas, lugares destacados entre os mais vendidos no Brasil e noutros países.

Mas foram justamente estes dois livros que provocaram a mobilização de setores conservadores da Igreja. “Jesus Cristo Libertador” foi denunciado por supostos erros de cristologia, ao apresentar uma imagem de Cristo basicamente transformador e revolucionário, sem perder, porém, sua essência de divindade. As maiores denúncias contra este livro vieram, paradoxalmente, do seu colega

franciscano e hoje bispo auxiliar de Salvador (BA), d. Boaventura Kloppenburg. E “Igreja, Carisma e Poder” resultou num processo de eclesiologia, iniciado pela Comissão de Doutrina do Rio de Janeiro, já que os conceitos de Boff quanto ao exercício do poder na Igreja desagradaram, alguns (e poderosos) hierarcas.

Depois de uma dura troca de cartas, Boff foi interrogado no Vaticano, em 7 de setembro do ano passado, tornando-se o segundo teólogo católico romano convocado pela Doutrina da Fé nos últimos seis anos. O primeiro foi o holandês Edward Schillebeeckx, em 1979. Punido, agora, de forma secreta, Boff continua sub judice, já que o papa João Paulo 2º ainda não proferiu o voto de minerva no seu processo. Como é de praxe, o Papa recebe pareceres contrários e favoráveis ao réu. E soberanamente decide.

FSP - Quarta-feira, 8 de maio 1985

Clodovis está impedido de dar aulas em Roma

Reportagem Local

Além de estar proibido de ensinar na Arquidiocese do Rio de Janeiro e de não poder lecionar em São Paulo, diante da preocupação dos bispos paulistanos de que haja alguma represália à ação pastoral de d. Paulo Evaristo Arns, o teólogo Clodovis Boff, 41, da Ordem dos Servos de Maria (Servitas) também está impedido de dar aulas no Colégio Marianum, de Roma, pertencente à sua congregação. A informação é do próprio teólogo, explicando que o veto foi apresentado pela Sagrada Congregação para a Educação Católica, cujo prefeito é o cardeal norte-americano William Wakefield Baum.

Depois de ter sido punido na PUC-RJ com a retirada de sua missiocanônica (autorização eclesiástica) para ensinar Teologia, Clodovis Boff foi chamado a Roma pelo superior-geral dos Servitas, o padre canadense Michel Sancerne, para dar aulas no Colégio Marianum. Quando já estava contratado, teve que interromper o trabalho porque a Congregação para a Educação Católica informou ao superior que, com base no processo movido no Rio de Janeiro por d. Eugênio Salles, ele não estava autorizado a lecionar.

Processo formal

Diante da situação, o padre Michel Sancerne decidiu enviar ofício ao cardeal Baum pedindo que o processo contra Clodovis Boff fosse formalizado. A proposta foi aceita e o primeiro passo foi um pedido formal da Congregação à Arquidiocese do Rio para que enviasse ao Vaticano todo o dossiê do caso PUC-RJ.

Na opinião de Clodovis, o documento da Comissão de Doutrina da Arquidiocese carioca significa mais uma etapa neste processo. Ele informou, também, ter sido desconvocado pela direção da CLAR (Conférence Latino-Americana de Religiosos) para dar palestra na assembléia geral realizada na Guatemala, de 13 a 23 de abril passado, "um compromisso que já estava definido há tempos".

Arquidiocese vai publicar documento com as acusações

Das Sucursais do Rio e Porto Alegre

A Arquidiocese do Rio confirmou a publicação ainda este mês, na "Revista do Clero", do documento da Comissão Arquidiocesana da Doutrina da Fé em que o teólogo Clodovis Boff é acusado de ter "idéias prejudiciais à fé e à vida cristãs".

Segundo Clodovis Boff, a divulgação do documento foi decidida na quinta-feira da semana passada. Durante um encontro com a comissão, o teólogo foi informado de que, para evitar a publicação do documento, ele teria de se retratar publicamente dos "erros" existentes em seus livros.

D. Ivo não comenta

O presidente da CNBB, d. Ivo Lorscheiter, 58, esquivou-se ontem de comentar o documento da Comissão de Doutrina da Fé da Arquidiocese do Rio de Janeiro. "Não tenho o documento em meu poder e nem sei do seu teor, portanto não posso comentá-lo", disse d. Ivo, por telefone, à Folha.

Pelos mesmos motivos, não quis comentar o silêncio imposto pelo Vaticano a frei Leonardo Boff.

FSP - Quinta-feira, 9 de maio 1985

Antes de calar, Boff reafirma suas idéias

O teólogo Leonardo Boff divulgou ontem à noite uma nota em que confirma sua condenação, pelo Vaticano, a um ano de silêncio absoluto, conforme noticiou a Folha com exclusividade. Na nota, transmitida por telefone por sua secretária e considerada sua última manifestação pública antes de guardar o silêncio "penitencial", Boff reafirma suas convicções e diz que "a missão da Igreja deve ser, sem equívocos, libertadora".

O jurista Dalmo Dallari qualifi-

cou a decisão do Vaticano de "infeliz". No Rio (RJ), um dos autores da denúncia contra Boff, padre Ney Earp, disse que ele foi punido porque não aceitou fazer uma revisão no seu livro "Igreja, Carisma e Poder".

FSP - Quinta-feira, 9 de maio 1.985

A Palavra do Leitor

A condenação de Boff

“Finalmente o Vaticano abriu o jogo!

“Como cristão, católico e batizado sinto-me no direito de comentar o triste fato noticiado ontem (8.5) nesta Folha, qual seja o da condenação do padre e teólogo Leonardo Boff ao ‘silêncio obediente’ por um ano.

“O mais paradoxal nesta decisão do cardeal Ratzinger é que condena o pe. Boff exatamente por denunciar em seu livro ‘Igreja, Carisma e Poder’ a existência desse ‘poder’ que agora é empregado contra ele mesmo... Ora, não houvesse essa ‘Igreja’ que o teólogo denuncia, tal não haveria ocorrido.

“Trágico, é que não tenham aprendido com o tempo, nem mesmo com as revisões dos processos de Galileo Galilei e Martinho Lutero mais recentemente.

“Enfim, ‘somos’ uma Igreja de homens. Podemos errar mais uma vez.

“Pe. Boff poderá ficar um ano calado, porém suas reflexões tão encarnadas na práxis da Igreja latino-americana falarão por ele.”

Paulo Sérgio de Sá (Osasco, SP).

FSP- Quinta-feira, 9 de maio 1.985

LEONARDO E CLODOVIS BOFF

O artigo, escrito antes da cassação

Esta página traz um artigo encaminhado pelos irmãos Boff à Folha duas semanas antes de frei Leonardo ser cassado pelo Vaticano. Foi escrito às vésperas da morte de Tancredo Neves e antes de a Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé impor o silêncio ao frade franciscano, que estava portanto gozando de todos os direitos de expressão. A carta (cuja íntegra segue abaixo), que acompanha o artigo é datada de 17 de abril de 1985 e veio de Petrópolis, RJ.

A carta de Boff

"Prezado sr. redator,

"Envio este artigo em parceria com meu irmão, também teólogo, Clodovis Boff. Trabalhamos juntos em Petrópolis. Este artigo nasceu de um diálogo onde ele teve melhores contribuições que eu. Espero que isto não prejudique os critérios do jornal. Penso que esta parceria só tem a ganhar, pois um saber a dois é mais crítico e seguro que um saber individual. Evidentemente o pagamento é como se fosse de uma pessoa só (peço desculpas por esta referência). Podem remetê-lo como habitualmente ao meu endereço.

"No futuro pretendo, caso concordem, recorrer mais vezes a este recurso. Dada a oportunidade do tema, parece-me que caberia publicá-lo nestes dias, apesar das minguadas esperanças de sobrevivida do presidente Tancredo

"Caso houver um desfecho que não desejamos, pretendo fazer dois artigos: um sobre a Morte e a Ressurreição de Tancredo (uma espécie de carta aberta teológico-religiosa à dona Risoleta, por causa de sua fé e de sua resistência) e depois tentar responder: Por que Deus não ouviu as súplicas dos milhões de brasileiros? É o velho problema de Jó. Estimo que o povo (e não só ele) pede uma explicação (por fragmentária que seja).

"Com meus melhores votos e sempre admirador da liberdade preservada na Folha de S. Paulo.

(a) Fr. Leonardo Boff, ofm

"P.S. Acabo de conversar com o eminente historiador e sociólogo José Oscar Beozzo. A propósito das críticas violentas, exigindo condenação da CNBB e de Roma a Pablo Ricard (chileno no exílio em Costa Rica) por parte do bispo auxiliar do Rio dom Karl Joseph Romer, Beozzo toma posição, pois considera injusta tal pretensão. Não bastasse o exílio político, se visa criar um exílio dentro da Igreja. Ele escreveu um artigo para a página três. Eu reforçaria sua publicação, pois se trata de um debate atual. Agradeço a abertura do espaço para Beozzo na página três, no espírito de liberdade para o debate que a Folha sempre cultivou. Com minhas saudações."

(Fr. L. Boff)

do os familiares, falando com os médicos, dando entrevistas. O povo, ele, recorria a seus caminhos próprios, à sua religião. Esta lhe ofereceu o código de sua comunhão (este é o termo certo, porque religioso) com o Presidente, comunhão esta muito mais visceral e vigorosa que qualquer outro rito secular, como os clássicos minutos de silêncio.

Situações de aperto, como as de uma doença incontornável, momentos em que a pessoa sente o quanto suas forças são limitadas, são as ocasiões em que o espírito religioso, adormecido no fundo de cada um, irrompe com força irresistível. Na doença de Tancredo viram-se até notáveis, conhecidamente agnósticos, confessarem que estavam rezando. Só faltava mesmo algum dirigente comunista declarar uma promessa "a Nossa Senhora Aparecida pela recuperação do "homem da transição" (a não ser que sua confessada "torcida" e apelo às energias positivas não passassem de um eufemismo para alguma reza-forte secreta).

Que o povo vença ou não esta prova de Jó — e como não haveria de vencê-la? — fica para os grandes, especialmente os políticos uma lição: o povo só se deixa conquistar em profundidade pelo coração. Ele só se junta em massa e se mobiliza a fundo quando se toca na mola mais íntima de sua alma: a mística. Mas isso não é chave para os demagogos e sim desafio para os verdadeiros estadistas. Fora da mística popular fica-se na superfície do patriotismo liberal ou apenas nas meias-águas da luta de classes, sem nunca se chegar às correntes profundas que movem realmente a história dos povos, também do nosso.

LEONARDO BOFF, 46, e CLODOVIS BOFF, 41, são teólogos e professores em Petrópolis (RJ); publicarão o livro "A Teologia da Libertação no Debate Atual".

FSP- Quinta feira, 9 de maio 1.985

Auto-de-fé

PAUL-EUGÈNE CHARBONNEAU

Enquanto Jesus morria o véu do Templo rasgou-se (Mt. 27,51), para marcar que a passagem de Moisés para Cristo estava consumada. Não significava que o Antigo Testamento devesse ser renegado; ele apenas estava ultrapassado. Mas no templo de Jerusalém sobravam apenas os dois pedaços sem valor de um véu que não mais existia.

Acompanhando o desenvolvimento do caso Boff pelos jornais (porque apenas eles falaram sobre isso, pelo menos até agora) eu me lembrei desse episódio. Uma profunda ruptura acaba de sacudir a Igreja do Brasil e a própria Igreja universal. Roma, regredindo aos tempos antigos, anteriores ao Vaticano 2.º, entrincheira-se por trás de uma autoridade com a qual ela acredita poder regular todos os conflitos, até os do pensamento. E também os da pesquisa. Após o decreto conciliar *Unitatis Reintegratio*, acreditava-se que pelo menos certa liberdade era dada aos teólogos nos seus trabalhos de pesquisa e nos seus esforços para encontrar novas formas de apresentar a Revelação aos seus contemporâneos. Estes, vivendo numa cultura específica bem diferente daquela que caracterizava, por exemplo, a cultura que cercava o Concílio de Trento, enfrentando problemas de tal grandeza que a humanidade jamais havia conhecido, pressionados para encontrar soluções urgentes numa sociedade que era dominada pela injustiça, tinham necessidade de uma teologia que não fosse omissa e que não se limitasse a pura especulação gratuita e abstrata, elaborada ignorando todos os problemas da realidade atual. Era preciso falar aos homens da nossa época, com uma linguagem que eles fossem capazes de entender e de compreender. Não se tratava de renegar nada da grande Tradição da Igreja, desde os padres até os maiores teólogos como Tomás de Aquino, Duns Scot e tantos outros. Mas, num novo contexto de civilização, a homens que tinham sua própria maneira de falar, suas categorias bem definidas, seus problemas bem especificados, era preciso oferecer uma teologia que eles pudessem assumir. Do contrário a teologia pereceria e com ela a fé que, até certo ponto, se tornaria odiosa pela omissão, e a Revelação à qual não se daria a menor atenção. Deus iria falar no vazio.

Portanto, era necessário reformular a linguagem teológica. Para isso era preciso sair dos caminhos já feitos e pensar de forma nova na mensagem cristã. Portanto, impunha-se um trabalho de pesquisa. E não pode haver pesquisa nem pensamento novo, nem tão pouco linguagem apropriada, se não houver liberdade, tanto de pesquisa teológica, como de pensamento e de linguagem. O Concílio Vaticano 2.º reconhecia isso claramente e por isso afirmava explicitamente no decreto acima mencionado: "...todos na Igreja, segundo o munus de cada um, conservem a liberdade... até mesmo na elaboração teológica... (771).

Confiando na palavra da Igreja, uma vez que ela é movida pelo espírito, apoiando-se sobre essa liberdade garantida pelo Concílio Vaticano 2.º, os teólogos abriam novas pistas, e retomavam a teologia para que ela fosse acessível ao homem contemporâneo, a fim de que ela oferecesse respostas aos maiores problemas da nossa época. Foi com esse espírito que os teólogos do Terceiro Mundo, entregando-se a uma profunda reflexão sobre a realidade que seus irmãos viviam, e que era carregada de misérias, de pobreza, de doença, de morte, de fome constante e secular, de opressão sutil mas cada vez mais poderosa, de alienação total perante os poderes constituídos em sociedade de abundância, contra esses continentes mergulhados na pobreza, conceberam, com a maior fidelidade à herança profética e fazendo rigorosa leitura do Sermão da Montanha (MT. 5, 1-10), essa visão teológica que conhecemos sob o nome de Teologia da Libertação.

Esta elaborava-se trabalhosamente e procurava a si mesma. Pouco a pouco se afirmava, encontrava suas fórmulas cada vez mais precisas, desenvolvia uma pastoral cuja agressividade apostólica deixava mais de um cristão sufocado, por estarem mergulhados no seu velho individualismo religioso que lhes permitia ignorar todo o sofrimento que estava ao seu redor. No entanto, exatamente porque ainda era jovem, acontecia às vezes que a Teologia da Libertação se extraviava, sua linguagem era exagerada ou muito

continuação

FSP - Quinta feira, 9 de maio 1985

Continuação

impetuosa, sua orientação era vulnerável, seus representantes suscetíveis de numerosas críticas. Nem por isso ela era menos a Teologia (e talvez a única) que pudesse atingir os homens do nosso tempo e semear a nova semente.

Porém, mais de um teólogo e as autoridades pastorais foram tomados de pânico. Timidos como sempre e mais do que nunca, cerraram as fileiras e influíram sobre o Vaticano para que rejeitasse essa maneira de pensar, de racionar, de falar, de agir. Tornaram-se até obsessivos, de tal forma tinham medo. Poder-se-ia dizer que uma hipocondria teológica tomava conta deles. Não cessaram senão quando a autoridade romana interveio para deter os passos, por meio de manipulações secretas e indiscutíveis, desses teólogos atrevidos.

É isso que acontece atualmente entre nós. Podemos facilmente identificar aqueles que estão na origem desses processos e que prepararam a reclusão de Leonardo Boff e a exclusão magistral de seu irmão Clodovis. Alguns são até personagens de prestígio que chegaram à mais alta dignidade eclesiástica, mas para quem o maior perigo é a liberdade. Assim, sem dizer uma palavra, com uma discreção que se poderia chamar de odiosa, mas que direi apenas que é maldosa, prepararam a marginalização daqueles que eram os condutores dessa nova Escola Teológica. Foram tão hábeis nas suas manobras cominatórias que rapidamente triunfaram. E que estavam destruindo, e sabemos há muito tempo, que é infinitamente mais fácil e mais cômodo destruir do que construir. Portanto, eles ganharam, mas a Igreja perdeu a imagem nova que o Vaticano 2.º havia ganho para ela.

Eles obrigaram o Concílio a renegar a si mesmo, pois ele convidava à liberdade na elaboração teológica (o que significa: liberdade de pensar, liberdade de procurar, liberdade no discurso teológico, liberdade na escolha das orientações pastorais) e que agora, aqueles que haviam acreditado nessa liberdade, são condenados a desaparecer e a guardar silêncio, para que nenhuma das suas idéias possa circular.

Quando se ousava acreditar que, enfim, a Igreja estava livre, permi-

tindo a liberdade (uma liberdade verdadeira e efetiva) aos seus filhos, eis que algumas medidas disciplinares preparadas com cuidado, por um Vaticano que sempre tem tendência, desde a Idade Média, a retomar o bastão que aniquila, em lugar do cajado que é o instrumento do Pastor, por meio de dois (como se um só não fosse suficiente) dos seus ministérios: A Sagrada Congregação para a Doutrina e a Fé no que se refere a Leonardo Boff, e A Sagrada Congregação para a Educação Católica no que se refere a seu irmão Clodovis, fecha os horizontes para um e outro. Nada mais lhes resta senão a submissão silenciosa e o sofrimento que, eu imagino, deve prostrá-los.

Perante essa volta aos métodos antigos de um Santo Ofício detestado, não podemos deixar de interrogá-los. Para onde vai a Igreja que brinca com a liberdade dos seus, que de um lado permite, de outro proíbe? Para onde vai a Igreja que tece seus processos em silêncio e que toma suas decisões em segredo, de tal modo que os interessados nada mais podem fazer do que calar-se, do que manter-se dentro dos limites que lhes são impostos e repetir as palavras de Galileu Galilei: "Eppur si muove?"

E para onde iremos nós, seus fiéis, que a vemos proceder dessa maneira, não hesitando em renegar a si mesma ao suprimir a liberdade prometida? E que pensar quando ela trai com suavidade um monsenhor Lefebvre, ultra-conservador e irreductível rebelde, quando joga no ostracismo teólogos cuja única falta consistiu em procurar ser cada vez mais fiéis à mensagem de Cristo. A triste imagem do Grande Inquisidor levanta-se à nossa frente.

Que poderíamos dizer além de que é bom para os Boff que a época dos autos-de-fê não possa ser ressuscitada. Haveria, sem dúvida, uma espessa fumaça envolvendo o Cristo Redentor do Rio de Janeiro, que seguramente, pelas razões que sabemos, teria sido o lugar da execução. Não nos resta mais do que permanecer fiéis, mas inquietos e infelizes, numa Igreja tão profundamente ferida. Que Deus conserve nossa fé e nos livre da desonra.

PAUL-EUGÈNE CHARBONNEAU, 59, é doutor em Teologia pela Universidade de Montreal (Canadá), vice-diretor do Colégio Santa Cruz, filósofo e escritor.

Antes de silenciar, Boff declara não ser marxista

Da Sucursal do Rio
e da reportagem Local

O frei Leonardo Boff divulgou ontem à noite uma nota de esclarecimento em que confirma a punição do Vaticano condenando-o a um período de silêncio. A nota — lida à Folha por telefone pela sua secretária Márcia Miranda Monteiro e confirmada por religiosos do Convento do Sagrado Coração de Jesus, em Petrópolis (RJ) — é considerada sua última manifestação pública antes de guardar silêncio “penitencial”. A íntegra é a seguinte: “Por decisão de Roma estou na impossibilidade de me pronunciar em público durante um tempo conveniente. Antes de entrar nesse tipo de silêncio penitencial, parece-me oportuno deixar claras algumas posições passíveis de equívocos:

“1 - Declaro que não sou marxista. Como cristão e franciscano sou a favor das liberdades e do direito de religião e da nobre luta pela justiça em direção a uma sociedade nova.

“2 - Reafirmo que o Evangelho se destina a todos, sem exceção. Entretanto, reconheço que este mesmo Evangelho privilegia os pobres porque eles se constituem as maiorias sofredoras e porque são os preferidos de Deus, de Cristo e da Igreja.

“3 - Entendo que numa situação de opressão como a nossa, a missão da Igreja deve ser, sem equívocos, libertadora.



Dalmo Dallari discorda do Vaticano

“4 - Estou convencido de que as medidas tomadas a meu respeito não anulam a necessidade de, em comunhão com o magistério, se continuar avançando na elaboração de uma autêntica Teologia da Libertação.

5“ - Caberá doravante às instâncias competentes fornecer maiores informações.”

Assina: frei Leonardo Boff

Condenação polêmica

A condenação do teólogo Leonardo Boff a um ano de silêncio, por decisão secreta do Vaticano, comunicada dia



Sobral Pinto acha certa a punição

1º de maio ao mestre-geral da Ordem dos Franciscanos, frei John Vaughn, e divulgada ontem pela Folha com exclusividade, causou perplexidade e repercutiu em todo o País. Enquanto os bispos mantiveram-se em silêncio, padres, leigos e religiosos pronunciaram-se a favor e contra a medida da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé.

Em São Paulo, a presidenta da Comissão Pontificia Justiça e Paz, Margarida Genevois, afirmou que “apesar da condenação, o povo continuará caminhando com o incentivo da orientação pastoral de Leonardo e de Clodovis Boff”. No Rio, o jurista Sobral Pinto disse que “a punição demorou demais e já devia ter vindo há muito tempo”.

Um dos autores das denúncias contra Leonardo Boff, o padre e teólogo Ney Sá Earp, membro da Comissão Arquidiocesana para a Doutrina da Fé do Rio de Janeiro, disse ontem, em Petrópolis (em cujo seminário maior é professor), que Boff foi condenado “porque não acatou as ordens do Vaticano, a partir da última notificação da Doutrina da Fé, de fazer uma revisão no

seu livro ‘Igreja, Carisma e Poder’ e a esperança, agora, é de que faça isto”. Enfatizou estar de “pleno acordo” com a condenação do teólogo franciscano.

FSP - Quinta-feira, 9 de maio 1985

FSP. Quinta-feira, 9 de maio 1.985

Notícia tem repercussão no Exterior

A agência internacional AP divulgou ontem a notícia publicada pela Folha sobre a condenação a um ano de silêncio de frei Leonardo Boff. Segundo a agência, "Leonardo Boff, figura proeminente da controversa Teologia da Libertação, anunciou hoje (ontem) que o Vaticano lhe ordenou manter silêncio penitencial como castigo por suas opiniões".

O escritório de Boff, segundo a AP, disse que o teólogo não podia confirmar detalhes da sentença mas, numa declaração escrita antes de começar o período de silêncio penitencial, Boff defendeu sua obra e declarou: "Não sou um marxista."

A notícia da Folha foi divulgada também pela BBC de Londres.

Conservadores silenciam

Em Brasília, o arcebispo, d. José Freire Falcão, não quis falar sobre a punição a Boff. Outros nomes destacados da corrente conservadora da Igreja, como d. Boaventura Kloppenburg, de Salvador (BA), d. Luciano Cabral Duarte, de Aracaju (SE) e d. Manoel Pestana, de Anápolis (GO), não foram localizados. Já o presidente da TFP (Tradição, Família e Propriedade), Plínio Correia de Oliveira, negou-se a fazer comentários, alegando "falta de tempo".

Em Goiânia (GO), a coordenação nacional da CPT (Comissão Pastoral da Terra) decidiu fazer reunião extraordinária, ontem à noite, para refletir sobre o caso. Na Câmara Municipal de São Paulo, a vereadora Ireda Cardoso (PT) falou ontem, em nome de dez grupos feministas, afirmando que Boff "foi punido porque não reflete para a burguesia mas para o povo oprimido e, sem nunca ter-se colocado contra o que a Igreja ensina, sabe resgatar os verdadeiros princípios do Evangelho: liberdade e salvação para o homem".

Para o jurista Sobral Pinto, 91, autor de "Teologia da Libertação: o

materialismo marxista na teologia espiritualista", "a medida do Vaticano merece aplausos porque Boff fez um grande mal ao Brasil e à Igreja". Perguntado como conciliava sua histórica defesa dos direitos humanos com o apoio à punição de Boff, afirmou que "a doutrina da Igreja nada tem a ver com os direitos humanos, que não visam defender o erro e o mal mas a verdade e o bem" e destacou que "neste aspecto, a Igreja tem o dever de apresentar a doutrina de Cristo, tanto no século 1º quanto no século 21".

Apoio a Boff

Em São Paulo, o jurista Dalmo Dallari, 53, disse que a decisão do Vaticano "foi infeliz, demonstrando que uma parte da Igreja não se atualizou e continua utilizando métodos que há tempos já deviam ter sido abandonados". Já o coordenador da Comissão Arquidiocesana da Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados, advogado Fermino Fecchio Filho, 41, afirmou que "mesmo com Boff calado, o povo ampliará sua voz, já que sua mensagem calou fundo na alma dos brasileiros que souberam captar a fidelidade do teólogo às origens do cristianismo". Para o presidente da Associação de Advogados Latino-americanos pelos Direitos Humanos, Belisário Santos Jr., 36, "é absurda a posição da Igreja ao cercear o debate e punir o diálogo".

Destacou que a medida "é um desserviço ao povo cristão" e que "serão necessários muitos anos para demonstrar que não é esta a mensagem de Cristo".

Leigos protestam

Na opinião do metalúrgico Waldemar Rossi, 43, da Executiva Nacional da Pastoral Operária, a punição de Boff está ligada à recente visita ao Brasil do cardeal Agnello Rossi que divulgou documento contra a Teologia da Libertação. Destacou que "enquanto o cardeal, vivendo fora do País, falou o que bem entendeu contra os teólogos da libertação, Leonardo Boff é condenado em silêncio".

Para a madre Cristina Sodré Dória, diretora do Instituto Sedes Sapientiae, "A Igreja é divina e suportará qualquer tipo de inquisição, e a Teologia da Libertação sobreviverá a quaisquer atos repressivos porque tem vida em si mesma".

Três teólogos também comentaram a punição a Boff. Na opinião do assessor teológico do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), padre Paulo Suess, 48, a medida "atinge toda a Igreja no Brasil e resulta da ação de setores minoritários não democráticos que procuram impor suas opiniões por caminhos escusos". Enfatizando que a punição "é um golpe contra as esperanças dos cristãos", ele comparou o caso com o do frei Caneca, herói da independência brasileira que, antes de ser entregue às autoridades coloniais portuguesas, sofreu a "degradação eclesiástica", isto é, foi despedido de todas as suas vestes sacerdotais, dentro da Igreja.

Para o padre Luís Basseggio, coordenador do CEM (Centro de Estudos Migratórios) de São Paulo, "Boff apenas explicitou a prática da Igreja latino-americana". Já o presidente da Cehila/Brasil proposta de um salário-mínimo mais 20% equivalente a Cr\$ 400 mil.

FSP- Quinta feira, 9 de maio 1985

Para d. Paulo e d. Aloísio, um duro golpe

Reportagem Local

A punição secreta a Leonardo Boff — antes mesmo de concluído o processo a que é submetido por causa de "Igreja, Carisma e Poder" — representa também um duro golpe para seus dois mestres e irmãos franciscanos, os cardeais de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, e de Fortaleza, d. Aloísio Lorscheider. Dentro da tradicional discrição eclesiástica, eles fizeram esforços imensos para evitar que o braço curial caísse sobre o teólogo de Petrópolis.

Já em junho do ano passado, o cardeal Joseph Ratzinger, prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, negou-se a atender a um pedido formal de Boff para ser interrogado no Brasil, na Comissão de Doutrina da CNBB, cujo presidente é d. Aloísio. Os dois cardeais franciscanos (e também o presidente da CNBB, d. Ivo Lorscheider) fizeram questão de acompanhar, de perto, o "colóquio" de Boff com Ratzinger. E ajudaram na redação de sua defesa, com cinquenta páginas. Depois de recebidos pelo Papa (que confessou ter lido "com agrado" a maioria dos livros de Boff, exceto "Igreja, Carisma e Poder"), d. Paulo e d. Aloísio

tentaram permissão para assistir ao interrogatório. E não conseguiram.

Depois de muitas pressões, inclusive junto ao secretário de Estado do Vaticano, cardeal Casaroli, os dois cardeais receberam licença para participar apenas da segunda parte. Diante de uma declaração de Ratzinger de que "Boff tivera a iniciativa de ir a Roma", d. Aloísio pediu pessoalmente ao prefeito da Doutrina da Fé que fizesse um desmentido público, o que foi feito pela assessoria de imprensa do Vaticano.

Após duas horas de "colóquio", em 7 de setembro do ano passado, as portas foram abertas para os cardeais franciscanos brasileiros. D. Paulo

fez uma intervenção com três sugestões: 1. Para a preparação do novo documento do Vaticano sobre as riquezas da Teologia da Libertação, que fossem convidados os "engenheiros dessa teologia", ou seja, os teólogos do Terceiro Mundo; 2. Que fossem consultados os bispos com experiência em pastoral popular; 3. Que o documento fosse redigido na América Latina, África ou Ásia "em contato com a realidade e para fazer justiça aos oprimidos". Segundo consta, o cardeal Ratzinger reagiu timidamente. Oito meses depois, Leonardo é condenado a um ano de silêncio. (DA)

FSP - Quinta-feira, 9 de maio 1985

Evangélicos vêm ameaça ao diálogo

Reportagem Local

“Queremos manifestar nosso receio quanto ao futuro do diálogo ecumênico com a Igreja Católica, na medida em que o Vaticano toma medidas punitivas contra teólogos como Hans Kung, Edward Schillebeeckx, Karl Rahner e agora os irmãos Boff, todos eles muito queridos pelos protestantes pela contribuição ao nosso pensamento teológico.” É o que afirma o documento divulgado ontem à tarde, em São Paulo, por líderes evangélicos de várias denominações que decidiram posicionar-se publicamente diante da condenação de Leonardo Boff a um ano de silêncio.

“Nós, cristãos evangélicos, cremos na liberdade de consciência — diz a nota — e no direito à livre expressão. Essa crença foi um dos pilares da Reforma Protestante do século 16. Mais do que um direito religioso é um direito do cidadão, conquistado com muita dor e sofrimento. Este direito é inalienável e cremos ser nossa obrigação nos manifestar-mos contra sua violação, onde quer que ela se apresente, por exigência do Evangelho de Cristo”.

Destacando que “como irmãos”, sentem-se “também ameaçados e atingidos”, os evangélicos dão solidariedade aos irmãos Boff diante da punição que lhes está sendo imposta pelo Vaticano e destacam que “esta

punição visa atingir toda a Igreja que, solidária com os pobres, busca uma sociedade mais justa e fraterna”.

A nota é assinada pelos bispos Paulo Ayres Mattos, do Rio de Janeiro, e Isaac Alberto Rodrigues Aço, do Rio Grande do Sul, ambos da Igreja Metodista; Sumio Takatsu, bispo da diocese Sul Central da Igreja Episcopal, de confissão anglicana; pelos pastores Sérgio Marcus Lopes, secretário-geral da Igreja Metodista e representante, no Brasil, do Clai (Conselho Latino-Americano de Igrejas); Ruy Josgrilberg, diretor da Faculdade metodista de Teologia de Rudge Ramos; Jether Pereira Ramalho, assessor do Conselho Mundial de Igrejas no Brasil; José Bittencourt, coordenador da Pastoral Protestante do CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação); Zwinglio Motta Dias, teólogo da IPU (Igreja Presbiteriana Unida); Waldomiro Pires de Oliveira, da Igreja Presbiteriana Independente. Assinam também os pastores Edin Abumansur, presbiteriano; Glênio Rovira, episcopal (de Ribeirão Pires e Mauá); Flávio Irala, episcopal (de Cubatão); Carlos Cunha e Mauro Meneghelli, presbiterianos do Rio de Janeiro.

Teólogo recebe apoio e críticas por sua atuação

Das Sucursais e da Reportagem Local

O professor Jorge Boaventura, 64, disse ontem que a condenação imposta pelo Vaticano ao teólogo Leonardo Boff, de um ano de silêncio absoluto foi natural. Para Boaventura, “Leonardo Boff tem o direito, como qualquer ser humano, de dar a sua opinião. Mas em matéria de teologia, na qualidade de membro de uma instituição hierarquizada, depois de reiteradamente advertido como ele foi, a punição pela insistência em continuar se pronunciando contrariamente à opinião do magistério da Igreja, que afinal é encarnada pelo Papa, só poderia ser esperada”.

O presidente da CNBB, d. Ivo Lorscheiter, 58, preferiu manter-se em silêncio e não comentar a condenação do Vaticano ao teólogo Leonardo Boff. “Vamos deixar tudo em paz. Não falo nada”, disse d. Ivo, alegando que não tem à mão o Documento da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé.

A professora Iris Serbena, 45, irmã do frei Leonardo Boff, afirmou ontem que o silêncio imposto pelo Vaticano a seu irmão significa “uma punição para toda a Igreja da América Latina”. Ela considerou a atitude, antes de tudo, “anti-democrática”.

F5P- Sexta feira, 10 de maio 1. 985

Teólogo suíço alerta contra a 'inquisição'

Ao analisar a condenação de frei Leonardo Boff ao silêncio absoluto, imposta pelo Vaticano, o teólogo suíço Hans Kung conclamou os religiosos de todo o mundo a unirem-se "para proteger os seus colegas da nova onda de inquisição". Entrevistado pela Folha, ontem, em Tübingen (Alemanha Ocidental), Kung disse que o Vaticano não conseguirá calar as vozes de Boff e de tantos outros "teólogos críticos".

Em Petrópolis (RJ), Boff recebeu a comunicação oficial que o condena ao silêncio por um "tempo conveniente" — e não por um ano, como foi noticiado. Os bispos d. Mauro Morelli, d. Waldir Calheiros e d. Pedro Casaldáliga, ligados à Teologia da Libertação, preparam uma carta ao Vaticano em defesa do teólogo.

FSP - sexta feira, 10 de maio 1985

Teólogo suíço prega união contra "nova inquisição"

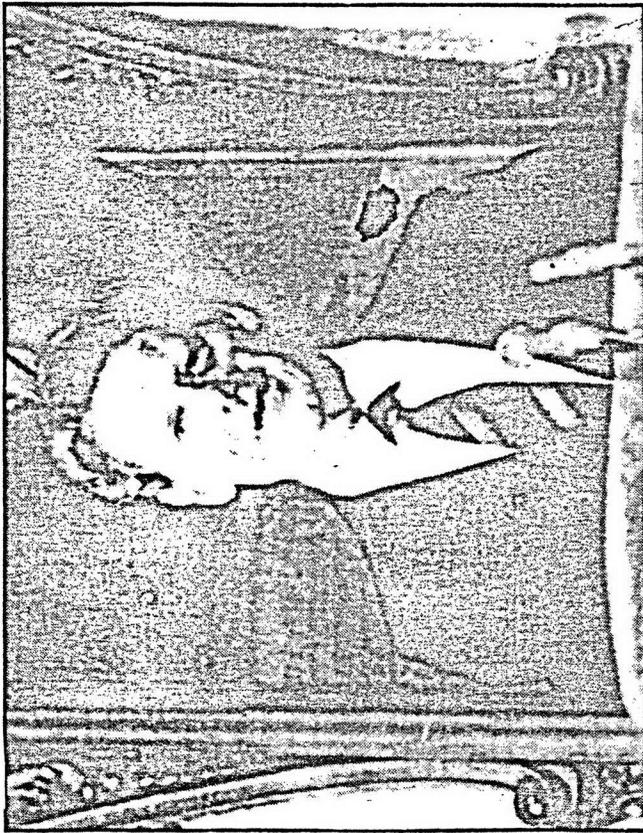
Além de Hans Kung e Leonardo Boff (os dois teólogos punidos, mais recentemente, pelo Vaticano, o primeiro de forma pública e o segundo em segredo), dois outros teólogos continuam ocupando o noticiário, por estarem sendo processados pela Doutrina da Fé: o peruano Gustavo Gutierrez — que também participou de "colóquio" com o cardeal Joseph Ratzinger, na Cúria Romana — e o belga Edward Schillebeeckx, 71, um dominicano especializado em Cristologia e Eclesiologia, colega de Boff no Conselho de Redação da revista internacional teológica "Concilium".

Processado desde 1968

Ordenado em 1941 e formado na Universidade de Lovaina, Schillebeeckx obteve o doutorado em Teologia na Sorbonne e hoje é professor de Dogmática e Hermenêutica na Universidade de Nimega, Holanda. Seus principais livros são "Cristo: sacramento do encontro com Deus" (publicado em 1967 pela Editora Vozes), "Revelação e Teologia", "Deus e o homem", "Cristo: a experiência cristã de Jesus como Senhor" e "Mistério: liderança na comunidade de Jesus Cristo".

Na leitura dos teólogos oficiais da Cúria Romana, Schillebeeckx é acusado de colocar em dúvida a divindade de Cristo e o ministério da Ordem. Ultimamente, teve que responder a interrogatórios sobre o sacramento da Eucaristia, e já vem sendo processado desde 1968.

Banco de Dados-80



Hans Kung vê semelhanças com a inquisição

Da redação da Folha e Reportagem Local

"Os bispos e teólogos do mundo inteiro devem unir-se para proteger os seus colegas da nova onda de inquisição." Essa foi a reação do teólogo suíço Hans Kung, 55, ao se manifestar, ontem, sobre a condenação a um ano de silêncio imposta pelo Vaticano ao frei Leonardo Boff.

Na opinião de Kung, que também já foi punido pela Congregação da Doutrina da Fé Cristã, os diálogos do Vaticano com os representantes da Teologia da Libertação são levados apenas na aparência, embora predominem o apoio de muitos bispos ao teólogo brasileiro. "O Vaticano é incapaz de levar a sério os impulsos positivos da Teologia da Libertação, representada pelo frei Boff", declarou o teólogo, em Tübingen (Alemanha Federal), por telefone, ao analista da Folha Newton Carlos, que se encontra atualmente em Bonn.

Hans Kung disse que a condenação de Boff é "mais um sinal da política de poder restauradora" do papa Wojtyła e do cardeal Joseph Ratzinger, prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé. "O Vaticano tenta silenciar a Teologia da Libertação por meio de uma inquisição sofisticada. A mesma coisa Pio 11 fez com bispos e vozes críticas. Mas as vezes de Boff e de tantos outros teólogos não podem ser silenciadas, porque elas já foram ouvidas e entendidas por milhões de cristãos", acrescentou o teólogo suíço.

ainda não foi traduzido para o português. Mas a punição não impediu que Kung continuasse escrevendo e ensinando em Tübingen (República Federal da Alemanha). Entre os seus livros mais vendidos estão "A Igreja", "Ser Cristão" (best-seller) e "Deus existe?". Kung é amigo pessoal de Leonardo Boff, punido, agora, pela Doutrina da Fé (antigo Santo Ofício).

Especialista em Teologia Sistemática, o teólogo suíço Hans Kung foi processado de 1970 a 1979, quando teve cassado, pelo Vaticano, o seu título de doutor católico, depois de ter publicado (exatamente em 1970, no centenário do dogma da infalibilidade do papa) o livro "Infalível? Uma interpelação", contestando, com dados bíblicos e teológicos, a doutrina de que o papa é infalível. O livro

FSP Sexta-feira, 10 de maio 1.985

Boff recebe suspensão por tempo indeterminado

Reportagem Local

O teólogo franciscano Leonardo Boff, 46, recebeu ontem, no convento de Petrópolis (RJ), o documento oficial do Vaticano suspendendo-o "por tempo conveniente", segundo os termos do ofício enviado pelo cardeal Joseph Ratzinger, prefeito da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé (e responsável imediato pela punição) ao seu colega, d. Jean Jérôme Hamer, prefeito da Sagrada Congregação para os Religiosos. Este, por sua vez, noticiou o superior dos franciscanos, frei John Vaughn, que se comunicou oficialmente com Boff, anexando-lhe uma carta pessoal. Ao contrário da informação inicial que chegou ao Brasil — indicando que a punição seria de um ano, até maio de 1986 — o texto do Vaticano não fixa a duração da pena.

Uma análise dos últimos acontecimentos na Igreja do Brasil (documentos do cardeal Agnello Rossi sobre "Verdades, erros e perigos na Teologia da Libertação" e da Comissão de Doutrina do Rio contra Clodovis Boff, além da punição de Leonardo Boff) será feita na última semana deste mês, em Brasília, na reunião da Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

"Obedecemos o Santo Padre"

O cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, d. Eugênio Salles, afirmou que "a Santa Sé está cumprindo seu dever, e nós, os católicos, obedecemos a orientação do Santo Padre".

Em São Paulo, a direção nacional da Opus Dei afirmou, através do assessor de imprensa, Carlos Alberto di Franco, que não se pronunciará sobre o caso Boff "porque isto não é de nossa competência e já está sendo conduzido pela autoridade romana". Em Recife, o sociólogo Gilberto Freyre, 85, disse que "se o caso fosse de natureza filosófica ou sociológica, estaria configurado um abuso à liberdade de expressão. Mas, como se trata de uma questão teológica, a Igreja tem o direito de adotar tal providência". Observou que "os teólogos filiados à Igreja podem sofrer restrições" e que "o sacro não tem épocas, como outros campos da história, e a busca da transcendência tem as suas próprias leis".

Já o monge beneditino d. Estêvão Bettencourt, vice-diretor da Faculdade Eclesiástica de Filosofia João Paulo 2º, declarou: "O que está feito, está feito". O cardeal-arcebispo de Fortaleza (CE), d. Aloísio Lorscheider, viajou para uma casa de retiros — sem telefone — no interior do Estado e/em Salvador (BA) o bispo auxiliar, d. Boaventura Kloppenburg (que denunciou Leonardo Boff ao Vaticano por causa do livro "Jesus Cristo Libertador"), não é encontrado há dois dias.

O vice-presidente da CNBB e arcebispo de Uberaba, d. Benedito Ulhoa Vieira, pediu desculpas mas não quis fazer comentários e o bispo de Vitória da Conquista (BA), d. Celso José Pinto, ex-auxiliar de d. Eugênio Salles, disse que a CNBB examinará a situação no final do mês, em Brasília. O bispo de São Miguel Paulista e secretário do Regional Sul 1 da CNBB, d. Angélico Sândalo Bernardino, disse que a única resposta que pode dar resume-se na expressão: "Meu Deus!".

Poema de Casaldáliga

Em Goiânia (GO), o bispo de São Félix do Araguaia (MT), d. Pedro Casaldáliga, escreveu ontem — e enviou a Leonardo Boff — o seguinte poema: “Benção de São Francisco e frei Leonardo Boff. Que diria meu compadre São Francisco a seu filho Leonardo Boff nesta hora de provocação? — Irmão Leonardo, teólogo da graça libertadora, pelo designio do Pai: mesmo não sendo muito conforme com o Evangelho da liberdade dos filhos de Deus, esta maneira vaticana de tratar os irmãos da fé, tu, irmão Leonardo, em memória e seguimento de Nosso Senhor e Libertador Jesus Cristo, que se fez obediente até à morte e morte de cruz, obedece com humor de irmão do Reino. Sê, por uns dias, em fecunda sementeira, teólogo do silêncio do Verbo. Partilha em profundidade o mistério dos pobres, que não têm voz, nem vez na Igreja”.

“Teu livro, tão temido — diz o poema — agora revestiu-se de mais próximas razões. Escuta, em silêncio maior, o grito dos oprimidos que brota deste continente da morte e da esperança e o canto novo que já rompe das aldeias, dos campos e das cidades. A mulher, quando deu à luz, esquece as dores que sofreu no parto, feliz por ter entregado um novo filho ao povo. A noite vai passando e o dia se aproxima. Apronta, na vigília, as vestes da nova luz.”

“Paz e bem, irmão Leonardo — conclui. Toda a irmandade te acompanha, na oração da fé, com as serestas impacientes da esperança e na rebelde fidelidade dos adultos responsáveis pelo Reino de Deus. Profeta escolhido de tantas palavras luminosas, sê, por um pouco tempo, profecia calada... e o teu coração experimentará a perfeita alegria. Para a glória do Pai que nos criou livres, na Páscoa do Filho que com seu sangue nos libertou de todo o cativo e na consolação do Espírito Santo que é o selo vivo da nossa liberdade, amém, aleluia.”

Surpresa e preocupação

Para o fundador e presidente da Academia Brasileira Maçônica de Letras, do Rio de Janeiro, general Oriwalter Calvet Fagundes, 73, Leonardo Boff “é um idealista que tenta fazer mudanças teológicas na Igreja que, na prática, voltou-se para os pobres”. Já o rabino Henry Sobel, 41, da Congregação Israelita Paulista, afirmou que “honestamente, é difícil compreender esta punição”.

Em Piracicaba (SP), a Assessoria de Direitos Humanos e a Pastoral Universitária da Unimep (Universidade Metodista) divulgaram ontem o, revelando “surpresa e preocupação” com a suspensão imposta a Boff e temor de que “esta decisão unilateral possa afetar o crescente diálogo e convívio que caracteriza nosso relacionamento ecumênico”. Os metodistas dizem que “através das idéias e de textos de teólogos como frei Leonardo, aprendemos a admirar a relevância e o comprometimento da Teologia da Libertação, que não só reavivou a Igreja, mas a tornou mais evangélica e presente através de seus documentos, pastorais sociais e comunidades de base”.

Já o secretário para o Brasil do Conselho Nacional de Igrejas dos Estados Unidos, Anivaldo Padilha, 44, disse ontem, em São Paulo, que a condenação de Boff “não surpreende quem vem acompanhando a conjuntura católica”. Destacou que “na hora em que a Igreja cerceia a liberdade de pensamento, perde autoridade moral para defender valores democráticos no campo sócio-político”.

Outro líder evangélico, Jaci Maraschin, 55, secretário-geral da Aste (Associação dos Seminários Teológicos Evangélicos) e de confissão anglicana, afirmou em São Paulo que “estão tristes os que pensávamos, como eu, que a Igreja Católica ainda poderia ser um lugar de liberdade de expressão”. E perguntou: “Vale a pena tentar qualquer tipo de diálogo com uma instituição que condena ao exílio do silêncio aqueles que tentam criar algo novo?”

Juristas lamentam

Na opinião do jurista Hélio Bicudo, 70, presidente do Centro Santo Dias de Direitos Humanos, da Arquidiocese de São Paulo, “com a medida contra Boff voltamos ao tempo da Inquisição e ele só não é queimado em praça pública porque essa forma de execução já foi retirada do Código de Direito Canônico”. Outro advogado ligado à Igreja, Mário Simas, classificou a medida como “despótica, tirânica e totalmente inadmissível”.

Para o professor Êder Sáder, 43, do Departamento de Ciências Sociais da USP, “causa espanto ver a Igreja voltar a comportamentos inconcebíveis em qualquer convivência democrática. A Igreja — que ganhou espaços ao se ligar aos movimentos de libertação, compromete sua imagem ao assumir uma medida obscurantista como essa”. Já para Flávio di Giorgi, 52, da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e professor do Colégio Santa Cruz, “a punição indica o grau de tensão que existe entre uma visão europeia da Teologia e uma visão latino-americana, decorrente de toda uma caminhada pastoral”.

FSP - Sexta-feira, 10 de maio 1985

Bispos preparam defesa a ser enviada ao Vaticano

Da Sucursal do Rio

D. Mauro Morelli, bispo de Duque de Caxias (RJ), d. Waldir Calheiros, bispo de Volta Redonda (RJ), e d. Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia (MT), estão articulando a resposta dos religiosos brasileiros ligados à Teologia da Libertação contra a punição recebida por frei Leonardo Boff. Eles prepararam uma carta que será enviada ao cardeal Joseph Ratzinger, da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, com cópia para o papa João Paulo 2º.

D. José Fernandes Velloso, 69, bispo de Petrópolis (RJ), cidade onde vive frei Leonardo Boff, afirmou não ter conhecimento de qualquer documento em solidariedade ao teólogo. "Acho muito estranho que se faça uma rebelião", comentou d. Fernandes Velloso, que classificou de "boato injurioso" a notícia de que um grupo

de bispos estaria elaborando este documento.

Ele evitou classificar de "punição" o período de um ano de silêncio a que foi condenado o teólogo Leonardo Boff. "Primeiramente temos de saber se é, realmente, uma punição. Uma dieta receitada por um médico é uma punição?", perguntou.

"Salvação"

D. José Fernandes disse que só poderia avaliar a intenção do Vaticano se tivesse lido o documento. "Fui informado através de jornais. O que posso interferir numa coisa que vem diretamente da Santa Sé?", voltou a indagar o bispo de Petrópolis. Ele evitou mesmo calcular, baseado em sua vivência na Igreja, a gravidade da pena atribuída ao teólogo. "Isto depende dos termos da receita e da idéia do doente, que, inclusive, pode receber isto como a salvação".

Entre os defensores, a preocupação social

Da redação da Folha

D. Mauro Morelli, 49, foi nomeado em 1981 bispo da diocese da Duque de Caxias (RJ), uma das regiões de maior violência do Estado. Define sua missão pastoral como voltada "para os operários, para a terra e para a justiça e paz social".

D. Pedro Maria Casaldáliga, espanhol de nascimento, é bispo de São Félix do Araguaia (MT) e já foi alvo

de inúmeras críticas de setores conservadores, especialmente por combater a ação dos latifúndios e das empresas multinacionais.

D. Waldir Calheiros é bispo de Volta Redonda (RJ). Defendeu, nas eleições de 1982, o voto no Partido dos Trabalhadores, e acredita que o capitalismo "é selvagem, está podre e não é mais uma alternativa para os pobres". Teve inúmeros atritos com os militares, após 1964.

FSP- Sábado, 11 de maio 1.985

Em nota, dez bispos dão apoio a Boff

Dez bispos divulgaram ontem, em Goiânia (GO), nota na qual manifestam "inconformidade diante da punição infligida pela Congregação Vaticana para a Doutrina da Fé ao nosso teólogo Leonardo Boff". Para os bispos, tanto a medida quanto o modo como foi aplicada são "pouco evangélicos".

Líderes religiosos protestantes de várias partes do mundo, integrantes do Conselho Mundial das Igrejas, decidiram enviar uma carta ao prefeito da Congregação Vaticana, cardeal Joseph Ratzinger, também criticando a punição de Boff.

Ratzinger está movendo processo post-mortem contra o cardeal Rahner, falecido em 1984, por este ter exposto no livro "Liberdade e Manipulação na Sociedade e na Igreja" idéias consideradas subversivas pelo Vaticano.

FSP - Sábado, 11 de maio 1.985

A punição de frei Boff

A condenação imposta pelo Vaticano ao frei Leonardo Boff, obrigando-o a guardar silêncio "por um tempo conveniente", vem adicionar mais um capítulo a uma história de conflitos, internos à hierarquia da Igreja, que não promete encerrar-se tão cedo. Não há razões para supor, com efeito, que a Igreja seja ou algum dia tenha sido uma instituição compacta. Aliás, seria ingenuidade esperar tal monolitismo de qualquer instituição humana, atual ou pretérita. As divergências que frequentemente se tornam públicas, a partir de declarações ou obras de integrantes de hierarquia católica, só podem ser encaradas, assim, com naturalidade. Também é natural que os dirigentes máximos da instituição procurem assegurar-lhe maior coerência possível, nunca poupando esforços no sentido de bloquear confrontos internos.

Mas se as questões de doutrina dizem respeito tão somente aos integrantes da própria hierarquia da Igreja, nem por isso se deveria crer na total impermeabi-

lidade entre Igreja e sociedade civil. Ainda que nem toda a população pertença ao credo cristão, é inegável a crescente atuação secular da Igreja, que se dedica ao atendimento de necessidades comunitárias e à organização de diversos movimentos reivindicatórios.

Levando-se em conta essa integração entre a estrutura organizativa da Igreja e o próprio cotidiano de inúmeras comunidades, ressalta um aspecto inusitado no fato da punição ao frei Boff. Pois mesmo que não cumprã à população laica julgar questões de doutrina, a utilização de instrumentos eminentemente autoritários, como a condenação ao silêncio, destoa do clima democratizante que a sociedade civil tão arduamente vem acalentando. Esse descompasso é indesejável, e o recurso a formas de punição que negam a própria continuidade do diálogo acaba por servir de contra-exemplo, nesse momento em que já está bem difícil preservar e ampliar a capacidade de negociação pacífica entre interesses em conflito.

FSP - Sábado, 11 de Maio 1985

Dez bispos criticam o "silêncio" imposto a Boff

Reportagem Local

"Como bispos da Igreja Católica no Brasil sentimos o dever de manifestar publicamente nossa inconformidade diante da punição infligida pela Congregação Vaticana para a Doutrina da Fé ao nosso teólogo Leonardo Boff. Tanto a medida em si, quanto o procedimento usado em sua aplicação, parecem-nos pouco evangélicos, lesivos aos direitos humanos e à liberdade de investigação do teólogo, contrários ao testemunho de liberdade e caridade cristã, perturbadores da caminhada de nossas Igrejas e ofensivos à corresponsabilidade de nossa Conferência Episcopal".

É o que dizem dez bispos progressistas e moderados da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) em nota divulgada, ontem à tarde, em Goiânia, comentando a decisão do Vaticano de punir "por um tempo conveniente" o teólogo franciscano Leonardo Boff, 46, impedido, desde o dia 1º de maio, de dar aulas, fazer conferências, escrever textos para publicação, editar a "Revista Eclesiástica Brasileira" e dar entrevistas.

A nota representa a primeira reação oficial de bispos brasileiros à punição de Boff. É assinada pelos bispos moderados d. Fernando Gomes dos Santos, 75, arcebispo de Goiânia (GO); d. Augusto Alves da Rocha, 52, de Picos (PI); d. Pompeu Bezerra Bessa, 62, de Crato (CE); d. Antônio Possamai, 56, de Ji-Paraná (RO), e pelos progressistas, d. José Gomes, 64, de Chapecó (SC) e presidente da CPT (Comissão Pastoral da Terra) d. Pedro Casaldáliga, 57, de São Félix do Araguaia (MT); d. Tomás Balduino, 63, de Goiás Velho (GO); d. Celso Pereira de Almeida, 57, de Porto Nacional (GO); d. Antônio Batista Fragoço, 65, de Crateús (CE) e d. Aparecido José Dias, 54, de Registro (SP) e coordenador da CPT paulista.

Carta ao Papa

Este mesmo grupo de bispos resolveu enviar cartas específicas e reservadas ao papa João Paulo 2º e ao prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, cardeal Joseph Ratzinger, criticando, em termos enérgicos embora respeitosos, a decisão secreta de punir Leonardo Boff.

Alguns destes bispos exerceram — ou exercem — funções importantes na CNBB: d. Fernando Gomes participou do Concílio Vaticano 2º e da Comissão Central da CNBB e fundou a Universidade Católica de Goiás. Está aguardando sucessor, já que pediu sua renúncia ao Papa por motivos de saúde. D. José Gomes dirige um dos principais organismos

relacionados com a CNBB, a Comissão Pastoral da Terra; d. Tomás Balduino é pós-graduado em Teologia na França e fundou o CIMI (Conselho Indigenista Missionário); d. Pedro Casaldáliga, espanhol, foi um dos principais opositores ao regime de 64, e d. Antônio Batista Fragoço integrou o Departamento de Leigos do CELAM (Conselho Episcopal Latino-Americano).

Pena no convento

Em Petrópolis, chegaram ontem à

Editora Vozes e ao Convento do Sagrado Coração de Jesus, onde vive Leonardo Boff, cartas e telegramas de solidariedade ao teólogo. Ele se manteve ontem recolhido em sua sala de estudos, nos fundos da Editora e conversou com seus irmãos Waldemar Boff, administrador de empresas e Clodovis Boff, que veio do Rio. Sua manutenção está assegurada pelo convento, pelos direitos autorais de seus livros (no Brasil e no exterior) e por seus familiares.

Com ele e seus superiores estão guardados os principais documentos ligados à sua punição: a carta conjunta das Congregações para a Doutrina da Fé e para os Religiosos, a carta reservada do ministro-geral, frei John Vaughn e o comunicado da Doutrina da Fé, divulgado anteontem, no Vaticano.

De acordo com Rocco Morabito, do jornal "O Estado de S. Paulo", é esta a íntegra do comunicado: "Com referência à notícia difundida pelas agências de notícias, segundo a qual, a respeito das reservas feitas ao livro

'Igreja, Carisma e Poder', do frei Leonardo Boff, foram-lhe comunicados os seguintes procedimentos disciplinares que divulgamos a seguir.

"Em 26 de abril de 1985, foi enviada ao ministro-geral da Ordem dos Frades Menores uma carta conjunta da Congregação para a Doutrina da Fé e pelos Religiosos e Instituições Seculares, em que a dita Congregação, em sua respectiva competência, estabeleceu os procedimentos que eram necessários. Tais procedimentos consistem em um período de obsequioso silêncio, que permite ao frei Boff uma séria reflexão e na abstenção de sua responsabilidade na redação da "Revista Eclesiástica Brasileira" e de outras atividades de conferencista e escritor.

"Na data de 1º de maio de 1985, o ministro geral da Ordem dos Frades Menores informava ter comunicado ao frei Leonardo Boff os procedimentos em questão e que ele os acolhera com espírito religioso".

O protesto do CMI

Em Recife, ao encerrar sua reunião anual de avaliação, o comitê consultivo do Programa de Missões Rurais e Urbanas do CMI (Conselho Mundial de Igrejas) — com sede em Genebra, Suíça e que reúne mais de trezentas denominações evangélicas de todo o mundo — decidiu enviar, ontem, carta ao cardeal Joseph Ratzinger, assinada por líderes protestantes da América Latina, Ásia, África, América do Norte e Europa.

Destacando que "a decisão de condenar Leonardo Boff ao silêncio e de proibir seu irmão Clodovis de exercer o ministério" foram recebidas "com grande desapontamento e preocupação". A carta a Ratzinger afirma que o trabalho desses teólogos "envolve outros teólogos de todos os continentes e é autenticamente baseado nas experiências e esperanças de milhões de pessoas pobres, de acordo com os ensinamentos bíblicos".

"Sua decisão — dizem os líderes do CMI — contraria as esperanças de justiça de milhões de cristãos e terá consequências negativas para toda a Igreja, no futuro. Desejamos que registre a nossa preocupação e, delicadamente, pedimos que reconsidere sua decisão".

Em nome do Comitê Mundial Assessor do CMI, os pastores Zwinglio Mota Dias e Kenith David enviaram, ontem, telegrama ao presidente do CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs) e da CNBB, d. Ivo Lorscheiter, manifestando "indignação cristã a esta manifestação de intolerância e incapacidade para o diálogo revelada pela mais alta instância da Igreja Católica". (DA)

FSP - Sábado, 11 de Maio 1985

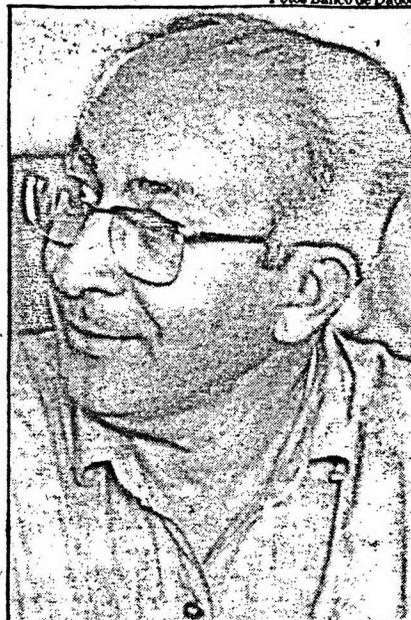
Fotos Banco de Dados



D. Pedro Casaldáliga, de São Félix (MT)



D. Aparecido Dias, de Registro (SP)



D. Tomás Balduino, de Goiás Velho (GO)

É uma afronta à Igreja brasileira, diz belga

Reportagem Local

“É uma afronta à Igreja brasileira, porque todos aqueles que conhecem os livros e a palavra de Leonardo Boff, assim como sua vida religiosa, consideram inacreditável essa punição.” Assim se manifestou ontem, na cidade holandesa de Nimega, o teólogo Edward Schillebeeckx, 70, ao comentar a condenação ao silêncio, por tempo indeterminado, imposta pelo Vaticano ao teólogo franciscano Leonardo Boff. O teólogo, ouvido por telefone pela Folha, acrescentou: “Nesta hora penosa e difícil, desejo a Leonardo coragem e fé cristã”.

Professor de Dogmática e Hermenêutica na Universidade de Nimega, Holanda, o belga Schillebeeckx é, ao lado do suíço Hans Kung (atualmente

radicado na Alemanha Federal), um dos mais célebres “teólogos rebeldes” da Europa Ocidental. Na sua opinião, a reação européia à punição de Leonardo Boff tem sido muito intensa. “Foi um ato lastimável, que não impedirá, no entanto, o avanço da Teologia da Libertação na América Latina”, disse.

Quatro processos

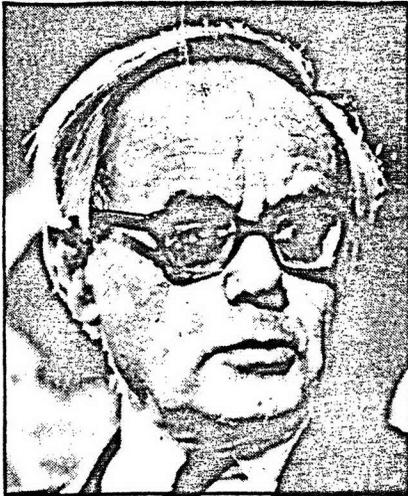
Colega de Boff no conselho de redação da revista internacional de Teologia “Concilium” — editada por ele na Holanda e por Boff no Brasil — o dominicano Schillebeeckx sofreu quatro processos movidos pelo Vaticano, o primeiro em 1968. Especialista em Cristologia e Eclesiologia, já foi acusado de colocar em dúvida a divindade de Cristo e o próprio ministério da ordem dominicana. Nos

últimos anos, respondeu a interrogatórios sobre o sacramento da Eucaristia, cuja administração acredita não ser privativa dos sacerdotes.

Edward Schillebeeckx é autor de 25 livros, entre eles “Cristo: Sacramento do Encontro com Deus” (publicado no Brasil em 1967, pela editora Vozes), “Revelação e Teologia”, “Deus e o Homem” e “Ministério: Liderança na Comunidade de Jesus Cristo”. Nascido em Antuérpia, Bélgica, entrou para a Ordem dos Pregadores (dominicanos), tornando-se padre em 1941. Formado pela Universidade de Lovaina, ainda em seu país, obteve o Doutorado em Teologia na Sorbonne, França, em 1946. Desde 1957 vive na Holanda, no mosteiro Albertinum, na cidade de Nimega.

FSP - Sábado 11, de maio 1. 985

Ratzinger processa defensor, já morto, da Libertação



Cardeal Rahner, amigo de João 23

DERMI AZEVEDO

Da nossa equipe de reportagem

Um processo post-mortem contra o teólogo jesuíta Karl Rahner, um dos grandes inspiradores do Concílio Ecumênico Vaticano 2º que morreu aos oitenta anos em 1984, está sendo movido na Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé por iniciativa do cardeal Joseph Ratzinger — responsável pela punição do teólogo brasileiro Leonardo Boff. Ele quer a condenação de Rahner, um grande amigo de João 23 e do teólogo Heinrich Fries, pelas opiniões contidas no livro "Unidade da Igreja, Possibilidades Reais", ainda não publicado no Brasil. Ratzinger considera "subversivas" as idéias de Rahner e Fries de que a unidade dos cristãos tem, como ponto de partida,

"as verdades fundamentais do Cristianismo, como são expressas na Sagrada Escritura e nos Sínodos de Nicéia e Constantinopla".

Um dos mais respeitados teólogos da História Contemporânea de Igreja, Rahner tornou-se, no fim da vida, um firme defensor da Teologia da Libertação. Em 1978, assinou o "Memorandum dos teólogos da República Federal da Alemanha sobre a campanha contra a Teologia da Libertação" e, no ano passado, escreveu ao cardeal-arcebispo de Lima (Peru), d. Juan Landázuri Ricketts, em defesa do teólogo Gustavo Gutiérrez.

Defesa a Gutiérrez

"A Teologia da Libertação que ele representa — diz a carta — é

plenamente ortodoxa. E consciente de seu significado limitado dentro da globalidade da Teologia Católica. Além disso, é consciente — e com razão, segundo penso — que a voz dos pobres deve ser escutada na Teologia, no contexto da Igreja latino-americana... Uma condenação de Gustavo Gutiérrez teria, em minha plena convicção, consequências muito negativas para o clima que é a condição em que pode perdurar uma teologia que está ao serviço da evangelização. Existem hoje diversas escolas e foi sempre assim: também na Idade Média e na Teologia Barroca, houve um sadio pluralismo na teologia política".

O atual prefeito da Doutrina da Fé, cardeal Ratzinger, teve pelo menos dois conflitos pessoais com Karl

Rahner: escreveu um livro para contestar as teses de Rahner em "Liberdade e Manipulação na Sociedade e na Igreja" (1970) sobre a organização de sínodos nacionais formados por bispos, padres e leigos.

E, em 1979, foi a vez de Rahner protestar contra uma atitude de Ratzinger: o atual assessor do Papa interferiu junto ao ministro bávaro da Educação, Hans Meier, para que fosse nomeado um candidato de sua preferência para a Faculdade de Teologia Católica de Munique. Foi preterido o primeiro candidato, um teólogo famoso, Johannes Baptist Metz, ligado à Teologia da Libertação e amigo de Boff. Em resposta, Ratzinger alegou que fora contrário a Metz "por seu envolvimento na teologia política".

FSP - Sábado, 11 de maio de 1985

D. Eugênio aprova as medidas contra o teólogo brasileiro

Da Sucursal do Rio

O cardeal-arcebispo do Rio, d. Eugênio Salles, considerou "oportuna, necessária e absolutamente legítima" a decisão da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé de punir, com suspensão por tempo indeterminado, o teólogo franciscano Leonardo Boff pelas idéias expostas por ele no livro Igreja, Carisma e Poder.

O cardeal disse que se julgou "no dever de lembrar esta posição aos diocesanos diante das várias declarações, e em particular as de não

católicos" condenando a atitude tomada pelo Vaticano contra o religioso.

Na mensagem, d. Eugênio Salles reafirma que "é um direito e um dever do Santo Padre defender e preservar a pureza doutrinária e nós, católicos, temos que obedecer às suas diretrizes".

Ressalvando que as medidas do Vaticano não envolvem a pessoa de Leonardo Boff mais sim suas idéias, o cardeal lembrou que o documento do Vaticano afirma que "há ensinamentos no livro que põem em risco a sã doutrina".

FSP - Sábado 11 de maio de 1985

Punição ganha manchetes na Europa

NEWTON CARLOS

De Dusseldorf

Foi destaque na Europa Ocidental a notícia da punição do Vaticano ao teólogo brasileiro Leonardo Boff. Ela ocupou a primeira página de muitos jornais europeus. Em alguns casos o alto da primeira página, como no "La República" de Roma e no "Frankfurter Rundschau" de Frankfurt, o centro financeiro da Alemanha Ocidental. A polêmica envolvendo o Vaticano e os teólogos latino-americanos da Libertação tornou tanto estes teólogos quanto a doutrina que defendem muito conhecidos na Europa Ocidental.

Entre os teólogos Boff é o mais conhecido. Ele fez seu doutorado na Alemanha Ocidental e tem um sobrenome que produz, sobretudo nos alemães, uma sensação de intimidade. Uma consequência da polêmica causada pela Teologia de Libertação e pelas posições duras do Vaticano é a aproximação de Boff e outros teólogos latino-americanos dos teólogos rebeldes europeus. São rebeldes com bandeiras diferentes na América Latina e Europa Ocidental. Mas eles se juntam diante das pressões do Vaticano. O alemão Hans Kung e o holandês Schillebeeckx não estão preocupados, do ponto de vista teológico, com a opção preferencial pelos pobres. Suas brigas são com a ortodoxia doutrinária da Igreja.

Protesto de Kung

Mas Kung, hoje com seu próprio instituto de Teologia em Tubingen, onde trabalha independente do Vaticano, foi um dos primeiros a manifestar-se publicamente sobre a punição a Boff. E o fez em termos duros, pregando a formação de uma congregação de teólogos que funcione como uma linha comum de defesa

diante dos ataques da Congregação para Doutrina da Fé.

Há informações sobre contatos frequentes e intensos entre os teólogos latino-americanos da Libertação e os teólogos rebeldes europeus. Boff, se quisesse, poderia ficar na Europa Ocidental vivendo de conferências. Convites não lhe faltariam. Seus artigos, distribuídos por uma agência baseada em Londres, são publicados em vários jornais europeus. Comenta-se, aqui, que a publicação desses artigos teria apressado a decisão de punição do Vaticano.

Alemanha e Holanda

A notícia da punição na Europa Ocidental teve destaque especial em países onde existem focos de rebelião contra a ortodoxia da Igreja, como a Alemanha Ocidental e a Holanda. Jornais italianos, cujo interesse pelo caso é muito grande — são vizinhos do Vaticano e tratam com especial cuidado tudo que mexe com os poderes do bispo de Roma, do ocupante do trono de São Pedro — publicaram a punição ao lado da difícil visita de João Paulo 2º à Holanda. O "La Stampa" de Turim juntou numa mesma página os protestos que o Papa enfrenta na Holanda e a declaração de Boff: "Obedeço mas não mudo de idéia". O "La República" de Roma colocou a informação sobre Boff logo acima da notícia sobre a viagem à Holanda, "a viagem mais difícil do Papa", segundo o "La Stampa". O teólogo Boff "reafirma o princípio da Teologia da Libertação", escreveu no alto de sua segunda página o "La República".

As dificuldades do Vaticano na Holanda têm uma longa história. Teólogos holandeses já até prepararam um catecismo próprio, o chamado "catecismo holandês", em oposi-

ção à ortodoxia doutrinária. Agora João Paulo 2º enfrenta reações à sua decisão de enquadrar de vez a Igreja holandesa. Para Utrecht, capital católica da Holanda, residência do cardeal-primaz, foi nomeado um bispo conservador conhecido como "bispo Wojtylian". D. Adrianus Simonis receberá o chapéu cardinalício à 25 de maio. Há reações da Holanda às nomeações de outros bispos conservadores. A incursão holandesa do Papa, considerada na Europa Ocidental um gesto de coragem e determinação por parte de João Paulo II, agita publicamente uma questão ainda não muito debatida. A que envolve a estratégia do Vaticano de instalar gradativamente em dioceses "problemáticas" bispos com vivência dos centros de poder em Recife.

Jornais conservadores

Na Alemanha Ocidental, cuja hierarquia católica conservadora cerra fileiras em torno de João Paulo 2º e vai ocupando posições importantes na estrutura de poder do Vaticano, as repercussões de punição a Boff tiveram o seguinte detalhe: jornais da linha do Partido Social Democrata, como o "Frankfurter Rundschau", deram mais destaque à notícia do que jornais conservadores como o "Frankfurter Allgemeine Zeitung". Os porta-vozes do conservadorismo alemão talvez queiram abafar o caso.

O "Herald Tribune", lido em toda a Europa Ocidental e parte da Ásia, deu a notícia na segunda página e não publicou a parte da declaração de Boff na qual o teólogo brasileiro não abre mão de suas convicções. Informa apenas que Boff disse que não é marxista. E metade da notícia trata do documento divulgado na quarta-feira pelo Vaticano.

FSP - Domingo, 12 maio de 1985

No Natal, Papa já advertia contra ameaça das "forças centrífugas"

DERMI AZEVEDO

Da nossa equipe de reportagem

A condenação sumária do teólogo franciscano Leonardo Boff a um período indeterminado de "silêncio obediente", divulgada na quarta-feira passada por esta Folha e depois confirmada pelo Vaticano, ressuscitou, entre os cristãos e os não cristãos, um terrível fantasma. Estaria voltando a Santa Inquisição, com sua longa crônica de crimes, em nome da "sã doutrina"? Voltaria, agora, o "index librorum prohibitorum" (índice dos livros proibidos) e a sequência de excomunhões e interditos, sepultados há séculos na vida da Igreja?

Os anos sessenta começam sob a influência renovadora de João 23 e do Concílio Vaticano 2º. É a época do "aggiornamento" (renovação) e da abertura da Igreja para o diálogo em todas as direções. Na América Latina, avançam os movimentos sociais por reformas, discute-se a teoria da dependência e surgem os primeiros debates em torno de uma leitura teológica latino-americana própria (que seria, dez anos mais tarde, a Teologia da Libertação). A Conferência de Medellín (1968) busca aplicar ao subcontinente as conclusões do Concílio. Fala de "violência institucionalizada" e de "mudanças estruturais". Depois das cartas sociais de João 23, fazem escola os documentos de Paulo 6º, principalmente a carta sobre o progresso dos povos (Populorum Progressio).



João Paulo 2º critica Libertação



Boff foi punido pelo Vaticano



Joseph Ratzinger interrogou Boff



Gutiérrez é alvo de críticas

Fotos: Banco de Dados

Começam as pressões

No mesmo ano em que o cardeal polonês Karol Wojtyła assume o papado, 1978, teólogos alemães (entre os quais Karl Rahner, J.B. Metz e J. Moltmann) denunciam uma incipiente campanha contra a Teologia da Libertação. Um ano depois, em Puebla, já com a participação de João Paulo 2º, teólogos da libertação convidados por bispos progressistas são excluídos da conferência, do episcopado latino-americano.

Em 1980, assessores de Ronald Reagan preparam o "documento de Santa Fé", com as diretrizes do seu primeiro mandato, afirmando, na proposição 3: "A política externa dos EUA deve começar a enfrentar (e não simplesmente a reagir a ela posteriormente) a Teologia da Libertação tal como é utilizada na América Latina pelo clero da Teologia da Libertação." Três anos depois, em março, a Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé envia aos bispos peruanos "Dez Observações em Torneo da Teologia de Gustavo Gutiérrez", pedindo que eles se pronunciem.

O processo contra "Igreja, Carisma e Poder", de Leonardo Boff, começou antes, em 1982, a partir de denúncia da Comissão de Doutrina da Arquidiocese do Rio de Janeiro. Ratzinger pede-lhe que responda às críticas de d. Eugênio Salles e também de d. Boaventura Kloppenburg.

Um ano tenso

Na Europa, o teólogo suíço Hans Kung fora condenado em 1979, já no pontificado de João Paulo 2º, depois de nove anos de processo, acusado de

duvidar da infalibilidade papal. Nenhum desses anos foi, porém, mais tenso e difícil, nas relações internas da Igreja Católica, do que 1984. Numa sucessão rápida de acontecimentos, o pai da Teologia da Libertação, Gustavo Gutiérrez e o autor de "Jesus Cristo Libertador", Leonardo Boff, são chamados para "colóquios" no Vaticano. O cardeal Ratzinger vem, em março, à Colômbia, debater "a ortodoxia na América Latina" com os presidentes das Comissões Episcopais de Doutrina.

A revista "Comunhão e Libertação", conservadora, antecipa, em Roma, parecer condenatório à Teologia da Libertação, de assessores da Doutrina da Fé. Em outubro, o Papa amplia as possibilidades para a celebração da missa em latim, com aplausos do arcebispo integrista Marcel Lefebvre. No seu discurso pré-natalino, para a Cúria Romana, João Paulo 2º adverte contra "forças centrífugas que ameaçam a unidade da Igreja".

Chega 1985. O Papa volta à América Latina e adverte, em seguidos discursos, que "a Teologia da Libertação é um grave desvio". Os padres sandinistas nicaraguenses são punidos: Fernando Cardenal é expulso da Companhia de Jesus, seu irmão Ernesto e os padres D'Escoto e Parrales são suspensos. É anunciada uma assembléia extraordinária do Sínodo dos Bispos para fazer uma revisão do Concílio Vaticano 2º.

FSP - Domingo, 12 maio 1. 985

Ao receber bispos brasileiros, em visita "ad limina", o Papa faz seguidas advertências: "Transmitam a fé íntegra e pura", "o pluralismo mal-entendido é uma tolerância que facilmente degenera em indulgência, fazendo quase desaparecer o sentido do pecado". A Doutrina da Fé publica notificação sobre "Igreja, Carisma e Poder" qualificando-o como "prejudicial à fé cristã". Enquanto, no Rio de Janeiro, o teólogo Clodovis Boff, irmão de Leonardo, volta a ser processado, o cardeal Agnello Rossi vem ao Brasil para os funerais de Tancredo Neves e publica um documento condenando "erros e desvios" da Teologia da Libertação.

Em Roma, o ex-núncio no Brasil, cardeal Sebastião Baggio, é nomeado camerlengo, isto é, substituto eventual do Papa, após sua morte. Em 25 de abril, são anunciados os novos cardeais: dezoito europeus, três latino-americanos (entre os quais d. Obando y Bravo, da Nicarágua), nenhum brasileiro e dois poloneses. Quase todos são funcionários da Cúria Romana. Oito de maio: Leonardo Boff é condenado, secretamente, ao silêncio "por um tempo conveniente". Na Alemanha, Hans Kung fala de "inquisição sofisticada". No Brasil, o padre Sá Earp, da Comissão de Doutrina do Rio, diz que Boff foi condenado por não acatar a notificação da Doutrina da Fé.

FSP - Segunda-feira, 13 de maio 1.985

Núncio apostólico interpela bispos sobre cursos baseados na Libertação

Reportagem Local

A partir de denúncias apresentadas, no ano passado, pelo arcebispo de Aracaju (SE), d. Luciano Cabral Duarte, e pelos bispos de Petrópolis (RJ) e auxiliar de Salvador (BA), d. José Fernandes Veloso e d. Boaventura Kloppenburg, respectivamente, o núncio apostólico no Brasil, d. Carlo Furno, interpelou, há um mês, teólogos e bispos progressistas da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) sobre os cursos anuais que organizam, por iniciativa própria, para estudo da realidade brasileira e latino-americana, com base nos pressupostos da Teologia da Libertação.

Além de ter criticado a realização dos cursos, o núncio pediu aos teólogos e bispos uma lista completa de todos os preladados e palestrantes desses cursos, nos últimos sete anos, assim como a relação integral dos temas debatidos. Entre os temas, estiveram "Análise da conjuntura brasileira à luz dos princípios cristãos", "Perspectivas da Teologia clássica e suas relações com as teologias da paz, desenvolvimento e da Libertação", "Teologia e espiritualidade das pastorais da Igreja diante da realidade", "Protestantismo no Brasil", "Ecumenismo", "Sacramentos" e "Código de Direito Canônico e realidade brasileira".

Entre os palestrantes, nesses cur-

sos, estiveram os teólogos Leonardo Boff e seu irmão Clodovis, além de especialistas em história da Igreja na América Latina, pastoralistas e também cientistas sociais. Participam dos cursos, desde o início, mais de cem bispos, entre os quais d. Tomás Balduino, de Goiás Velho (GO), d. Pedro Casaldáliga, de São Félix do Araguaia, d. Cândido Padin, de Bauru (SP) e d. Celso Pereira, de Porto Nacional (GO).

A denúncia

O caso dos cursos ocupou as atenções dos bispos na recente assembléia geral da CNBB, em Itaici, município de Indaial (SC), de 10 a 19 de abril passado, com a intervenção de d. Luciano Cabral Duarte na reunião privativa do episcopado, dia 11. Segundo o arcebispo de Aracaju, "uma das causas da divisão na CNBB é o fato de que, com apoio de numerosos bispos, foi feito um curso anual sobre Teologia da Libertação, com escolha de professores de uma só tendência, com bispos previamente escolhidos, curso onde se fez uma iniciação ao pensamento marxista".

O arcebispo afirmou, também, que o historiador Paulo Freire afirmara que, "através de uma estratégia de poder, um grupo de bispos montou um esquema e consolidou sua tendência no controle da CNBB" e lembrou uma recomendação do cardeal italiano Sebastião Baggio, em

1979, de que "as iniciativas de caráter continental se façam com a anuência do Celam (Conselho Episcopal Latino-Americano), as nacionais, da CNBB e as diocesanas, dos bispos".

A denúncia foi retomada pelo bispo de Anápolis (GO), d. Manuel Pestana, afirmando que "foi por este caminho que o modernismo entrou nos seminários, cúrias e palácios episcopais".

Bispos defendem-se

Vários bispos defenderam os cursos. D. Agnélico Sândalo Bernardino, de São Miguel Paulista, afirmou que o núncio pediu e recebeu informações e o arcebispo de João Pessoa (PB), d. José Maria Pires, explicou que o curso "visa uma espiritualidade da Teologia da Libertação que é o momento dois, já que o primeiro momento é a caminhada do povo". O bispo de Volta Redonda (RJ), d. Waldyr Calheiros, disse que, nos cursos anuais, os bispos "refletem juntos sobre vários pontos da prática pastoral libertadora".

Os bispos e teólogos atenderam à solicitação de d. Carlo Furno e enviaram ao Vaticano, por intermédio da Nunciatura Apostólica, todas as informações pedidas. Mas mantiveram a decisão de continuar realizando os cursos, considerando-os "uma reciclagem pastoral e um confronto de experiências".

FSP - Segunda-feira, 13 de maio de 1985

CNBB vai debater a condenação de Boff

Reportagem Local

Os bispos que integram os órgãos diretivos da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) estão debatendo, informalmente, em contatos pessoais e telefônicos, a punição do Vaticano ao teólogo Leonardo Boff, dia 1º de maio, condenado ao silêncio "por um tempo conveniente". Um primeiro debate formal será feito em Brasília, na próxima semana, na reunião da CEP (Comissão Episcopal de Pastoral), um dos órgãos institucionais da CNBB, ao lado da assembléia geral, conselho permanente, comissões episcopais regionais, presidência e secretariado geral.

Embora o artigo 20 do Estatuto Canônico da CNBB faculte ao presidente, d. Ivo Lorscheiter, "pronunciar-se ou agir em nome da CNBB quando se impuserem decisões urgentes ou declarações inadiáveis", os dirigentes da entidade "preferem ampliar suas consultas, tanto à Comissão de Pastoral quanto ao Conselho Permanente, sobre o caso Boff", segundo afirmou, ontem, o bispo de Duque de Caxias (RJ), d. Mauro Morelli.

Estão sendo preparadas, para di-

vulgação nesta semana, manifestações sobre este caso por parte de entidades da sociedade civil e das várias pastorais da Igreja, no Rio e em São Paulo. Ontem, no Vaticano, o arcebispo mineiro d. Lucas Moreira Neves, secretário da Congregação para os Bispos (e primo de Tancredo Neves, de cujos funerais participou, ao lado de d. Agnello Rossi, como representante do Papa), não quis fazer comentários sobre a punição a Boff. "Este assunto é de outra Congregação, a da Doutrina da Fé. Por isso, nada tenho a declarar", disse d. Lucas.

Em São Paulo, o Conselho Diretor da UCBC (União Cristã Brasileira de Comunicação Social) decidiu enviar carta de solidariedade a Leonardo Boff, afirmando que o "silêncio que lhe foi imposto cerceia a liberdade de comunicação social e teológica".

"Imposição"

Em Duque de Caxias (RJ), depois de ter escrito carta ao cardeal Agnello Rossi, com o título "Teologia do Genocídio versus Teologia da Libertação", d. Mauro Morelli assumiu a defesa de Boff, numa nota, em linguagem figurada, afirmando que

"o silêncio de Deus é sempre fecundo, princípio de tudo, de tudo o fim. Na primavera da criação, tudo era silêncio. Aos embates das ondas, nasceram os cantos dos pássaros e a palavra do homem. No outono da vida, o silêncio torna-se a palavra do amor. Silêncio, fim de diálogo, primeiro disparo na guerra entre irmãos. Silêncio do túmulo de Abel. Arma da morte e do medo, palavra da ignorância, esconderijo da apatia e da convaradia, véu imenso vestindo a noite do vale da morte".

"No silêncio dessa noite, diz a nota, a Palavra se fez Carne e habitou entre nós, caminho do reencontro, início do diálogo que conduz ao amor. No silêncio da Palavra, o princípio de tudo e de tudo o fim. Ao ruído da mentira e da opressão, sucede o silêncio da libertação. Assim, o silêncio na era da comunicação e da comunhão, é belo como caminho e terrível como imposição. O silêncio, na contemplação do monge, é sabedoria de Deus. Imposto ao frade, é estupidez do homem."

"Quebrar o silêncio, conclui, em defesa de todos os silenciados, é anúncio da Palavra que liberta e conduz ao amor. O silêncio é sempre bênção ou maldição."

FSP- Terça Feira, 14 de maio de 1985

Bispo quer a editora Vozes sob controle

Em entrevista à Folha, o bispo de Anápolis (GO), d. Manuel Pestana Filho, pediu ontem a intervenção da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e do Vaticano na Editora Vozes, de Petrópolis (RJ). Ele acusou a editora de "publicar livros ateus e imorais" e criticou a reedição dos livros do teólogo Leonardo Boff, que é um dos diretores da Vozes.

Fundada e dirigida pelos franciscanos, a Vozes é a mais antiga empresa editorial católica do País. Seu presidente, frei Ludovico de Castro, não quis comentar as acusações do bispo goiano.

Os advogados Hélio Bicudo, coordenador do Centro Santo Dias de Direitos Humanos, e José Queiroz, diretor do Instituto de Estudos Especiais da PUC-SP, encaminharão um recurso ao Vaticano pedindo a revisão da pena de silêncio imposta a Boff.

F5P- 14 de Maio, 1985
Terça Feira
Painel do Leitor

Leonardo Boff

"Agora que a polêmica intra eclesial transborda do âmbito da Igreja para as colunas dos jornais de informação (cf as frequentes intervenções do frei Leonardo Boff e a última do pe. Charbonneau versus o card. Rossi Folha de 3.5) acredito que seja permitido a um simples leigo colocar algumas perplexidades. A onda de greves que agitou São Paulo nestes dias, foi apoiada pela nossa Igreja particular, seja nas colunas do jornal arquidiocesano, seja nas homilias dos celebrantes (bispos ou simples presbíteros), enaltecendo a pastoral operária e, às vezes, citando a "Laborem exercens". Contudo esta encíclica é muito clara a respeito do "grevismo" que está contagiando nosso povo quando diz ("os justos esforços para garantir os direitos dos trabalhadores..... devem ter sempre em conta limitações que impõe a situação econômica geral do país. As exigências sindicais não podem transformar-se numa espécie de egoísmo de grupos ou de classe" (o grifo é do texto). Quando se instrumentaliza a palavra de Deus não é de estranhar que aconteça o mesmo com documentos do magistério, seja através da ênfase sobre alguns pontos, isolados do contexto, seja através do silêncio sobre outros..."

Mario Spallicci (São Paulo, SP).

★
"E agora seu Boff? Luta de classes dentro da própria Igreja Católica Apostólica Romana? Nosso irmão, Karl Marx, deve estar de sorriso na vida eterna que ele menos esperava! Os fatos vem verificando a sua análise da história social.

"Mas quanto paradoxo — ou hipocrisia? Os que mais condenam a tal luta de classes, Ratzinger, Sales, Kloppenberg, et alii; estão mais se empenhando nela! O suposto marxista, Boff, retira-se da luta e se reduz até ao silêncio! Agora o famigerado diálogo do Conselho Vaticano 2º é dos surdos com os mudos!

"A verdade 'que liberta' se alcança com análise crítica da realidade, onde Marx é mestre; junto com diálogo fraterno, e sem ódio ideológico nem teológico. Nunca fabrica-se a verdade nos porões de Moscou, nem do Pentágono, nem ainda do Vaticano!"

Pe. Cataldo Cullen (Jardim Brasília, SP).

★
"Não acho palavras com que possa condignamente descrever a atitude do meu irmão de sacerdócio, o pe. Paul Eugene Charbonneau. Pedi a Deus para ajudar-me a encontrar um modo com que pudesse ao menos em parte, diminuir o mal que ele causou ao povo de Deus com seus últimos dois artigos na Folha. No primeiro, ataca grosseiramente o venerando cardeal d.Agnello Rossi, classificando-o de paranóico.

"No segundo artigo, o pe. Charbonneau ataca a Santa Sé com a humilhante suposição de ter agido contra Leonardo Boff, instigada pelos bispos do Rio de Janeiro. Doutor em teologia, não percebe os deslizes que cometeu. Em primeiro lugar a Santa Sé estudou os livros de Boff, principalmente o mais errado deles, "Igreja, Carisma e Poder". Hoje ninguém é obrigado a ser católico. Mas quem quiser pertencer à Igreja deve aceitar a doutrina, a organização e a disciplina dela."

Pe. Luis Ilc (São Paulo, SP).

★
"Lacraram os lábios do frei Leonardo Boff! Será que Roma não leu a parábola de Jesus sobre o jôio e o trigo e a ordem de Jesus que nada se arrancasse, pois o homem pensando que arranca jôio pode estar destruindo o trigo e que Deus haverá na ceifa de identificar que é d'Ele e o que não é?"

William Schisler Filho (Florianópolis, SC).

FSP- Terça feira, 14 de maio 1.985

Juristas pedem revisão da pena imposta a Boff

Da Reportagem Local

Um recurso pedindo a revisão da pena de silêncio "por um tempo conveniente", imposta dia 1º de maio ao teólogo franciscano Leonardo Boff, será encaminhado, nos próximos quinze dias, ao papa João Paulo 2º e ao cardeal Joseph Ratzinger, prefeito da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, pelos advogados Hélio Bicudo, coordenador do Centro Santo Dias de Direitos Humanos, e José Queiroz, diretor do Instituto de Estudos Especiais da PUC-SP, em nome de aproximadamente trezentos centros e comissões de direitos humanos de todo o País, ligados à Igreja Católica.

A decisão de preparar o recurso foi tomada no último fim-de-semana com apoio do Serviço de Intercâmbio Nacional dos Movimentos de Direitos Humanos, com sede em Petrópolis (RJ) e cujo assessor teológico é o próprio Leonardo Boff. A iniciativa surgiu em São Paulo, onde os três principais organismos de direitos humanos da Arquidiocese (Centro Santo Dias, Comissão Justiça e Paz e Comissão Arquidiocesana de Direitos Humanos e Marginalizados) aprovaram, no sábado passado, moção de solidariedade ao teólogo punido.

A peça jurídica de defesa de Boff baseia-se no novo Código de Direito Canônico, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, da ONU, e nos documentos pontifícios "Paz na Terra", de João 23, e "No octogésimo aniversário", de Paulo 6º, que trata da carta "Rerum Novarum" ("Das coisas novas"), de Leão 13.

D. Agnello silencia

No Vaticano, o presidente da Administração da Sé Apostólica, d. Agnello Rossi, negou-se ontem a fazer comentários sobre o caso Boff. Seu porta-voz, monsenhor Expedito Marcondes (responsável pela edição, em língua portuguesa, do jornal oficioso do Vaticano, "L'Osservatore Romano"), afirmou, pelo telefone, que "d. Agnello não vai interferir nessa questão e já falou o que queria no documento sobre os erros e desvios da Teologia da Libertação, divulgado em Campinas (SP) há quinze dias".

Três bispos franciscanos defenderam, ontem, Leonardo Boff. O bispo de Nova Iguaçu (RJ), d. Adriano Hypólito, disse que "lamenta profundamente" a punição do teólogo. Enfatizou sua esperança de que o caso Boff "seja revisto mais cedo ou mais tarde". O bispo coadjutor de Teófilo Ottoni (MG), d. Fernando Figueiredo (que foi colega de magistério de Boff em Petrópolis), disse que admira, no teólogo, "a simplicidade, a humildade e a fraternidade". Já o bispo coadjutor de Vacaria (RS), d. Orlando Dotti, sugeriu uma reunião dos superiores franciscanos de todo o mundo para a defesa de Boff, cujos livros, segundo afirmou, "são uma força para toda a Igreja".

CNBB excluída

A presidência da CNBB continua mantendo contatos informais sobre o caso, sem fazer comentários públicos, preparando a reunião da CEP (Comissão Episcopal de Pastoral), na próxima semana. Enquanto isso, os bispos debatem, em contatos pessoais, a exclusão da Comissão Episcopal de Doutrina (CED) da CNBB do processo de tomada de decisão, no Vaticano, que resultou na punição ao teólogo brasileiro.

Assessor religioso de Reagan debaterá a "Libertação"

Da Reportagem Local e da
Sucursal de Porto Alegre

Um dos principais assessores religiosos do Partido Republicano dos Estados Unidos e do governo Reagan, o sociólogo Michael Novak, membro do Instituto sobre Religião e Democracia, chegará ao Brasil dia 22 para discutir a Teologia da Libertação e a doutrina social da Igreja com lideranças religiosas. Sua programação em São Paulo está sendo coordenada pelo Consulado dos Estados Unidos e sua agenda inclui um debate, dia 27, às 20h, no auditório da Folha, e um encontro, com convidados especiais, dia 28 à noite, na reitoria da PUC.

Incluído entre os neo-conservadores norte-americanos, Novak foi um dos redatores do "Documento de Santa Fé", preparado, em 1980, pela assessoria do então candidato Ronald Reagan, como plataforma para o seu primeiro mandato. O documento fazia uma recomendação específica à Casa Branca para combater a Teologia da Libertação na América Latina.

Interpretação redutiva

O cardeal d. Vicente Scherer, 82, disse ontem que o espírito crítico surgido nos tempos atuais para discutir, pôr em dúvida e contradizer as manifestações do Papa, "revelou-se amplamente na interpretação redutiva das orientações de Roma sobre a teologia da libertação, cujo sentido e importância se procura minimizar". Segundo d. Vicente, tenta-se diminuir "o alcance do texto claro de restrições a um livro de frei Leonardo Boff, no intuito de restringir o sentido da censura a afirmações centrais dessa obra".

Bispo de Anápolis pede intervenção na Editora Vozes

Da Reportagem Local

A aplicação de "medidas heróicas" e a intervenção na Editora Vozes, de Petrópolis (RJ), por parte da CNBB e do Vaticano foram sugeridas ontem, em entrevista por telefone à Folha, pelo bispo d. Manuel Pestana Filho, de Anápolis — município distante 48 quilômetros de Goiânia (GO) —, que manifestou também seu "integral apoio" à condenação do teólogo Leonardo Boff pela Congregação Vaticana para a Doutrina da Fé. Ele acusou a Vozes de "publicar livros ateus e imorais que chegam a todas as famílias e igrejas do Brasil".

Em Petrópolis, município serrano localizado a 66 quilômetros da Capital fluminense, o diretor-presidente

da Vozes, frei Ludovico Gomes de Castro, não quis fazer comentários sobre a proposta do bispo goiano. Um de seus assessores explicou que a direção da empresa "não quer entrar nesse tipo de polêmica".

Além de manifestar "revolta" diante da publicação de determinados livros pela editora, d. Manuel Pestana revelou sua "inconformidade" com a reedição dos livros de Leonardo Boff, que é um dos diretores da Vozes, responsável pela seção das publicações religiosas. Essa editora é a mais antiga empresa editorial católica brasileira e a mais importante, com filiais nas principais cidades do País. Fundada e dirigida pelos franciscanos, não é, porém, católica e confessional (ligada a uma

crença religiosa), do ponto de vista jurídico.

É precisamente este ponto que d. Manuel Pestana não aceita: "A Vozes pertence a uma ordem religiosa e, nesta condição, entra em todas as igrejas como católica. Por isso não é verdade que não seja uma empresa qualquer, não confessional".

Ele disse também não compreender "como uma editora católica publica livros ateus e imorais". Na primeira qualificação — "ateus" — ele citou o livro "Acaso ou Necessidade", do Prêmio Nobel de Física, Jacques Monod. E na segunda — "imoralidade" — referiu-se aos livros "A Sexualidade Humana", obra coletiva de autores norte-americanos ("que justifica tudo em matéria de

sexo, menos o bestialismo"); "Confissões Inconfessáveis", de Salvador Dali; "A Nova Moral", de J. Marcos Bach; "Luxo e Lixo", de Denner; "Mulher: Objeto de Cama e Mesa", de Rosemarie Muraro; além das obras de Betty Friedan.

Quanto à punição de Boff, d. Manoel afirmou que a recebeu "como algo natural, como o desfecho de uma situação que precisava de intervenção superior". Observou que "o problema não é somente de pastoral, mas envolve o próprio conteúdo da fé" e que "o procedimento de Roma foi evangélico, feito através de advertências, chamadas, correções".

"Na prática isto não obteve qualquer resultado — destacou — porque os livros de Boff continuaram sendo

publicados e os cursos comprometedores da própria pureza evangélica continuaram sendo dados. Em nome da própria Igreja e do Evangelho, era necessário que se desse um basta e que Boff fizesse uma pausa para reflexão. A dificuldade do problema é que está muito carregado de emoção, como é comum no Brasil."

O bispo de Anápolis criticou também "alguns bispos que nunca leram a obra de Boff e ficam na simpatia pessoal por um conferencista que diz aquilo que é interessante para o auditório e, com isto, arrasta atrás de si a doutrina dos livros que têm pouco de católico". Observou que "não se pode, em nome da Igreja, ensinar uma teologia em que as verdades reveladas sejam discutidas como qualquer princípio político".

FSP- Quarta feira, 15 de maio 1.985

PAINEL DO LEITOR

Exemplo de Boff

"Leonardo Boff, na sua preocupação sincera com os problemas do aqui e do agora da condição do povo brasileiro faz uma das mais valiosas e revolucionárias contribuições do saber teológico dos nossos tempos, válida e fecunda para todos os povos, inclusive para os do hemisfério norte.

"A atitude, ao mesmo tempo corajosa e humilde, de Leonardo Boff deveria servir de exemplo aos nossos políticos, principalmente aos da área econômica, para que eles também, debruçando-se exclusivamente, e com a mesma sinceridade, sobre as necessidades do nosso povo, tenham a virilidade de criar, a partir delas.

"Por essa razão e para que a atitude deste grande intelectual seja uma permanente postura do governo da Nova República permito-me sugerir ao presidente Sarney que nomeie Leonardo Boff ministro da Cultura.

"Seria esta uma forma também de marcar a presença do valoroso Estado de Santa Catarina no governo de V. Excia."

Ladi Biezus (São Paulo, SP).

Comissões da Arquidiocese criticam punição a Boff

Da Reportagem Local
e das Sucursais

“O ato punitivo a frei Leonardo Boff fere profundamente os direitos fundamentais do padre e do teólogo punido. Fere o direito à expressão e à comunicação de seu pensamento. Obriga-o ao silêncio numa época em que a sociedade civil e a própria Igreja vêm enfatizando o direito de todos expressarem as próprias idéias para que a verdade nasça do diálogo e do entendimento entre os homens e não de imposições autoritárias”. É o que afirmam os três principais organismos de direitos humanos da Arquidiocese de São Paulo (Centro Santo Dias, Comissão Justiça e Paz e Comissão de Pastoral dos Direitos Humanos e dos Marginalizados) em nota divulgada ontem à tarde na Cúria Metropolitana.

Já o reitor do Instituto Superior Evangélico de Estudos Teológicos de Buenos Aires (Isedet), teólogo Júlio de Santana, metodista, divulgou nota em São Paulo com o título “O direito do teólogo à liberdade”, afirmando que “quando, na América Latina, depois de um período de autoritarismo e repressão, parece começar uma nova fase histórica, na qual tudo leva a pensar que os direitos humanos vão ser mais respeitados do que no decorrer dos últimos vinte anos, pode-se perceber que o exercício prepotente da autoridade irrompe em outros lugares de nosso mundo”.

“Golpe à cultura”

Onze entidades — entre elas a Associação Nacional dos Docentes, a Associação dos Docentes da Pontifícia Universidade Católica do Rio e a Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas — divulgaram um manifesto em que classificam de “um golpe à cultura” o silêncio imposto, pelo Vaticano, ao teólogo Leonardo Boff. Redigido pelo chefe do Departamento de Filosofia da Universidade

Federal do Rio de Janeiro, José Silveira da Costa, o documento afirma que a decisão da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, “ex-Santo Ofício”, “revela uma atitude ideológica cega, estreita e carregada da vontade de punição”.

Os signatários do manifesto — que, posteriormente, será enviado a Roma — se consideram “perplexos” com “a incapacidade Vaticana de entender as diversidades culturais, políticas e religiosas do mundo contemporâneo, de conviver na unidade da fé com pluralismo de interpretações”.

D. Aloisio

O cardeal-arcebispo de Fortaleza, d. Aloisio Lorscheider, em seu primeiro pronunciamento sobre a punição imposta pelo Vaticano ao frei Leonardo Boff, defendeu o acatamento às determinações da Santa Sé e elogiou o “espírito de humildade e obediência” de Boff, que, segundo o cardeal, “está de acordo com a sua fé”. D. Aloisio, franciscano como frei Boff, foi quem o acompanhou a Roma quando chamado para ser inquirido pelo cardeal Joseph Ratzinger.

Protestante

Uma nota de protesto contra a publicação, no boletim oficial do CNL (Conselho Nacional de Leigos), de um artigo do líder evangélico Lysâneas Maciel — candidato do PT (Partido dos Trabalhadores) ao governo fluminense nas últimas eleições e membro da Igreja Cristã Reformada — foi enviada recentemente à CNBB pelo bispo auxiliar do Rio de Janeiro, d. Karl Josef Romer, 53, membro da Comissão Arquidiocesana para a Doutrina da Fé. Além de criticar o fato de um protestante escrever no boletim de um organismo da CNBB, d. Romer interroga “diante de Deus e da fé de nossa Igreja, aqueles que, direta ou indiretamente, usam o nome da CNBB para divulgar este trabalho”.

FSP- Quinta feira, 16 de maio 1. 985

Repreendidos os bispos que apóiam Boff

O núncio apostólico em Brasília, d. Carlo Furno, repreendeu os bispos brasileiros que emitiram nota de solidariedade ao teólogo Leonardo Boff, punido pelo Vaticano com a pena do silêncio "por um tempo conveniente". A nota dos bispos condena a punição e o modo como foi aplicada, classificando-os de "pouco evangélicos e lesivos aos direitos humanos".

Em São Paulo, católicos ligados a várias pastorais e às comunidades de base da Igreja estão recolhendo assinaturas para um abaixo-assinado que será enviado ao Vaticano, protestando contra as sanções a Boff.

No Rio (RJ), o cardeal-arcebispo d. Eugênio Salles pediu a quem estiver insatisfeito com a punição do teólogo que "saia da Igreja".

Painel do Leitor

Leonardo Boff

"As constantes ameaças à harmonia e equilíbrio na vida interna da Igreja, manifestadas através de artigos, os mais agressivos e contundentes contra a ordem hierárquica, contra o Apostolado de Pedro, na pessoa do Santo Padre e alguns de seus auxiliares, levam o leigo à mais profunda confusão.

"Sem pretender adentrar no mérito de certos aspectos da pretensa Teologia da Libertação, o que nos parece, a nós, leigos mais fiéis, é a falta absoluta de humildade, de obediência à autoridade constituída.

"Essa preocupação 'paranóica e exagerada' pelos pobres, pelos trabalhadores e oprimidos, não é evidência de excesso de vaidade, intenção de se impor?

"Enfim, por que os envolvidos na 'febre de martírio pró-libertação' não se dão a coragem de um ato heróico de humildade, impondo-se (também), um período de silêncio, para ouvir melhor a voz do Mestre?"

Ruth de Souza Lima e Hellmeister
(São Paulo, SP).

FSP - Quinta-feira, 16 de maio 1.985

Núncio repreende bispos que apoiaram Boff

Da Reportagem Local

O Núncio Apostólico em Brasília, d. Carlo Furno, chamou a atenção dos bispos que assinaram nota, no dia dez passado, em solidariedade ao teólogo franciscano Leonardo Boff, punido ao silêncio "por um tempo conveniente", dia 1º, pela Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, do Vaticano. A repreensão do Núncio aos bispos foi feita pessoalmente e pelo telefone.

A nota — afirmando que a punição "em si" e o método usado para aplicá-la são "pouco evangélicos, lesivos aos direitos humanos e à liberdade de investigação do teólogo, contrários ao testemunho da liberdade e caridade cristã, perturbadores da caminhada de nossas Igrejas e ofensivos à corresponsabilidade de nossa Conferência Episcopal" — foi assinada por d. Fernando Gomes dos Santos, arcebispo de Goiânia (GO), d. José Gomes, de Chapecó (SC), d. Pedro Casaldáliga, de São Félix do Araguaia (MT), d. Antônio Possamai, de Ji-Paraná (RO), d. Tomás Balduino, de Goiás Velho (GO), d. Celso Pereira de Almeida, de Porto Nacional (GO), d. Antônio Batista Fragoso, de Crateús (CE), d. Pompeu Bezerra Bessa, de Limoeiro do Norte (CE), d. Aparecido José Dias, de Registro (SP) e d. Augusto Alves da Rocha, de Picos (PI).

No Rio de Janeiro, em entrevista à TV Educativa, anteontem às 22h, o cardeal-arcebispo, d. Eugênio de Araújo Salles, afirmou que "quem não estiver satisfeito com a punição ao frei Leonardo Boff, saia da Igreja" e que "é preciso respeitar a vontade do Papa". Em Goiânia, a presidência, diretoria e secretariado nacional da CPT (Comissão Pastoral

da Terra) divulgaram ontem à tarde nota de apoio a Boff. Hoje, deverão pronunciar-se a Comissão Nacional da Pastoral Operária e o Conselho Nacional de Leigos, da CNBB.

Em São Paulo, está começando um movimento entre as várias pastorais e Comunidades de Base da Igreja, para recolher em todo o País um milhão de assinaturas em um abaixo-assinado que será enviado ao Papa, protestando contra a punição a Boff e pedindo a revisão da medida. As religiosas inseridas na pastoral em meios populares de São Paulo enviaram carta ao teólogo, afirmando que "a hora do silêncio pode ser vigília de um novo amanhecer. É hora de semear e esperar."

A nota da CPT

Assinada pelo presidente, d. José Gomes, vice-presidente, d. Pedro Casaldáliga, pelos quatro membros da Diretoria (Emanuel Vanberg, do Norte, Dieter Mezner, luterano, do Noroeste, padre José Domingos Braghetto, do Sul e irmã Cleide Pontes, do Nordeste), além do secretariado, a nota da CPT dirige-se aos irmãos Leonardo e Clodovis Boff. Foi enviada ao papa João Paulo 2º, aos cardeais Joseph Ratzinger, da Doutrina da Fé e Jérôme Hamer, dos Religiosos e ao presidente da CNBB, d. Ivo Lorscheiter. Além da punição a Boff, refere-se às pressões da Comissão de Doutrina da Arquidiocese do Rio contra o frei Clodovis.

"Tais medidas nos tocam profundamente — diz a CPT — não só por ferirem dois amigos e irmãos na fé, mas também por golpearem o serviço que, como agentes da Igreja, estamos prestando, há dez anos, aos oprimidos do campo. As suas reflexões sempre nos ajudaram e ajudam

o povo das comunidades a fortalecer a fé, a enriquecer a esperança, a viver a profecia evangélica e o amor à Igreja, como sinal do Reino, num mundo de opressão. Rejeitamos o método usado pela Cúria Vaticana e pela Comissão Arquidiocesana de Doutrina da Fé, do Rio de Janeiro. Elas deturpam a seriedade do trabalho teológico de Leonardo e Clodovis e sua dedicação apostólica a serviço do Povo de Deus".

FSP - Quinta-feira, 16 de maio 1985

D. Romer apenas repete d. Eugênio, diz Lysâneas

Da Reportagem Local

"O protesto do bispo auxiliar do Rio, d. Karl Josef Romer, ao artigo que escrevi para o boletim do CNL (Conselho Nacional de Leigos) da CNBB, não representa uma atitude isolada: mesmo sendo um texto tranquilo e moderado, tem sido também violentamente atacado pelo próprio cardeal-arcebispo, d. Eugênio de Araújo Salles", afirmou ontem no Rio o líder evangélico Lysâneas Maciel, 54, da Igreja Cristã Reformada e que foi candidato a governador fluminense pelo PT nas últimas eleições. Em nota enviada à CNBB há três semanas, d. Romer criticou não somente o artigo de Lysâneas sobre "O leigo na política — as duas Igrejas", como também o próprio Conselho por ter publicado um artigo de um protestante e considerado, por ele, como herético.

"Na verdade — disse Lysâneas, ouvido por telefone — sempre houve duas vertentes na Igreja Católica; de um lado, a Igreja do povo; do outro, a instituição burocratizada que tenta controlar a fé e manipular a população, através de seus burocratas e hierarcas. Este fato é notório, por exemplo, no Rio de Janeiro, onde vários padres católicos que tomaram

atitudes mais progressistas e afinadas com a Igreja Popular, estão sendo sistematicamente eliminados do exercício sacerdotal, através de medidas autoritárias e inquisitórias".

Posição do CNL

Já o Conselho Nacional de Leigos ainda não tomou uma posição oficial sobre as críticas do bispo auxiliar do Rio ao seu boletim. A diretoria decidiu refletir um pouco mais sobre a questão, considerando que vários movimentos que integram o CNL são subordinados, de uma forma ou de outra, ao cardeal Salles e temem acirrar as tensões na Arquidiocese fluminense.

Para Lysâneas Maciel, "a Igreja Católica — que sempre soube absorver as divergências com sabedoria — está, agora, adotando posições férreas, pelo menos no Rio de Janeiro, em desacordo com sua tradição de respeitar as diferenças de idéias. Sentimos, também, um propósito deliberado de afastar os leigos da preocupação política e de pregar um Deus desligado do processo de libertação e confinado ao conhecimento religioso do templo, além de ausente do processo de construção da história".

Gutiérrez vem a São Paulo para palestra sobre Teologia

Da Reportagem Local

O teólogo peruano Gustavo Gutiérrez, considerado o "pai" da Teologia da Libertação e submetido, no ano passado, a interrogatório do cardeal Joseph Ratzinger no Vaticano (como ocorreu com Leonardo Boff), estará em São Paulo no próximo dia 23 para fazer palestra sobre "Teologia e sujeito teológico. Espiritualidade missionária", no Curso Piloto para Agentes de Pastoral Indigenista que está sendo promovido no Seminário da Consolata pelo CIMI (Conselho Indigenista Missionário), órgão relacionado com a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

O curso começou dia seis passado e terminará dia 25 próximo, reunindo missionários e leigos da América Central e América Latina. Até agora foram feitas palestras sobre a história da ação missionária e da Conquista, independência e repercussão nos povos indígenas, formação da Igreja latino-americana e seu papel diante dos oprimidos, além de conceitos básicos de antropologia e as várias cosmologias dos indígenas.

O temário da próxima semana prevê palestras e debates sobre a conjuntura eclesial nas Américas (particularmente na América Central) e no Terceiro Mundo; releitura da revelação bíblica a partir da

libertação indígena; passagem da religião tribal a uma religião universal; cultura e fé (as situações sócio-culturais como conteúdo da mensagem evangélica), Teologia e sujeito teológico (tema de Gustavo Gutiérrez), além das linhas e opções pastorais.

ABI

O presidente da ABI — Associação Brasileira de Imprensa —, Barbosa Lima Sobrinho, emitiu a seguinte nota, a propósito do recente ato do Vaticano que impôs ao frei Leonardo Boff a pena disciplinar de silêncio por "período de tempo conveniente":

"Em face da questão levantada em torno de frei Leonardo Boff e uma vez que há quem deseje ouvir o pronunciamento da ABI, só podemos lamentar que as normas da Igreja contenham preceitos impondo o silêncio, por entender que se afastam das regras atuais que consagram a liberdade de pensamento e de consciência, assim como a liberdade de opinião e de expressão, a que se reportam os itens 18 e 19 da Declaração Universal dos Direitos da Pessoa Humana, sobretudo quando surgem no momento em que só haveria razão para crescer o prestígio da Igreja com as manifestações pendentes à reabilitação de Galileu".

Questão de coerência

MARIA VICTORIA BENEVIDES

FOLHA de São Paulo
16/05/85

Os quarenta anos da vitória sobre a Alemanha hitlerista, com o fim da guerra e dos crimes do nazi-fascismo, foram comemorados em todo o mundo. A chamada grande imprensa saudou generosamente a efeméride de oito de maio. Logo em seguida, amplo espaço voltou a ser dedicado à polémica sobre a Teologia da Libertação, em virtude da punição de frei Leonardo Boff. E na mesma imprensa, embora com espaço incomparavelmente menor, lemos estarecidos as revelações sobre os responsáveis pela repressão na "década da infâmia" da Argentina. Mas o que existe em comum entre lembranças da guerra, o teólogo franciscano e os torturadores argentinos?

A associação entre temas aparentemente tão díspares me ocorreu pela constatação — indignada e melancólica — sobre a ambiguidade de certas autoridades da Igreja Católica em relação a aspectos dos três momentos históricos. Destaco, especialmente, a diferença entre o tratamento dispensado aos seus pastores, quando considerados "desviantes da verdade oficial", daquele dispensado aos que foram acusados por envolvimento em crimes odiosos por um suposto "amor à pátria". Como entender a condenação de frei Boff comparada ao silêncio do Vaticano diante da indesculpável omissão da maioria dos bispos argentinos, sabedores da

barbárie da repressão política? Ou ainda, lembrando a Segunda Guerra, como aceitar a "compreensão" de Roma para com aqueles religiosos que participaram do genocídio, ou se omitiram diante de seu horror?

Lembremos alguns fatos. A 7 de junho de 1944, o então capitão SS Mathias Defregger, diácono católico, ordena o fuzilamento de dezesseis civis da aldeia de Filetto, sul da Itália, para vingar uma ação da resistência. Em 1969, quando a imprensa divulga o caso (conhecido dos superiores eclesiásticos) Defregger já era bispo de Munique. Apesar do pedido de várias comunidades católicas, inclusive de jesuítas italianos, o Vaticano não concordou com a dispensa do bispo de suas funções episcopais. Negava, assim, o mínimo que se esperava das autoridades pontifícias em nome dos mais elementares princípios de dignidade e de justiça (afinal, não se tratava de um "ato de guerra", mas de um crime. E de pura vingança contra inocentes. Isso é que é revanchismo. Para o Vaticano havia um único culpado: a imprensa, que noticiara o passado sinistro como "arma de propaganda contra a religião". Ora, é preciso mais uma vez deixar claro que a propaganda mais eficiente contra a religião é, e sempre foi, a complacência da Igreja com os poderosos, a omissão na defesa prioritária dos pobres e oprimidos.

Na Argentina a evidência não é menos sinistra. Somos informados — graças à coragem do presidente Alfonsín ao ordenar a apuração dos crimes da repressão — que o capelão Christian Von Wernich, auto-declarado "homem de confiança" do sanguinário general Ramón Camps, esteve pessoalmente envolvido na chacina de jovens militantes em 1977. Chegou a abençoar torturadores e assassinos "em nome de Deus e da Pátria" (ver, nesta Folha, os terríveis artigos de Flávio Tavares). Onde está o esperado e obrigatório clamor de Roma contra crime tão hediondo? Onde a execração pública dos sacerdotes que compactuaram com a degradação do ser humano?

Dai não entendermos — e não podemos entender — a severidade na condenação da teologia da libertação e seus seguidores. Em nome do que? Quais são os valores essenciais para a Igreja? Quando se faz a opção preferencial pelos pobres e oprimidos é uma opção radical e profundamente evangélica, pela justiça social, pela fraternidade, pela liberdade. Ao punir o teólogo da libertação não estaria o Vaticano considerando o dever da verdade como superior ao dever do amor? Para os cristãos isso seria um grave equívoco teológico: não existe oposição entre verdade e amor. Pois a grande revelação do cristianismo, em relação a outras religiões, é que Deus não é a Força, o

Ser Onisciente e Onipotente — Deus é Amor. Portanto, não se trata apenas de reconhecer o princípio filosófico da comunicabilidade dos valores, afirmando desde a filosofia grega (Platão não dizia que o belo é o esplendor do verdadeiro?) Trata-se de re-afirmar a revelação fundamental de que Deus é amor. O pecado contra o amor será, pois, infinitamente mais condenável do que a defesa de teorias supostamente pouco ortodoxas.

Retomando a questão inicial, como entender a autoridade do Vaticano para punir o teólogo (que, mesmo 'suspeito' do ponto de vista da ortodoxia, sempre esteve do lado dos humilhados e ofendidos) quando deixou de punir os criminosos de seu rebanho? Quando "compreendeu" os padres alemães vinculados às forças do ódio e do mal, ou quando fechou os olhos para a omissão dos bispos do Cone Sul?

Enfim, ao festejarmos hoje o fim da guerra e a radiosa esperança com as promessas de democratização e justiça na Argentina, no Uruguai e em nosso país, tenhamos bem claro que justiça não é revanchismo. A Igreja Católica, com sua responsabilidade pastoral de espalhar e viver a mensagem de Jesus de Nazaré deve ser a primeira a dar o exemplo.

MARIA VICTORIA BENEVIDES, 42, é socióloga do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec).

FSP - Sexta-feira, 17 de maio 1985

Rio fará ato em desagravo a Boff

Da Reportagem Local
e das Sucursais

Quarenta entidades civis e religiosas, além de personalidades artísticas e intelectuais do Rio de Janeiro, decidiram, ontem à noite, realizar uma "celebração cívica pela liberdade de expressão" na Igreja, na próxima terça-feira, às 19h, no Instituto Metodista Bennett, no Flamengo, em solidariedade ao teólogo Leonardo Boff, punido a "um tempo conveniente de silêncio" pela Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, do Vaticano e ao seu irmão Clodovis Boff, afastado da PUC/RJ e impedido de ensinar no Colégio Marianum, da Ordem dos Servitas, em Roma, por pressões da Sagrada Congregação para a Educação Católica.

"No momento em que a liberdade e

a democracia retornam ao nosso País — diz a nota-convite para o ato — e a outros países da América Latina, queremos manifestar nossa solidariedade aos irmãos Clodovis e Leonardo Boff, constringidos ao silêncio na expressão de sua vocação cristã. Esse ato contará com a adesão de inúmeras pessoas e entidades, convictas de que a liberdade de expressão é uma conquista e um dos patrimônios fundamentais na luta por um mundo novo".

Protesto ao Papa

Em audiência marcada para as 9h30 de hoje, os deputados Eduardo Suplicy (PT-SP) e Flávio Bierrembach (PMDB-SP) entregarão ao Núncio Apostólico, d. Carlo Furno, um documento endereçado ao papa João Paulo 2º com críticas à punição do frei Leonardo Boff pelo Vaticano. O documento é subscrito por diversos parlamentares, entre eles os senadores Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), líder do governo no Congresso, e Severo Gomes (PMDB-SP)..

"Vemos com preocupação e tristeza a recente punição aplicada a um teólogo cuja contribuição tem sido decisiva neste esforço (pela justiça social e pelos direitos humanos) da Igreja", diz o documento. E acrescenta: "Não podemos deixar de entendê-la como uma pressão para que a Igreja no Brasil restrinja sua atuação e sua reflexão frente ao

drama social vivido em nosso continente".

"Ranço inquisitorial"

A Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife, divulgou ontem em Recife uma nota onde contesta a condenação ao silêncio imposta a Leonardo Boff. Diz a Comissão que "os brasileiros, sobretudo os cristãos, recebem com sofrimento a punição de frei Leonardo Boff. O tom dos argumentos agora levantados — continua a nota — guarda o mesmo ranço inquisitorial que nos acostumamos a deplorar durante os anos mais sombrios de um obscurantismo felizmente ultrapassado". Esse é o primeiro documento que emerge na Arquidiocese de Olinda e Recife contra as sanções a Boff.

Sem comunicação

"Desconheço o fato". Foi a primeira resposta do secretário-geral da CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil —, d. Luciano Mendes de Almeida, sobre notícia publicada ontem na Folha a respeito da repressão feita pelo Núncio Apostólico, d. Carlo Furno, aos bispos que apoiaram o teólogo Leonardo Boff. Reação semelhante teve o bispo de Crateus, d. Antônio Fragoso, um dos signatários do documento de apoio a Boff: "Não li nada e não recebi qualquer comunicação por telegrama ou telefone. Estou tomando conhecimento de tudo isso através da Folha".

FSP - SÁBADO, 18 de maio 1985

Painel do Leitor

“Ame-o ou deixe-o!”

“Agora o cardeal Salles, no melhor estilo dos piores generais da ditadura, vem pedindo a quem estiver insatisfeito com a punição do frei Boff que ‘saia da Igreja’ (Folha, 16.5.). Tomara que ninguém saia do Brasil a pedido da ditadura: tomara que ninguém saia da Igreja a pedido do cardeal. Para amar o Brasil não precisa amar a ditadura: para amar a Igreja — menos ainda!”

Cathal V. Cullen (São Paulo, SP).

★
“Lendo as opiniões de da. Ruth de Souza Lima e Hellmeister sobre a Teologia da Libertação, permita-me umas observações como leitor dessa página 3.

“A falta de humildade, da. Ruth, está bem clara quando vem daqueles, cujas estruturas arcaicas foram fielmente denunciadas, que promovem a ‘repressão da palavra’ sob o rótulo da instituição.

“Peço a todos os religiosos que manipulam a polêmica (Joseph Ratzinger, d. Carlo Furno e suas ‘tietes’) que façam uma revisão ‘cristã’ de suas posições, a fim de se livrarem desse ‘farisaísmo contemporâneo’...”

Jair Alves Barreiros Junior (São Paulo, SP).

★
“Membros da Igreja, ligados à ‘Teologia da Libertação’, se compromissaram com o povo na libertação integral do mesmo, e por esse ‘crime’, são atacados por aqueles que não seguem à risca o Evangelho, ou seja, não pregam uma transformação radical das estruturas de pecado, de morte e opressão a que estão submetidos os povos dos países pobres que são obrigados a se prostituir (no sentido mais amplo).

“Pergunto: interrompendo a caminhada do povo e daqueles que se engajaram na luta pela libertação do mesmo, a quem estão servindo? Ao Evangelho ou ao poder opressor? Ontem, mataram Cristo que denunciou as estruturas de poder do sistema e da Igreja. Hoje, calam frei Leonardo Boff. Meus pésames!”

Mah Luly, (Socorocaba, SP).

Papa diz a franciscanos que vivam em maior silêncio

Da Redação da Folha,
da Reportagem Local e
Da Sucursal do Rio

O papa João Paulo 2º disse a 203 franciscanos de todas as partes do mundo, reunidos em Assis (Itália) para eleger o novo superior de sua Ordem, que vivam "mais de silêncio do que de propaganda". Os franciscanos são considerados uma das ordens mais progressistas da Igreja e da qual faz parte o teólogo brasileiro Leonardo Boff, recentemente punido pelo Vaticano com a pena do "silêncio por um tempo conveniente".

O Papa exortou os 20.180 irmãos menores franciscanos existentes em todo o mundo a não esgotarem seus votos de pobreza "em apelos em favor dos pobres, ainda que estes sejam evangelicamente justos" e pediu que se esforcem para evitar que o conceito de fraternidade possa dar lugar "à instauração de uma crise funesta de autoridade, nunca separada da crise de obediência."

Informações

A mensagem do Papa foi levada a Assis por um delegado pessoal, enviado especialmente para esse encontro. É a primeira vez em toda a história moderna dos franciscanos que o Vaticano envia um delegado papal a uma Assembléia Geral da Ordem, com direito a participar de todas as discussões. Segundo o regulamento da Ordem, o Superior sempre convida o Papa a enviar um observador, mas no passado nunca houve a presença de qualquer delegado do Vaticano. Este precedente foi interpretado nos meios religiosos europeus como uma disposição de João Paulo 2º de obter informações diretas sobre a reunião dos franciscanos, que são considerados abertamente favoráveis a Leonardo Boff.

D. Luciano

O secretário geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), d. Luciano Mendes de Almeida, está enviando mensagem às comunidades católicas de todo o País para que "devido às manifestações de protesto e contestação, promovidas por grupos radicais dentro e fora da Igreja", procurem acompanhar a viagem do Papa à Holanda, Luxemburgo e Bélgica "com suas preces para que resulte em frutos salutares de união e conversão".

Numa outra nota, a CNBB divulga declaração de d. Luciano Mendes sobre frei Leonardo Boff, com o seguinte teor: "A determinação da

Santa Sé, a respeito do 'silêncio obediente' a ser observado por frei Leonardo Boff, requer uma atitude de respeito e acatamento, que, sem dúvida, será assumida por frei Leonardo. Aliás, na declaração por ele publicada, após a 'notificação' da Congregação para a Doutrina da Fé, de onze de março, já expressa seu acatamento às disposições da mais alta instância doutrinária da Igreja.

D. Eugênio

O arcebispo do Rio, d. Eugênio Salles, em sua mensagem "A Voz do Pastor", divulgada às sextas-feiras, afirmou que uma determinada medida da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé (evitando mencionar diretamente a punição a Boff) "não desrespeita a liberdade de expressão do pensamento. Trata simplesmente de negar o direito de divulgar, como católicos, ensinamentos que divergem da sã Doutrina".

D. Eugênio — após classificar de "agressivas" declarações a respeito das sanções ao teólogo — afirma: "Uma medida disciplinar, em matéria religiosa, foi aplicada em âmbito que lhe é próprio e a pessoa que afirmam pertence à comunidade eclesial, fundamentada em um conjunto de verdades que lhe são essenciais".

"Estranheza"

O Conselho Nacional de Leigos (CNL) — órgão conexo à CNBB divulgou nota ontem à tarde no Rio de Janeiro, manifestando "estranheza" diante da crítica do bispo auxiliar carioca, d. Karl Josef Romer, à publicação de um artigo do líder evangélico Lysâneas Maciel no boletim da entidade, no mês passado. Na nota, os responsáveis pelo Conselho afirmam que o CNL é "responsável pelo que publica e sua posição está expressa não só neste número do Informativo, mas em todos os seus atos e documentos" e que eles são a consequência "de nosso engajamento como cristãos, na vida e nas lutas pela verdade".

A nota lembra que o boletim visou lançar o tema "leigos", em preparação ao Sínodo dos Bispos de 1987, junto aos bispos, na assembléia de Itaici em abril passado e que, neste sentido, convidou leigos atuantes em vários meios da sociedade "em suas áreas profissionais e de engajamento cristão". Quanto a Lysâneas Maciel, diz que se trata de "um cristão evangélico, representante do meio político e cujas opiniões são importantes para uma reflexão mais diversificada".

FSP- Domingo, 19 de maio 1985

Painel do Leitor

Teologia da Libertação

"Muito feliz a sugestão do cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, d. Eugênio Salles, publicada na Folha (16/5), pedindo a quem estivesse insatisfeito com a punição do frei Leonardo Boff, que saísse da Igreja. E o momento, na minha opinião, para que os católicos comecem a pensar na possibilidade de uma divisão, onde, de um lado, estaria uma Igreja identificada com os poderosos e dominadores e, de outro, uma Igreja latino-americana, comprometida com os sofridos e explorados."

Maria Valéria Jorge (São Paulo, SP).

★

"Sem a pretensão de adentrar-me no mérito da questão — Teologia da Libertação —, pois não entendo muito ou quase nada, choca-me muito a reação de pessoas como a de Ruth de Souza Lima (16/5).

"O que entendo por preocupação paranóica é o medo que as pessoas têm de pensar melhor nessa tal Hierarquia, Santo Padre etc. Não quero, em absoluto, questionar a fé de ninguém, mas não posso de forma alguma me conter diante de tais reações.

"Somos um povo sofrido e 'os mestres reinantes' não usam aparelhos de surdez. Nossas vozes perdem-se ou calam-se no silêncio imposto a quem tenta alertar que vivemos na terra. E na nossa terra falta homens de 'boa vontade', para juntos, plantarmos e 'colhermos' o trigo."

Antônio Simões Pereira (São Paulo, SP).

Ratzinger comanda ofensiva conservadora do Vaticano

DERMI AZEVEDO
Da Reportagem Local

Compreender os rumos da Igreja Católica no pontificado de João Paulo 2º é praticamente impossível sem entender quem é e o que pensa o teólogo e cardeal alemão Joseph Ratzinger, 58, prefeito da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé (antiga "Congregação da Santa Inquisição para a Perversidade Herética" e, depois, "Santo Ofício"). Ex-professor de Leonardo Boff na Faculdade Católica de Teologia de Munique, Ratzinger acaba de punilo com o "silêncio obsequioso por um tempo conveniente". Considerado por uns como o grande inquisidor da Igreja neste final de século, e por outros como um corajoso defensor da fé católica, este privilegiado assessor do Papa está presente em todos os setores vitais da Igreja, hoje.

De acordo com dados oficiais do Vaticano, Ratzinger preside, também, a Comissão Teológica Internacional e a Pontifícia Comissão Bíblica, além de integrar as Congregações para os Bispos, Igrejas Orientais, Sacramentos e Culto Divino, Evangelização dos Povos, Educação Católica, o Supremo Tribunal da Assinatura Apostólica, o Secretariado para a Unidade dos Cristãos, a Comissão para a Interpretação Autêntica do Código de Direito Canônico e para a revisão do Código de Direito Canônico Oriental.

Uma carreira marcante

Nascido em Marktl am Inn, República Federal da Alemanha, em dezesseis de abril de 1927, Ratzinger ordenou-se padre em junho de 1951. Serviu no exército de Adolf Hitler em 1943 e depois foi preso pelos norte-americanos, por seis meses, até o fim da Segunda Guerra. Depois dessa experiência, entrou no seminário em Freising, cursando, em seguida, Teologia em Munique. O pensador italiano Romano Guardini foi um de seus professores. Doutorou-se em 1953, com uma tese sobre "Povo e Casa de Deus na Doutrina de Agostinho sobre a Igreja" e sua pesquisa de pós-doutoramento resultou numa tese sobre "A Teologia da história de São Boaventura", em 1959.

Durante quase vinte anos, Ratzinger ensinou em várias universidades alemãs: de 1966 a 1969, por exemplo, foi colega, em Tübingen, do teólogo suíço Hans Kung, cuja condenação pediria mais tarde, juntamente com o cardeal Joseph H. ofner, em um processo que resultou na retirada da "missão canônica" (autorização eclesial para ensinar) de Kung. Em 1964, participou da fundação da revista internacional de Teologia "Concilium" (de cujo conselho de redação participam Kung, Leonardo Boff e Edward Schillebeeckx), fundando, oito anos depois, com Hans Urs von Balthasar, a revista teológica conservadora "Communio" que, no Brasil, é publicada na Arquidiocese do Rio de Janeiro. Seu livro mais

conhecido é "Introdução ao Cristianismo", de 1968.

Do episcopado para a Cúria Romana, a carreira eclesial de Ratzinger foi rápida: nomeado arcebispo de Munique e Freising, por Paulo 6º, em março de 1977, foi escolhido para o cardinalato em junho do mesmo ano. Três anos depois de eleito Papa, João Paulo 2º o nomeou Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé.

As idéias de Ratzinger

Uma chave para uma leitura crítica dos discursos do Papa é conhecer as idéias de Ratzinger. Uma síntese de seu pensamento teológico, político e social encontra-se na longa entrevista que concedeu a Vittorio Messori, da revista italiana "Jesus", durante três dias (quinze a dezoito de agosto de 1984) no Seminário de Bressanone, Itália. O prefeito da Doutrina da Fé revela-se um homem pessimista, consciente de sua missão de enfrentar os novos hereges. Seguem-se algumas de suas opiniões:

Concílio Vaticano 2º: "Os resultados do Concílio parecem cruelmente opostos à expectativa de todos, a começar por João 23 e Paulo 6º. Enquanto se esperava uma renovada

unidade católica, seguiu-se um desacordo que parece ter passado, como dizia Paulo 6º, da autocrítica à autodestruição. Minha impressão é que o desgaste sofrido pela Igreja, nestes últimos vinte anos, deve-se — mais que ao verdadeiro Concílio — ao desencadeamento, dentro da Igreja, de forças latentes agressivas, polémicas, centrífugas, talvez irresponsáveis e, fora, ao impacto de um movimento cultural: a afirmação, no Ocidente, de uma classe média superior, da nova "burguesia do terciário" e de sua ideologia liberal-radical, de forma individualista, racionalista, hedonista".

Demônio: "Apesar das afirmações de certos teólogos superficiais, o diabo é, para a fé cristã, uma presença misteriosa mas real, pessoal, não simbólica, uma realidade poderosa."

Restauração: "Se, por restauração, entende-se uma volta ao passado, isto não é possível. A Igreja vai adiante para realizar a história, com o olhar voltado para o Senhor. Mas se, por restauração, entende-se a busca de um novo equilíbrio, então sim. Ela deve ser feita e já está sendo feita".

Libertação: "Busca-se a libertação na América do Sul, entendendo-a, antes de tudo, em um sentido sócio-econômico, com os riscos de uma interpretação unicamente política da fé... O conceito profundamente bíblico da libertação é exposto ao perigo da influência marxista. No Primeiro Mundo, ocidental, a libertação é, exposta aos perigos de contaminação com a cultura libertária de inspiração liberal-radical. No restante do Terceiro Mundo, é exposta ao perigo de inculturações discutíveis".

O homem da ordem

Bispos e teólogos que conhecem Ratzinger fazem questão de distinguir entre o professor de Teologia que atuou como perito no Vaticano 2º (e que escreveu um livro considerado conciliar "O Novo Povo de Deus") e o funcionário da Cúria romana que comunga de teses neoconservadoras: "Restauração" e "crise" são palavras constantes em seus discursos.

São bastante discutidos, por exemplo, nos meios eclesiais, "os quatro círculos da crise da fé, hoje", segundo Ratzinger: o primeiro refere-se à "crise da fé em Deus, primeira pessoa da Trindade" ("temendo que o Pai possa ofuscar o Filho, certa Teologia tende, hoje, a dissolver-se em Cristologia"); o segundo situa-se na "crise da fé na Igreja como mistério" ("uma Igreja unicamente como organização humana, cujos membros seriam livres para organizá-la a seu bel-prazer, segundo as exigências do momento"); o terceiro é o da "crise na fé no dogma e na ética da Igreja" ("alguns catecismos e muitos catequistas tentam tornar a fé católica humanamente interessante e não a ensinam de modo integral") e o quarto é a "crise de fé na Bíblia, como é ensinada pela Igreja", em que seriam utilizados os "métodos científicos" de leitura e interpretação das Escrituras.

Nas suas diversas entrevistas, Ratzinger revela-se, também, como uma autoridade preocupada com a "excessiva autonomia" das Conferências Episcopais, com um perfil "realista" dos bispos na Igreja (sem muita abertura do mundo, como na época do Vaticano 2º) e com o recurso à terminologia e metodologia de análise marxista para a leitura da realidade da Igreja.

"Do ponto de vista teológico — afirmou o cardeal numa de suas críticas ao livro "Igreja, Carisma e Poder", de Boff — não tem sentido introduzir, na sociedade eclesial, os meios de produção como eixo organizador. Por acaso não possui a Igreja de Cristo uma organização original própria, independente dos meios de produção?... A Igreja de Cristo deve ser edificada na pureza da fé, mas esta pureza exige que a Igreja se liberte não somente dos inimigos do passado, mas sobretudo dos atuais, como, por exemplo, de um certo socialismo utópico que não pode ser identificado com o Evangelho".

Caso Boff é "questão interna", diz Núncio

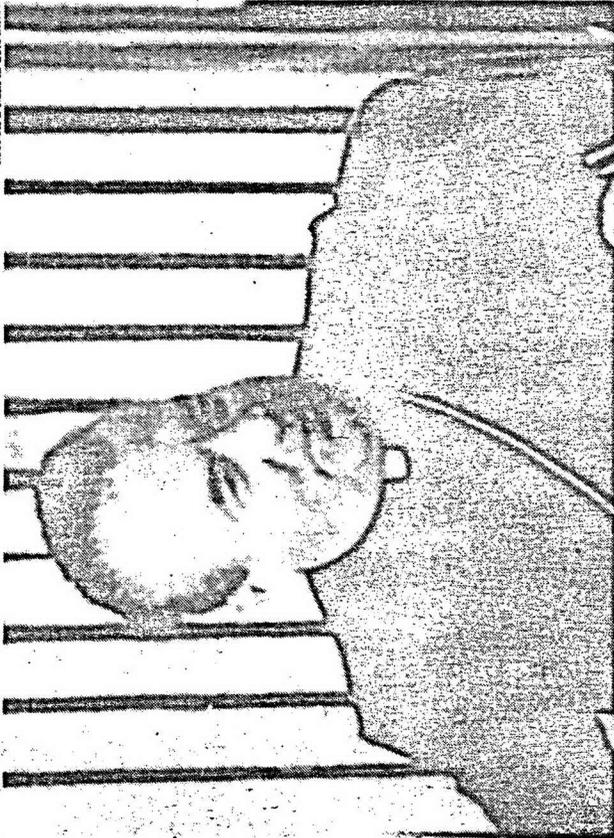
Da Reportagem Local

O Núncio Apostólico no Brasil, d. Carlo Furno, disse anteontem em seu gabinete ao deputado federal Flávio Bierrenbach (PMDB/SP) que o caso do frei Leonardo Boff, punido ao silêncio "por um tempo conveniente" pelo Vaticano, "é uma questão interna da Igreja e não tem nada a ver com política". O deputado entregou ao Núncio um documento assinado por parlamentares de vários partidos — inclusive pelos senadores Severo Gomes e Fernando Henrique Cardoso (PMDB/SP), além do presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães —, afirmando que entendem a punição a Boff "como uma pressão para que a Igreja no Brasil restrinja sua atuação e sua reflexão frente ao drama social vivido em nosso continente".

Recusa

O Núncio Apostólico viajou ontem para o Vaticano, em viagem de rotina à Cúria Romana, não se sabendo se levou a grande quantidade de cartas e telegramas enviados, de várias regiões do País, em protesto contra a punição ao teólogo franciscano. Segundo informou ontem em São Paulo o deputado Flávio Bierrenbach, a Nunciatura recusou uma audiência de d. Carlo Furno ao deputado federal Eduardo Matarazzo Suplicy (PT/SP), que anunciou previamente à imprensa que iria tratar do caso Boff.

Moreira Martins-21. Jan. 85



Representante do Vaticano, d. Carlo Furno, recusou-se a comentar o caso Boff

Na audiência a Bierrenbach, o Núncio foi explícito ao afirmar que "o problema de Leonardo Boff é de doutrina, e o frade, como franciscano, fez voto de obediência, tendo, por isso mesmo, de obedecer ao Papa", e que "a questão não é de política, mas de foro interno da Igreja". Bierrenbach respondeu que não estava ali "apenas como político, mas também como católico e membro da Igreja". O Núncio encerrou o diálogo dizendo

"Repressão"

Em São Paulo, treze entidades divulgaram, ontem, na Câmara Municipal, uma "moção de solidariedade" aos irmãos Clodovis e Leonardo

Boff, "diante das medidas repressivas que vêm sofrendo por parte de setores reacionários e obscurantistas da Cúria Romana". Segundo as entidades, a punição a Boff é uma "repetição dos métodos inquisitoriais de triste memória na história da humanidade". Eles condenam, também, "a repressão movida pelo cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, d. Eugênio Salles, contra Clodovis Boff, afastando-o do exercício do magistério na PUC — Pontifícia Universidade Católica — e perseguindo-o, sob todas as formas", e se solidarizam com entidades da sociedade civil do Rio de Janeiro que promoverão ato público em apoio aos irmãos Boff, na próxima terça-feira, às 19h, no Instituto Metodista Bennett, no Flamengo.

Assinam a moção o Diretório do PMDB da Penha, DCE da Universidade de Mogi das Cruzes, Pastoral Operária de São Bernardo do Campo, Cristãos pelos Direitos Humanos na América Latina, Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Central e Caribe, Centro Frei Tito de Alencar, Cadernos do Terceiro Mundo, Centro de Educação Popular Treze de Maio, DCE da UNESP, Associação Brasileiro-Chilena de Amizade, jornal "Voz da Unidade", Pastoral Operária de São Paulo, Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa e Centro de Educação Popular Sedes Sapientiae.

FSP Domingo, 19 de maio 1985

Ordem estuda processo contra d. Eugênio

Da Reportagem Local

O cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, d. Eugênio Salles, 65, poderá ser processado junto ao Vaticano por abuso de poder, numa iniciativa da Ordem dos Servos de Maria, com sede em Roma e a que pertence o teólogo Clodovis Boff, 41, irmão de Leonardo Boff. O superior geral da Ordem, o padre canadense Michel Saneer, está investigando a cassação da missão canônica (autorização eclesiástica para ensinar) de Clodovis Boff na PUC/RJ, no ano passado: se for constatado que o afastamento do teólogo foi feito com base em "um processo de intenções" e não de acordo com o documento pontifício "Sapientia Christiana" (que regulamenta o ensino em instituições católicas) poderá ser instaurado um processo contra d. Eugênio Salles "por abuso de poder".

No Rio de Janeiro, o secretário da Comissão Arquidiocesana para a Doutrina da Fé (a única existente no Brasil a nível das dioceses), padre Fernando Guimarães, 39, redentorista, não quis fazer ontem quaisquer comentários sobre o assunto, dizendo que "a Comissão não vai manifestar-se porque se trata de um assunto interno, a ser resolvido internamente". Esta Comissão divulgará proximamente, na "Revista do Clero" da Arquidiocese fluminense, um documento de catorze páginas acusando Clodovis Boff de "reduzir a transcendência da Revelação cristã ao imane ou terrestre; reduzir o divino ao humano, através do secularismo que é uma forma de ateísmo e de considerar os sacramentos e a própria Igreja como formas acidentais que enriquecem o comportamento do cristão mas nada de novo lhe acrescentam".

Afastamento sumário

Doutorado na universidade belga de Lovaina, em 1978, com tese sobre "Teologia e Prática", Clodovis é autor, entre outros livros, de "Comunidade eclesial/Comunidade política", "Da libertação" e "Como trabalhar com o povo". Ensinava, desde 1978, na PUC/RJ, as disciplinas "Método teológico", "Introdução aos

Sacramentos", "Eclesiologia" e "Questões especiais de Eclesiologia", para a pós-graduação. A primeira tentativa para afastá-lo ocorreu em abril de 1983, quando o bispo auxiliar d. Karl Josef Romer pediu o seu afastamento sumário.

Diante do argumento que agora retorna (falta de processo com base na "Sapientia Christiana"), o cardeal recuou. Antes, ele já proibira duas vezes o teólogo de fazer conferências no Rio. Em maio de 1983, contudo, Clodovis foi avisado por d. Eugênio que a partir do segundo semestre não poderia mais dar aulas, sob alegação de "não conformidade doutrinal e pastoral da teologia dele com a linha da Arquidiocese" e destacando que "nesse nível, não admitia a possibilidade um pluralismo legítimo". No mesmo período, d. Eugênio afastou outro professor da PUC, o franciscano Antônio Moser, especialista em Teologia Moral.

Sem defesa

Em fevereiro do ano passado, d. Eugênio escreveu a Clodovis, confirmando o seu afastamento "por

razões de ordem pastoral". Em 5 de abril, o teólogo respondeu, acatando a ordem, mas afirmando que "o procedimento da cassação não obedeceu ao espírito do Vaticano 2º (diálogo), às determinações referentes à "Sapientia Christiana" (processo) e, para dizer tudo, às indicações do próprio Evangelho que, antes de fechar qualquer questão, manda conversar com o irmão que se crê no erro." Noutra carta, dias depois, o teólogo queixou-se a d. Romer que foi punido sem direito de explicação, defesa e reconsideração.

Para Clodovis, as pressões contra ele incorrem em "três equívocos: 1. discutem os escritos teológicos quando o que se questiona é o ensino oral na Universidade; 2. Confundem a doutrina da fé e as diferentes elaborações teológicas da mesma; 3. Fazem mais um processo de intenção que de fatos".

Dossiê

Chamado a Roma para ensinar no Colegio Marianum, de sua congregação, no início deste ano, Clodovis não pôde continuar lecionando, depois que seu superior foi chamado pelo cardeal William Baum, prefeito da Sagrada Congregação para a Educação Católica, que informou sobre a cassação que o teólogo sofrera no Rio. A Ordem dos Servitas pediu então que o processo fosse formalizado e o Vaticano requisitou todo o dossiê à Arquidiocese do Rio. Diante de uma cassação branca (sem processo), os Servitas decidiram regularizar a situação que impede Clodovis de dar aulas no Rio, em São Paulo e em Roma.

Segundo um dos documentos de d. Karl Romer, "a inexistência de um processo se deve ao desejo de não prejudicar, no caso de frei Clodovis, a ele e a outrem, já que um processo daquela natureza implicaria necessariamente em intervenção da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, com previsíveis consequências". Quanto ao frei Antônio Moser, segundo o documento, d. Eugênio "resolveu assumir pessoalmente a responsabilidade de retirar-lhe a missão canônica. Isto foi seu dever e corresponde ao regimento da Faculdade de Teologia da PUC".

CEBs elaboram carta de apoio a Leonardo Boff

Da Reportagem Local

Uma carta de solidariedade ao teólogo Leonardo Boff, recentemente punido pelo Vaticano, será enviada pelos representantes das equipes regionais das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), que se reuniram ontem, durante todo o dia, no Colégio São José, na Liberdade. O grupo que elaborou a carta decidiu não divulgá-la antes que seja recebida por Boff. O caso da punição ao teólogo não foi debatido em plenário, apesar de proposta neste sentido feita por alguns animadores, e nem sequer estava incluído na pauta. Da mesma maneira não entrou na pauta da reunião a acusação às CEBs, feita recentemente pelo presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Luiz Eulálio Bueno Vidigal, de que a Igreja e as Comunidades de Base seriam responsáveis pela continuidade da greve dos metalúrgicos do ABC.

O bispo auxiliar da região Sé (centro da Capital), d. Décio Pereira, fez uma referência indireta à acusação de Vidigal, sem citar o nome do empresário, afirmando que "isto é um sinal de que estamos caminhando". Alguns animadores pediram ao bispo maior apoio do episcopado e do clero ao trabalho das CEBs e ênfase à formação de militantes nas bases. O assessor das CEBs na Arquidiocese de São Paulo, Francisco Whitaker Ferreira, manifestou sua preocupação com o tom da notícia a ser feita sobre a reunião, insistindo no "clima tranquilo" reinante no encontro e na ênfase que a imprensa deve dar "às coisas boas e não às coisas ruins na Igreja". Destacou, também, "a absoluta e total confiança dos bispos e padres" no trabalho das CEBs em São Paulo.

As CEBs realizarão seu encontro estadual em São Paulo em novembro deste ano e já preparam o encontro intereclesial de Comunidades de Base, no próximo ano, em Trindade (GO).

Bispo diz que a Igreja de todo o País foi atingida

Da Reportagem Local

"O silêncio imposto a Leonardo Boff não somente faz calar este teólogo, mas também representa uma punição para toda a pastoral da Igreja no Brasil", afirmou ontem o bispo de Itacoatiara (AM), d. Jorge Marskel, canadense e membro da Sociedade de Scarboro para as Missões Estrangeiras. Ele explicou que, ao voltar de Roma, há quinze dias, recebeu "com surpresa e descontentamento a punição de Boff, já que pensava que a questão estava encerrada com a notificação da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé e a nota de resposta divulgada pelo teólogo".

Para o arcebispo de Pouso Alegre (MG), d. José d'Ángelo Neto, 68, "a intervenção da Santa Sé, punindo Boff, é algo natural, uma vez que é da competência da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé advertir os fiéis e, neste caso, sobretudo aqueles que estudam Teologia, para que fiquem atentos às afirmações ou ambiguidades que oferecem perigo para a fé".

"Gostaria que ficasse claro — disse o arcebispo — que o Vaticano advertiu e puniu Boff por causa de sua eclesiologia e não por causa da Teologia da Libertação. O caso atual refere-se ao livro 'Igreja, Carisma e Poder', onde há afirmações teológicas que oferecem perigo para a fé."

FSP- Quarta feira, 22 de maio 1.975

Painel do Leitor

A Sé e os teólogos

“Como católicos não podemos deixar de pedir às autoridades eclesásticas um ato público de desagravo à pessoa augusta do Sumo Pontífice, papa João Paulo 2.º, pelo que estão fazendo na Holanda e no Brasil. Na Holanda, os deboches, as irreverências, as molecagens sacrílegas, feitas por anarquistas, progressistas, punks, homossexuais e outros. No Brasil, a rebelião dos bispos da ala progressista e da ‘teologia da libertação’ à recente e justíssima punição a frei Leonardo Boff. Diz um jornal de São Paulo: ‘Estão sendo preparados, para divulgação nesta semana, manifestações sobre este caso (Boff) por parte de entidades da sociedade civil e das várias pastorais da Igreja, no Rio e em São Paulo’.

“Por tudo isto, orquestrado evidentemente pelos inimigos (de dentro e de fora) da Igreja e do Papa, e diante de um povo católico chocado com o que vê na televisão e lê nos jornais, pedimos um ato público de desagravo ao Santo Padre.”

Paulo Rodrigues (Rio de Janeiro, RJ).

★

“A Folha (8/5) publica um apelo de alguns teólogos de São Paulo que, sob alegação hipócrita de poderem sofrer perseguição, acobertam-se, no anonimato, para que os leigos se pronunciem e tomem posição, face ao silêncio imposto ao vaidoso e indisciplinado Leonardo Boff.

“É de estranhar o inusitado apelo, pois nunca esses donos da verdade deram ouvidos à experiência dos leigos. Ouvem, sim, como o fez Leonardo Boff, com sentido crítico, para promover-se à custa da miséria dos pobres, para vender seus livros disseminadores da cizânia, como tira proveito dos artigos na Folha, pelos quais é remunerado, conforme reivindicava, ostensivamente, em sua carta na edição de 9/5.

“Até o padre Charbonneau, respeitado por sua posição como educador, investe contra quem não aceita as ‘loucuras teológicas’ do frei Boff.

“Mas, quando vemos João Paulo 2.º, legítimo sucessor de Pedro, encarnando o espírito do Evangelho, submeter-se a verdadeiros vexames, na velha Holanda, em busca das ovelhas desgarradas, convencido de que ‘haverá maior júbilo no céu por um só pecador que faça penitência, do que por 99 justos que não precisam de penitência’ (Lucas, 15,7), podemos ter fé e confiança.”

“Está na hora do colegiado dos bispos (CNBB) exercer o seu papel de aglutinação, de modo a restabelecer a disciplina no seio da Igreja entre nós e a fidelidade à Sé Apostólica.”

Ary de Christan (Curitiba, PR).

★

“Quem não estiver satisfeito com a punição ao frei Leonardo Boff, saia da Igreja’. A frase de d. Eugênio Salles, publicada nos jornais do dia 15/5, agride pelo autoritarismo.”

Clayton Netz/Octávio Costa (São Paulo, SP).

FSP - Quarta-feira, 22 de maio 1985

Mais de mil pessoas participam do ato de desagravo aos irmãos Boff

Da Sucursal do Rio
e da Reportagem Local

Mais de mil pessoas superlotaram na noite de ontem o auditório das Faculdades Bennett para um ato de solidariedade aos teólogos Leonardo e Clodovis Boff — o primeiro condenado a um período de silêncio pelo Vaticano, e o segundo impedido de dar aulas no Colégio Marianum, de Roma.

O ato foi apresentado pelo jornalista Roberto D'Ávila e contou com a preseça de dezenas de entidades e personalidades. O único padre católico presente ao ato de solidariedade foi João Daneil de Castro, um dos cinco sacerdotes afastados de suas paróquias por d. Eugênio Salles, arcebispo do Rio de Janeiro, no ano passado. "O Concílio Vaticano 2º prega o direito à liberdade de investigação, pensamento e expressão", disse o padre.

Tribunais

O presidente do Conselho Nacional de Leigos, Pedro Gonçalves, leu um trecho de São Mateus, onde Cristo diz a seus seguidores para terem cuidado com os homens, "pois estes os entregarão aos tribunais". Também falaram no ato o representante da SPBC — Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência —, Enio Gandotti, que leu a "Abjuração de Galileu", o psicanalista Hélio Pellegrino e Márcia Miranda, secretária

de Leonardo Boff, que leu um texto de Clodovis Boff, além da cantora Zezé Mota, que cantou a música "Senhora Liberdade".

Mas a grande emoção do ato de solidariedade aos teólogos foi o minuto de silêncio. Depois dele, Waldo César, sociólogo católico, afirmou: "O silêncio também pode ser símbolo de solidariedade e protesto".

"Apelo ao cisma"

"É inacreditável que um cardeal como d. Eugênio Salles faça um apelo público ao cisma na Igreja, num momento de tanta dificuldade", afirmou ontem o metalúrgico Waldemar Rossi, 43, da Executiva Nacional da Pastoral Operária, comentando entrevista do cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, d. Eugênio Salles, à Televisão Educativa carioca, dia catorze passado, em que disse que "quem não estiver satisfeito, deixe a Igreja". D. Eugênio viajou ontem para Roma, onde participará da cerimônia de imposição do chapéu aos novos cardeais, recentemente nomeados por João Paulo 2º.

Permanecer e lutar

Para o ex-procurador Hélio Bicudo, coordenador do Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo, "comentar o caso Boff não significa deixar de amar a Igreja". Enfatizou que "os verdadeiros católicos devem permanecer na

Igreja para lutar para que ela se modernize".

Na opinião do jurista Fábio Konder Comparato, 48, integrante da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, d. Eugênio "tem uma visão puramente jurídica e temporal da Igreja. A Igreja, como corpo místico de Cristo, é a comunidade de todos aqueles que vivem no amor, sejam eles batizados ou não."

"Punição inevitável"

"A punição, pela situação e conjuntura que o comportamento de Leonardo Boff criou, era inevitável. A sua aplicação foi justa e necessária. Diria que até mesmo chegou tarde". A afirmação é do bispo auxiliar da Arquidiocese de Salvador, primaz do Brasil, frei Boaventura Kloppenburg, 65, que criticou o comportamento de todos os que reiteraram apoio ao teólogo condenado pelo Vaticano, porque isto "significa repúdio à posição da Santa Sé".

O arcebispo de Aracaju (SE), d. Luciano Cabral Duarte, em artigo publicado na revista "Veja" desta semana, pediu aos bispos que assinaram nota em apoio a Boff que "lembrem-se de seu juramento de fidelidade a Pedro e se retratem de público, como pública foi a manifestação de rebeldia de vocês. Atitudes como a que vocês tomaram no caso Boff podem desencadear desastrosas consequências na Igreja do Brasil".

Gutiérrez cancela palestra em São Paulo

Da Reportagem Local

O teólogo peruano Gustavo Gutiérrez, considerado o "pai" da Teologia da Libertação, cancelou sua viagem a São Paulo, que estava prevista para amanhã. Ele faria palestra, dia 23 próximo, no curso piloto para agentes da Pastoral Indigenista que o Cimi (Conselho Missionário Indigenista) está promovendo, no Seminário da Consolata, em São Paulo. Em contato telefônico com os organizadores do curso, Gutiérrez não explicou os motivos do cancelamento, mas alguns teólogos seus amigos disseram, ontem, que a punição do Vaticano ao franciscano Leonardo Boff pesou na decisão do sacerdote peruano de não vir, agora, ao Brasil.

Desde que foi submetido, no segundo semestre do ano passado, a um longo "colóquio" com o cardeal Joseph Ratzinger, no Vaticano, Gutiérrez tem limitado seus contatos — já pouco frequentes — com a imprensa.

Ao voltar do Vaticano, depois do interrogatório, em setembro, evitou os jornalistas em Viracopos: ele assumira um pacto com os bispos peruanos de que só daria entrevistas depois que o episcopado do Peru divulgasse documento sobre sua reflexão teológica, questionada pela Cúria Romana. Antes e durante a recente visita do Papa ao Peru, manteve o mesmo silêncio. Tudo indica, agora, que continuará ainda

mais calado, depois que seu amigo e colega Boff foi punido, em segredo.

Represálias

De modo geral, os teólogos ligados, direta ou indiretamente, à Teologia da Libertação, estão silenciosos, temendo represálias do Vaticano. A CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — não se pronunciou, até agora, sobre a punição a Boff, e esta atitude também é seguida pela grande maioria dos bispos. Esta estratégia do silêncio envolve tanto conservadores quanto progressistas, não faltando bispos e padres que acusam a imprensa como responsável por toda a polêmica em torno do caso.

FSP- Quinta-feira 23 de maio 1.985

Pastorais e CEBs pedem extinção da pena de Boff

Da Reportagem Local

Um pedido ao papa João Paulo 2º para que seja "revisada e retirada" a punição "ao silêncio obsequioso por um tempo conveniente", imposta pelo Vaticano ao teólogo Leonardo Boff, foi encaminhada ontem a Roma, pelas Pastorais Operária, do Menor, da Juventude e Vocacional, além da Comissão Regional de CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), Comissão de Direitos Humanos e dos Marginalizados e Comissão Regional

de Catequese, da região episcopal Lapa, em São Paulo.

A carta foi também enviada ao presidente da CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil —, d.Ivo Lorscheiter, e às principais autoridades do Vaticano, inclusive os cardeais Joseph Ratzinger e Agostinho Casaroli, Secretário de Estado.

Em Santos, os padres da Baixada Santista prepararam documento de apoio a Boff, mas sua divulgação foi proibida pelo bispo local, d.David Picão.

FSP - Sexta-feira, 24 de maio 1.985

Não-Violência convida Ratzinger a visitar o Brasil

Da Reportagem Local

Um convite ao cardeal Joseph Ratzinger, prefeito da Congregação Vaticana para a Doutrina da Fé, e responsável pela punição ao teólogo Leonardo Boff, para que visite o Brasil e conheça a experiência da Igreja sobretudo nas Comunidades Eclesiais de Base, foi encaminhado ontem ao Vaticano, através de ofício, pelo Serviço Nacional Justiça e Não-Violência. Com sede em São Paulo, esta entidade está ligada, internacionalmente, ao Serviço Paz e Justiça da América Latina, fundado e dirigido, na Argentina, pelo Prêmio Nobel da Paz de 1980, Adolfo Pérez Esquivel.

FSP. Sábado, 25 de maio 1.985

Painel do Leitor

Religião e política

"Alguns católicos analfabetos estão tentando misturar no caso Boff, religião com política. A ignorância é tanta que eles deveriam saber que até em política, quem não concorda com a diretriz do partido muda de partido. Alguns são até expulsos. Eu nunca vi por exemplo um membro do PC do B ficar no partido defendendo idéias contrárias da cúpula."

Ernestina Gomes da Rocha (São Paulo, SP).

★

"Agora que o frei Leonardo Boff foi reduzido ao 'silêncio', outros teólogos (não identificados), temerosos de perseguições semelhantes, afirmam que chegou a hora dos leigos falarem (Folha, 8/5). E vou falar:

"Não saberia avaliar as opiniões de Roma ou de Boff a respeito da teologia da libertação mas estou convencida de que uma discussão aberta seria uma oportunidade para muitas pessoas, católicas ou não, voltarem a participar de debates teológicos, como acontecia nos séculos passados.

"Em segundo lugar, confesso não achar palavras suficientes para repudiar o autoritarismo romano, hoje, cada vez menos disfarçado.

"Em terceiro lugar, não é só na Holanda que o Papa tenta sufocar a independência da Igreja local. Aqui também se manifesta a tendência para nomear bispos conservadores, sem levar em conta os legítimos pedidos do povo (ver Folha, 6 e 7/5). Seria até possível exemplificar...

"Por fim, uma pergunta: este Papa, viaja só para falar, ou também para escutar? Por enquanto, é certo que viajou muito."

Neide Machado (São Paulo, SP).

FSP- Domingo, 26 de maio 1.985

Ratzinger faz elogio a Boff pelo silêncio

O cardeal Joseph Ratzinger, presidente da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, elogiou o comportamento do teólogo brasileiro Leonardo Boff por aceitar a pena de "silêncio por tempo conveniente", imposta pelo Vaticano. Em entrevista ao semanário "Noticiero Latinoamericano" (da Suíça), Ratzinger disse que a postura de Boff como "um homem da Igreja" é "edificante". O cardeal não acredita que a Teologia da Libertação possa provocar cisma na Igreja da América Latina.

Ontem, os bispos do Secretariado Regional Nordeste-1 da CNBB, com sede em Fortaleza (CE), enviaram documento ao presidente José Sarney, criticando "a indústria da seca e das enchentes" e o sistema concentrador da riqueza na região.

Boff mostra que é "homem da Igreja", diz Ratzinger

Das Agências Internacionais

Ao aceitar a pena de "silêncio por tempo conveniente", imposta pelo Vaticano, o teólogo brasileiro Leonardo Boff adota uma postura "edificante" e demonstra ser "um homem da Igreja". A afirmação é do presidente da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, cardeal Joseph Ratzinger, responsável pela punição a Boff, em entrevista publicada pelo "Noticiero Latinoamericano", uma publicação semanal editada em Genebra, Suíça, e distribuída na Europa. Ratzinger também disse que a Teologia da Libertação, da qual Boff é um dos principais representantes, não provocará um cisma na Igreja da América Latina.

"Nessas nações (latino-americanas), existe um profundo sentido católico, muito mais forte que na Europa, que permitirá aos católicos manter a unidade", sustentou o presidente da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé.

Sobre Boff, a quem interrogou em setembro do ano passado, Ratzinger afirmou que ele "dá um grande exemplo a muitos teólogos", ao aceitar a punição do Vaticano —



Banco de Dados

Ratzinger não teme cisma na Igreja

condenada por setores progressistas da Igreja Católica. O comportamento de Boff, segundo o cardeal alemão, demonstra que "a Teologia (da Libertação) se refere à fé e pode caminhar junto com a Igreja, com base na fé comum".

Para Ratzinger, o teólogo brasileiro necessita de tempo para refletir e amadurecer seu pensamento. "Nós não queremos agora matar outra voz dentro da Teologia, mas ajudá-la a alcançar uma presença mais eficaz", concluiu o cardeal.

FSP. Domingo, 26 de maio 1.985

Unam Sanctam

FABIO KONDER COMPARATO

A lamentável solução do caso Boff tem uma importância que supera, de muito, as suas dimensões individuais. Ela atesta a inegável crise que atravessa a organização do catolicismo, como fruto de sua completa desadaptação às exigências do nosso tempo. Mas essa crise não é original, na história da Igreja, nem deve ser tomada como sintoma de decadência. Ao contrário, ela pode representar, como queria o pai da medicina ao cunhar a palavra, o momento privilegiado da evolução da moléstia, em que o observador percebe a natureza do mal e as perspectivas de solução; ou seja, o diagnóstico e o prognóstico.

As decisões e orientações injustas da cúria romana podem ser um escândalo ou pedra de tropeço para o povo cristão, mas não devem impedir o seu avanço. O que importa, antes de tudo, é distinguir entre o objetivo evangélico e o instrumental jurídico utilizado para alcançá-lo. O essencial do cristianismo está na mensagem do Evangelho, especialmente no paradoxo das bemaventuranças (a primeira das quais, aliás, se dirige aos pobres); não está, obviamente, na organização normativa do poder eclesial. A Boa Nova é impercível e sempre atual; enquanto a organização dos que procuram vivê-la varia, de época a época, assumindo, sucessivamente, os traços próprios de cada momento histórico.

É claro que a sacralização das instituições é uma tendência natural de todos os que vivem intensamente a sua religião e, como tal, deve ser compreendida e tolerada até certo ponto. Mas é

inadmissível que a autoridade religiosa se aproveite, dolosamente, dessa tendência natural do povo, a fim de apresentar a organização do poder religioso como verdade pura ou dogma sagrado (isto é, apartado das coisas ordinárias da vida). Dizer, como certos bispos e padres têm dito a respeito do caso Boff, que a Igreja (no sentido do aparelho eclesialístico) foi criada por Jesus e que, portanto, quem está contra ela rejeita o Cristo, é uma grosseira falsificação histórica, além de representar manipulação indevida da boa-fé popular. A Igreja, como comunhão de todos os que vivem no espírito do amor e seguem Jesus através da História, esta sim é uma e santa, como se proclama no Credo latino. Mas a organização jurídica romana que at está não é a única admissível nem goza do privilégio da santidade.

Tomemos, por exemplo, a figura do papa. Uma longa tradição, carregando elementos puros e impuros, nos tem habituado a confundir, no chamado "Santo Padre", a função com o seu titular, a pessoa com o personagem. Ora, a função é eminente, mas a pessoa pode não o ser e, muitas vezes, não é. Por conseguinte, atribuir o poder incontestável da sacralidade ao solitário titular dessa função constitui um erro evidente, cujas consequências podem ser funestas.

Sob o aspecto puramente escritural, não parece lícito extrair da solicitação de Jesus para que Pedro apascentasse o seu rebanho a conclusão de que esse pastor de almas deve ser uma espécie de comandante, ou despota iluminado, e

não simplesmente aquele que preside a grande assembleia dos fiéis. Por acaso, na organização do reino de Deus, teria Jesus destinado somente a um apóstolo do domo do Espírito? Tanto quanto se pode entender do capítulo dois dos "Atos dos Apóstolos", no episódio de Pentecostes o fogo divino transformou todos os discípulos presentes e não apenas Pedro.

Tudo isso deveria ser entendido e meditado pelos que se sentem compreensivelmente magoados com as orientações do papa atual. É preciso muita serenidade e lucidez para entender que o final não está na pessoa de João Paulo 2º, aliás cheia de qualidades morais quando comparada com a dos papas corruptos do século 10 ou do Renascimento. O mal está na aberração de se manter na Igreja Romana, às vésperas do século 21, uma organização de poder monárquico e — o que é muito pior — de monarquia absoluta e sagrada. Pois, nesse tipo de regime, não há como evitar que os preconceitos ideológicos, ou os ressentimentos nacionais do papa se espalhem, sob forma de ordens, a todo o povo católico.

E, na verdade, o que a história do cristianismo ocidental demonstra é que nenhum movimento de renovação foi suscitado pelo papa ou pela Cúria Romana. Ao contrário, Roma foi sempre libertada da corrupção e do abastardamento por movimentos que se originaram na base. Assim foi com a primitiva reforma monástica do século 11, em torno da abadia de Cluny; com a nova reforma monástica dos cisterciens-

ses no século 12, lançada pela figura flamejante de São Bernardo, contemporâneo público do papa Inocêncio 2º e de sua corte; com a criação das grandes ordens mendicantes, por São Francisco e São Domingos, no século 13; com a companhia fundada por Santo Inácio no século 16, oferecendo ao papa o mais poderoso instrumento de renovação católica após a Reforma.

E mais do que provável que a centralização abusiva iniciada com Pio 9º, no século passado, tenha sido a causa dos sucessivos fracassos da Igreja para reencontrar as suas origens populares; primeiro no seio do proletariado urbano dos países industrializados; depois, entre as nações proletárias do mundo inteiro. Pois é aqui, do outro lado da fronteira da riqueza e do poder que se decide o futuro da humanidade.

A resposta do povo cristão aos abusos romanos deve, portanto, ser evangélica e iluminada pelo sentido da História. Se a Igreja de Cristo é, antes de tudo, a dos pobres, não são estes que devem sair de sua casa; são os ricos e poderosos que dela se retiram, pela sua própria condição de vida.

Os militantes cristãos de base e os agentes de pastoral não devem pois se perturbar com as incompreensões vaticanas. Continuem a desenvolver o seu trabalho com serenidade, e devolvam ao papa as palavras que ele dirigiu, injustamente, aos franciscanos: — mais silêncio e menos propaganda!

FABIO KONDER COMPARATO, 49, é jurista, professor titular da Faculdade de Direito da USP e doutor pela Universidade de Paris (França).

Bloch e a teologia da libertação

VAMIREH CHACON

Nem a americanização da Alemanha Ocidental, nem a sovietação da Alemanha Oriental, conseguiu acabar com as Faculdades de Teologia nas próprias universidades estatais da República Federal da Alemanha e República Democrática Alemã. E não se trata de arcaísmo. As novas, que surgiram, passaram a tê-las. Algo um tanto difícil de entender nos países onde o anticlericalismo da Revolução Francesa atingiu o grau de antiteologismo.

É verdade que a Teologia alemã tinha mais tradição, até brilho, que a latina, nisto, como também na Filosofia, mais um eco que criativa. Ao nível da periferia, ainda pior: enquanto a Polônia, nas fronteiras da Alemanha, manteve sua grande Universidade Católica em Lublin, Cuba defronte da Flórida estadunidense e no Caribe crioulo, pouco se incomoda com Filosofia mesmo marxista, quanto mais Teologia. Quem sai aos seus, não degenera...

Reflexões oportunas no centenário de nascimento de Ernst Bloch, simultâneo ao de Gyorgy Lukács, companheiros iniciais, quase gêmeos intelectuais, depois se separando pelos caminhos da vida.

Ambos eram judeus. Lukács de família de banqueiros nobilitados pelos Habsburgos; já Bloch um nome judeu comum. Aquele nascido na Budapeste ainda austro-húngara, este na Ludwigshafen industrial do outro lado da principesca Mannheim às margens do Reno. Ouvi pessoalmente de Gyorgy Lukács, em meados de 1968, recordações quase nostálgicas da sua infância juventude germano-magiar. De Bloch o contrário, respondendo-me que já escrevera, o que tinha de dizer a respeito, nas evocações renanas transcritas na coletânea *Verfremdungen*, título traduzível em algo como se fossem *Estranhamentos*.

Sairam para a Meca intelectual da época, a Universidade de Heidelberg. Ali chegaram à intimidade do fechado círculo de eleitos de Max Weber. Lukács com especial carinho, como se vê na biografia do marido, escrita por Marianne Weber; afinidade eletiva não tão favorável a Bloch, de quem Max Weber desconfiava no seu mais kantismo que hegelianismo, refratário à visão messiânica do jovem renano. Talvez pressentindo o desenvolvimento de uma posição, a blochiana, afim da definida muito depois por Juergen Habermas como sendo a de um Schelling marxista.

Mas Bloch e Lukács, então, no jovem Hegel e não só no jovem Marx, aliás tão aparentados, o seu denominador comum. Daí Lukács e Bloch publicarem no mesmo ano, 1923, livros escritos praticamente a quatro mãos, embora *História e Consciência de Classe* fosse assinado por um e *Espírito da Utopia* por outro. Dadas certas características de cada um, indaguei a ambos de que maneira o tinham feito. Ao que me responderam, em entrevistas diversas e por mim publicadas no Rio de Janeiro, São Paulo e Lisboa de 1968, que as referidas obras brotaram de diálogos frequentes e profundos, apesar das conclusões terminarem seguindo caminhos próprios. As de Ernst Bloch rumando na direção mais de Hegel e seus ancestrais, as de Gyorgy Lukács preferindo a rota de Marx e sucessores. Distanciamento tão crescente que afrouxaria inclusive o relacionamento pessoal entre ambos, por mais que Bloch passasse a enfrentar dificuldades políticas na República Democrática Alemã análogas às de Lukács na Hungria stalinista, sob idênticas acusações de heterodoxia marxista, cada qual ao seu modo. Mas testemunhei, nas entrevistas que fiz com eles em Budapeste e na Universidade de Tuebingen, que ambos se lembravam com prazer daquela fase inicial, aproveitando minhas idas e vindas para trocarem saudações além de apenas amáveis.

Espírito de Utopia, concluído em 1923, iniciado desde 1918, começava a distinguir entre o não-mais e o ainda-vir-a-ser conscientes, tema central do *Princípio Esperança*, extenso tratado sobre a esperança concretizadora porque militante, começando no exílio nos Estados Unidos durante o nazismo, prosseguindo na Alemanha Oriental, terminado na Ocidental, alguns fragmentos editados ao longo da caminhada.

Quando cheguei na Universidade de Muenster, meados de 1967, encontrei ali nada menos que o renomado teólogo jesuíta Karl Rahner e um jovem que o acompanhava passando a emergir da sombra, o também padre porém secular Johann-Baptist Metz. Nossos diálogos foram se encaminhando para o tema Bloch, quase sem o sentirmos.

Rahner e Metz estavam muito preocupados com Bloch. E tinham razão. No ano seguinte, o teólogo protestante Juergen Moltmann refletia a influência religiosa blochiana no

continua

Continuação

livro *Teologia da Esperança*, só até certo ponto uma influência paradoxal, porque o ateísmo de Ernst Bloch é profundamente místico.

É a obra de Moltmann, em 1968, irrompia em meio das rebeliões estudantis abalando o mundo da Universidade da Califórnia à Revolução Cultural chinesa, da República Federal da Alemanha onde foi morto a tiros pela polícia o estudante Benno Ohnesorge durante manifestações contra uma visita do Xá do Irã ao maio parisiense, à Primavera de Praga e às manifestações brasileiras de ruas no contexto que levaria à decretação do Ato Institucional n.º 5, auge do regime autoritário instalado desde 1964. A intensa e crescente participação dos cristãos em grande parte disso tudo, explicava a preocupação de Karl Rahner e Johann Baptist Metz. A filosofia blochiana da esperança, néo-hegeliana e de certo modo pós-marxista ao voltar às origens, pareceu-lhes uma possibilidade de reconciliação dos cristãos consigo mesmo e deles com as novas realidades. Este recurso transparece claramente no livro *Humanização de Deus* (Uma Introdução ao Pensamento Teológico de Hegel como Prolegômeno a uma Cristologia Futura), logo em 1970, de autoria de Hans Kueng, outro sacerdote incorporado ao grupo, que cita extensamente Ernst Bloch em favor dessas teses.

É que Bloch apresenta a filosofia da esperança enquanto uma meta-religião, nas suas próprias palavras: "Não um mito estático e apologético, por isso messianismo como força explosiva". Visão entusiasmando ainda o dominicano Edward Schillebeeckx, um dos principais conselheiros teológicos do episcopado holandês no Concílio Ecumênico, dando em breve muito o que polemizar, assessor e assessorados. Schillebeeckx, editor da série "Concilium" pela Imprensa Paulina, aderiria publicamente, no volume 41, aos fundamentos moltmannianos. No que foi seguido por outros tantos.

Era toda uma corrente buscando reencarnar historicamente a escatologia, não só à luz do néo-hegelianismo pós-marxistizado de Ernst Bloch. Tentavam remontar às origens também católicas do quiliasmo em Mestre Eckhart, tão irradiante de confiança no futuro quanto o anabatista Thomas Muenzer.

A estratificação das sociedades da Europa e América do Norte e sua

proximidade de controle pela Santa Sé, evitaram, até agora, um alastramento maior da teologia da esperança transformada ali em teologia da libertação, teoria e práxis de um mesmo processo. Esta viria mais que a vicejar, mesmo a crepitar em labaredas de ação, não só de ardor, Terceiro Mundo católico afora. Encontrando sua máxima expressão nada menos que no Brasil. Após a chamada Teoria da Dependência, elaborada por círculos néo-marxistas paulistanos, passou a ser a Teologia da Libertação a seguinte formulação terceiro-mundista defensiva-reivindicadora. Analisada, aqui, mesmo em função do ativismo de dom Helder Câmara, em mais um mutação desde seu início pelo integralismo, que do pensamento de frei Leonardo Boff ora no centro de todo um debate internacional.

Boff apresenta confessa vinculação à teologia da esperança; também pretende um retorno às raízes do Mestre Eckhart como se vê na sua introdução e tradução de *A Mística de Ser e Não Ter* deste dominicano medieval. Com 28 proposições condenadas pelo papa João 22 no século 12, em meio às disputas entre dominicanos e franciscanos evocadas romanesicamente por Umberto Eco em *O Nome da Rosa*, outro sinal da saudade que o Ocidente vem tendo de si mesmo, ao procurar revalorizações de algumas das suas melhores raízes, desgraçadamente obscurecidas pelas ondas avassaladoras positivistas do pragmatismo estadunidense e do marxismo vulgar ainda por cima estatizado dogmaticamente.

Leonardo Boff também se insere na linha franciscana influenciada no século 12 pelo quiliasmo de Gioachino da Fiore, reconhecido tanto por um culturalista como Karl Loewith, quanto pelo teólogo da esperança Juergen Moltmann, como outra fonte da torrente. Terceiro Reino fioreano do Espírito reivindicado pelo Terceiro Mundo numa nova sociedade do ser mais que do ter...

Os conflitos, desde Fiore e Eckhart com a autoridade pontifícia, prenunciavam e explicam grande parte das condenações vaticanas à Teologia da Libertação. Carisma e organização tendem a desentender-se, já o mostrou Max Weber.

Novak apresenta e debate a sua "Teologia da Criação"

Da Reportagem Local

O filósofo e teólogo norte-americano Michael Novak, 52, debateu ontem à noite, no consulado norte-americano em São Paulo, a "Teologia da Criação na América Latina". O debate deveria ter sido realizado na PUC/SP mas, segundo o diretor Serviço de Divulgação de Relações Culturais dos Estados Unidos, Carl Howard, foi transferido para o consulado devido à possibilidade da repetição dos acontecimentos de anteontem à noite, no auditório da Folha, quando Novak foi interrompido várias vezes por manifestantes ao fazer sua palestra.

O tema "Teologia da Criação na América Latina" foi debatido, com Novak, pelos juristas Dalmo de Abreu Dallari, Hélio Bicudo e José Queirós, economista Paul Singer, sociólogos Cândido Procópio Ferreira de Camargo e José Oscar Beozzo, e pelo teólogo Júlio de Santa Ana. Em sua palestra, Novak afirmou que "o sonho de uma economia política libertadora, criativa e inventiva, é agora universal". Destacou que a América Latina é um continente

privilegiado e que as nações latino-americanas devem exercer seu "poder de criatividade" para conseguir o desenvolvimento. Enfatizou que "toda sociedade que estimula o espírito criativo de todos os seus cidadãos, especialmente dos mais pobres, torna-se forte".

Teologia da Libertação

Durante entrevista coletiva ontem, às 11h, no Maksoud Plaza, Novak fez elogios e críticas à Teologia da Libertação. Confessou sua "admiração por uma Teologia que concentra sua atenção nos pobres e representa um grande progresso desde o Concílio Vaticano 2º", mas criticou essa corrente ao afirmar que "os pobres não precisam de palavras ou de slogans, mas de um ativismo econômico que possa ajudá-los a sair da pobreza". Elogiou o teólogo Leonardo Boff "por ter respondido ao Vaticano que utilizará o silêncio de modo criativo e para uma maior reflexão", e observou que "a reação de Boff é um modelo tanto de lealdade para com a Igreja quanto de seu compromisso com uma reflexão pessoal honesta".

Na Folha, a defesa do sistema capitalista

Da Reportagem Local

Em duas horas de conferência sobre "Justiça Social e Liberdade no Desenvolvimento Econômico", anteontem à noite no auditório da Folha, o filósofo e teólogo norte-americano Michael Novak, 52, defendeu o capitalismo "como a encarnação da presença de Deus no mundo" e enfrentou um auditório de cerca de duzentas pessoas que o interromperam constantemente com protestos contra a política externa do governo Reagan na América Latina e, especificamente, na Nicarágua e em El Salvador. Embaraçado com as manifestações, Novak perguntou, no início da palestra, "se o Brasil está entrando em um regime democrático" e criticou "o modo pejorativo como o capitalismo é tratado pelos muitos tradicionalistas que há entre os anticapitalistas, inclusive pelos membros do clero".

Os manifestantes (membros de comissões de direitos humanos, pastores da Igreja, evangélicos e de comitês latino-americanos) ocuparam todos os lugares do auditório. Começaram cantando o Hino Nacional brasileiro e o hino da Frente Sandinista da Nicarágua. Trouxeram

muitos cartazes e faixas que condenavam a intervenção dos Estados Unidos na América Central e a campanha contra a Teologia da Libertação. A criação de um "Comitê em Defesa da Teologia da Libertação", formado exclusivamente por leigos, foi anunciada antes da conferência.

"Ilusão burguesa"

Em sua conferência, Novak afirmou que "os dois principais desejos no mundo de hoje são a libertação da tirania e a libertação da miséria" e que, na América Latina, 90% da população "vivem em regimes democráticos". Destacou que "um regime verdadeiramente democrático só pode ser alcançado com eleições, partidos políticos, separação de poderes, júri popular, habeas corpus, além da separação entre o sistema político, a Igreja, universidades, imprensa, associações profissionais e outras entidades da sociedade civil".

Segundo Novak, "a esquerda às vezes diz que a democracia é uma ilusão burguesa mas, mesmo entre os marxistas, esta opinião desapareceu, diante do jogo das tiranias e das ditaduras".

FSP. Quinta feira, 30 de maio 1.985

Painel do Leitor

Pensando sobre Boff

"O problema que Leonardo Boff criou é o seguinte: no seu livro 'Igreja, Carisma e Poder' cometeu vários erros doutrinários e a Santa Sé apontou quatro. Há quem diga que não cometeu nenhum, mas somente algumas inexatidões.

"Quem pode julgar? Os bispos, os teólogos, o povo em geral? Ouvi falar que se estão organizando abaixo-assinados para pedir a suspensão da pena. Os que assinaram já leram o livro para poder emitir sua opinião? Têm conhecimento suficiente para poder julgar? Daí se vê o absurdo de tais abaixo-assinados. Quem está afundando procura as soluções mais absurdas possíveis. Quem condenou o livro foi a Santa Sé, por meio de peritos altamente qualificados, encabeçados pelo cardeal Ratzinger. O resultado foi apresentado ao Papa que o aprovou. A luta é fadada a fracassar, mas não ficará sem consequências desastrosas para a fé do povo católico. Os responsáveis pensaram nisso? Querem transformar o Brasil numa nova Holanda?"

Pe. Luis Ilc (São Paulo, SP)

FSP. Quinta-feira, 30 de maio 1.985

Novak quer o Brasil no capitalismo democrático

Da Sucursal do Rio

O próximo desafio brasileiro será desenvolver "o capitalismo democrático", sistema que existe hoje em menos de trinta países em todo o mundo. É o que afirma o teólogo norte-americano Michael Novak, 52, que dirige, por nomeação do presidente dos EUA, Ronald Reagan, as rádios do governo "Europa Livre" e "Liberdade", com transmissão para o Leste Europeu. Ele veio ao Brasil para o lançamento em português do seu livro "O Espírito do Capitalismo Democrático", editado nos EUA em 1982, e para uma série de palestras.

Novak considera-se o primeiro escritor que "procura compreender política econômica em sua totalidade". Segundo afirma, sua singularidade foi reconhecer que o capitalismo democrático tornou-se possível pela completa separação entre política, economia e cultura, o que requer um forte sentimento popular por valores religiosos e pela moralidade.

Segundo o teólogo norte-americano, para ingressar no restrito clube dos países capitalistas democráticos o Brasil precisa romper com raízes culturais do Império Romano, que legaram ao País uma economia pré-capitalista em grande parte controlada pelo Estado. A diferença histórica entre os Estados Unidos e o Brasil "é em grande parte religiosa". Nos EUA, segundo Novak, predominam valores religiosos que favorecem a criatividade, o que ele considera a principal causa da riqueza das nações. No Brasil, afirma, a religião sempre induziu à "resignação, imitação e reconciliação através da fé." O estrangulamento para a liberação das forças produtivas no Brasil, portanto, é de natureza cultural, em sua opinião.

Novak postula a Teologia da Cria-

ção, que o Brasil, diz, deve seguir. Os princípios dessa sua teologia estão fundamentados na criatividade associativa que considera uma benção divina. A Teologia da Criação, que, em sua opinião, pode libertar um país da "tirania e da pobreza", tem três princípios básicos que são o reconhecimento do pecado, da criação e da comunidade.

No pensamento do teólogo, a noção do pecado, ao ser corretamente disseminada, ensina ao cidadão não confiar em ninguém com o poder de tirania ou de torturar. No caso do Brasil, "a grande lição é não dar a qualquer líder muito poder, porque todos nós somos pecadores e o poder acabará sendo usado erroneamente". A noção da criação, afirma Novak, é um princípio dinâmico, que questiona como a riqueza é criada. Sua resposta nega que ele seja criada pela força de trabalho ou por recursos naturais. Ele a atribui ao dom do intelecto do ser humano. Novak enfatiza que "a essência do capitalismo está na liberação da criatividade inventiva".

O Brasil, diz, precisa "multiplicar o número de homens livres, dotados dessa capacidade". A erradicação da pobreza, afirma, requer iniciativas empresariais que surjam de suas menores comunidades, ao invés de imitar padrões de economias que já se desenvolveram.

O terceiro elemento da Teologia de Novak é a comunidade. Ao contrário da idéia estereotipada, ele afirma que o povo americano, além de ser o mais religioso de todo o mundo, nunca foi individualista. O americano, afirma, é o povo que mais desenvolve o espírito comunitário e gregário. Para ele, os sentimentos de associação voluntária e incentivo social à criatividade se constituem no segredo fundamental da prosperidade dos Estados Unidos.

FSP. 31 de maio 1985
SEXTA feira

CNBB pede união em nota sobre Boff

A CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — emitiu nota oficial explicando sua posição a respeito da punição do teólogo Leonardo Boff, condenado pelo Vaticano a manter-se em silêncio “por um tempo conveniente”. Num tom conciliatório, a CNBB diz que a “comunhão eclesial impõe, por vezes, renúncias dolorosas, mas profundamente fecundas”, e faz um apelo à união, pedindo aos fiéis que “não se deixem levar pelo espírito de divisão”.

Os bispos dizem que o Papa tem a “difícil mas necessária tarefa de intervir no campo da fé cristã”, mas indiretamente criticam a pu-

nição ao citar o novo Código de Direito Canônico, que afirma que os fiéis “têm o direito e, às vezes, até o dever” de manifestar a seus pastores a própria opinião sobre o que acham benéfico para a Igreja, além de poderem externar sua opinião também aos outros fiéis.

Em Roma, o cardeal Joseph

Ratzinger, prefeito da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, afirmou que o “silêncio obscuro” imposto a frei Boff não deve ser considerado como uma punição. “Em vez de falar de um ano de silêncio, eu falaria de um ano sabático concedido a Boff” declarou o cardeal.

Painel do Leitor

Contra Boff

“Neste momento em que esquerdistas ‘católicos’ se revoltam contra Roma devido à justa e misericordiosa punição de frei Leonardo Boff, teólogo cujas idéias igualitárias e marxistas ameaçam a fé e a vida das almas, vimos manifestar nosso apoio à Sé de Pedro e nosso mais veemente repúdio aos que, defendendo o pseudo-direito de expressão do erro, querem ao mesmo tempo silenciar a voz de Pedro, que de Cristo recebeu o poder de atar e desatar.”

Orlando Fedeli e mais cinquenta assinaturas (São Paulo, SP)

FSP Sexta-feira, 31 de maio 1985

Em nota oficial sobre caso Boff, CNBB lembra direito à opinião

Da Sucursal de Brasília

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB — divulgou ontem uma nota a propósito da lei do silêncio a que foi condenado o frei Leonardo Boff, onde reconhece no Papa “a difícil, mas necessária tarefa de intervir no campo da Fé Cristã ou da disciplina eclesiástica” e acata os seus atos e da Cúria Romana. A nota ressalta, entretanto, o direito dos fiéis de “manifestar a própria opinião para o bem da Igreja” e dar “a conhecer essa sua opinião também aos outros fiéis”.

O documento, assinado pela presidência e pela Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB, pretende ser “um convite à reflexão”, no momento em que “a Igreja do Brasil vem vivendo um clima de tensões e interrogações a respeito da atual situação de nosso irmão frei Leonardo Boff”. Assim, a instituição se propõe a “prosseguir no diálogo leal e perseverante com o Santo Padre e os organismos da Cúria Romana”, mas incentiva, na última parte do texto, as comunidades da Pastoral a continuarem, “com serenidade e confiança” o seu trabalho.

Reconhecendo que “a comunhão eclesial impõe, por vezes, renúncias dolorosas, mas profundamente fecundas”, lembra que ela traz exigência de respeito e constante estima a todos e apela para que “ninguém se deixe levar pelo espírito de divisão”.

Ao divulgar a nota, o vice-presidente da CNBB, d. Benedito de Ulhoa Vieira, ressaltou que a manifestação tornou-se oportuna diante do caso Boff, “mas não diz respeito exclusivamente à sua pessoa e não se trata de uma nota defensiva, nem de ataque”. Ele ressaltou três pontos no documento: o acatamento à palavra do Papa e aos seus assessores diretos, mostrando que a Igreja brasileira é solidária ao Papa; a transcrição do direito canônico de emitir opinião dos fiéis leigos, ressaltando a matéria de fé aos pastores; e a constatação de que nossas comunidades estão vivendo absolutamente em paz, independentemente de qualquer questionamento ideológico.

D. Benedito Ulhoa Vieira procurou esclarecer “a confusão lamentável

que fazem os que dizem que o episódio Leonardo Boff atinge a Teologia da Libertação e a pastoral libertadora. Seu livro “Carisma e Poder” não tem nada sobre Teologia da Libertação — prossegue d. Benedito —, e o próprio frei reconhece isso em carta guardada no arquivo da CNBB”.

“Além do mais, a questão do frei Leonardo Boff se refere a um tratado de eclesiologia e a pastoral libertadora trabalha pela conscientização do nosso povo e pelo direito dos cristãos de se unirem e defenderem sua causa. Isso não foi condenado. A teologia é um trabalho intelectual e o nosso trabalho é pastoral, junto do povo”, afirmou.

Na sua opinião, o episódio Leonardo Boff só não está superado “porque as pessoas continuam discutindo o assunto”.

Não houve punição, reafirma Ratzinger

Da Redação da Folha

O cardeal Joseph Ratzinger, prefeito da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, que impôs ao teólogo franciscano Leonardo Boff a pena do “silêncio obsequioso”, declarou em Roma que a ordem não deve ser considerada como uma punição e que “em vez de falar de um ano de silêncio, eu falaria de um ano sabático concedido a Boff”. Ratzinger voltou a elogiar o teólogo brasileiro dizendo que é “um homem verdadeiramente religioso”, mas reiterou que os ensinamentos de Boff sobre a Teologia da Libertação contêm teses “insustentáveis” e “perigosas para a doutrina da fé”.

O cardeal classificou de “muito relativo” o ano de silêncio imposto a Boff, pois “ele pode continuar a lecionar, pode continuar seu trabalho como pregador, mas como teólogo, como escritor e, digamos, também como pensador, ele precisa de tempo para refletir”. Sobre a forma como Boff vem cumprindo a ordem do Vaticano, Ratzinger disse que “parece-me que ele está dando um grande exemplo também para outros teólogos, por ser verdadeiramente um homem de Igreja”.

Inquisição já puniu muitos padres no Brasil

Da Reportagem Local

“Um fenômeno curioso na história do Brasil é o número de membros do clero processados, presos e executados pela Inquisição. Podemos dizer que há, inclusive, uma longa tradição herética entre os padres brasileiros que remonta aos tempos coloniais. Muitos deles foram acusados pelos mais diversos crimes, como críticas aos dogmas, à própria Inquisição e às autoridades da Igreja e pertenciam aos círculos mais esclarecidos da colônia”. A afirmação é da historiadora Anita Novinsky, filósofa e doutora em História pela Universidade de São Paulo, ex-aluna de Sérgio Buarque de Holanda e João Cruz Costa.

Seu arquivo de microfimes sobre a Inquisição no Brasil é o maior já organizado depois do existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Portugal, onde faz pesquisas anuais, desde 1965. Autora de “Cristãos Novos na Bahia” (Editora Perspectiva, 1972) — sua tese de doutorado — ela também publicou “A Inquisição” (Brasiliense, 1982) e “Inquisição: inventário de bens confiscados a cristãos novos” (Imprensa Nacional, Portugal), um volume de documentos manuscritos. Está preparando, agora, um trabalho minucioso sobre quinhentos processos de brasileiros condenados pelo Santo Ofício, entre 1710 e 1735.

Em sua opinião, as punições do Vaticano a teólogos, como Hans Kung, Edward Schillebeeckx e Leonardo Boff, além do processo contra Gustavo Gutiérrez, representam não somente “uma Inquisição sofisticada” (na expressão de Kung) como também uma nova utilização da sacralidade para encobrir práticas obscurantistas. Ela diz que isto também ocorreu com o nazismo: “São conhecidas as afirmações de Hitler e Goering, prometendo a construção de um 3º Reich santo e procurando sacralizar a violência”.

Trinta mil mortos

As primeiras vítimas da Inquisição na Europa Medieval foram os albigenses ou cátaros, no sul da França. Defensores da pobreza na Igreja e contrários ao poder temporal do papado, foram esmagados por ordem do papa Inocêncio 3º (1198-1216) e trinta mil “hereges” foram mortos, somente em 1209. Como símbolo da Inquisição, a história européia registra a figura do dominicano Tomás de Torquemada (1420-1498). Inquisidor geral para toda a Espanha, processou cerca de cem mil pessoas, das quais duas mil foram executadas. Durante o tempo em que o Tribunal funcionou em Portugal e na Espanha, foram condenados 291.450 homens e mulheres e queimados vivos 31.912, segundo o historiador espanhol Juan

Antonio Llorente, ex-secretário do Santo Ofício.

O papa Inocêncio 4º (1243-1254) chegou a oficializar a prática da tortura (pela bula Ad Extirpanda, de 1252). O francês Bernard Gui — autor de um “Manual do Inquisidor” — recomendava as sevícias aos “hereges”, com a frase “Vexatio dat intellectum” (“As torturas abrem o espírito”).

“Tempo de graça”

No Brasil, a Inquisição chega oficialmente em 1591, com o primeiro visitador do Santo Ofício, Heitor Furtado de Mendonça. Ele começou sua atuação em Salvador (BA) e depois em Recife (PE). Na Bahia, concedeu o famoso “tempo de graça”, trinta dias para que os “hereges” se apresentassem espontaneamente. Os processos estudados por Anita Novinsky registram centenas de sobrenomes Antunes, Leão, Lopes Ulhoa, Nunes, Oliveira, Pereira e Azevedo. O Brasil estava sob o domínio da Coroa espanhola de Felipe 2º.

A segunda visitação do Santo Ofício também foi feita à Bahia, tendo, como inquisidor, o bispo d. Marcos Teixeira (de 1618 a 1619). Um auto de inquirição é feito em 1646, com muitos presos e, depois, queimados em Lisboa. A Inquisição estendeu-se, também, à Paraíba, com 48 presos, ao Maranhão e, mais tarde, ao Pará (1763). O “Livro da visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará”, de Amaral Lapa (Vozes, 1978) registra 458 processos contra brancos, índios, negros escravos, mamelucos, cafusos e mulatos.

4 milhões de dólares

Nos arquivos da Curia Metropolitana de São Paulo, consta que personalidades como Alexandre de Gusmão (1722), o inconfidente Cláudio Manoel da Costa (1757) e os irmãos Andrada e Silva (José Bonifácio, Antônio Carlos e Martim Francisco) passaram por esse tipo de investigação. Em termos financeiros, uma pesquisa em andamento do médico-historiador Flávio Mendes, de S. Paulo, orientada por Novinsky, indica que no início do século 18 — e em poucos anos — a Inquisição confiscou, de vinte cristãos novos (em casos documentados) bens correspondentes a cerca de 4 milhões de dólares no câmbio atual. Entre as terras confiscadas, encontra-se, por exemplo, o atual bairro de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro.

“Certezas”

O padre Manoel Lopes de Carvalho estava em Lisboa (1723) quando foi preso pela Inquisição, que não gostara de alguns de alguns de seus escritos. Defendia a volta à Igreja primitiva e uma religião mais pura. Foi queimado aos 42 anos, em 1726, depois de submetido a um auto-de-fé. Diante do tribunal, pronunciou uma frase histórica: “Quando entrei aqui, eu tinha dúvidas. E hoje tenho certezas”. (Dermi Azevedo)

FSP. Terça feira, 4 de Junho de 1.985

Recurso defende Boff

O recurso elaborado pelos juristas Hélio Bicudo e José Queiroz, em nome de trezentos centros e comissões de direitos humanos ligados à Igreja, em todo País, contra a punição imposta pelo Vaticano ao teólogo Leonardo Boff, afirma que a punição fere vários dispositivos do novo Código de Direito Canônico, além de contradizer a política oficial da Igreja sobre os direitos humanos. Até o final deste mês, o recurso será entregue em mãos, no Vaticano, ao secretário de Estado, cardeal Casaroli.

Comissão a favor do teólogo

A Comissão Teotônio Vilela para as Prisões e Instituições Totais comunicou ontem ter encaminhado ao cardeal Agostinho Casaroli, secretário de Estado do Vaticano, mensagem afirmando que a "punição imposta pela Congregação de Defesa da Fé (Santo Ofício), de obsequioso silêncio, por prazo indeterminado, ao teólogo católico Leonardo Boff, (...) não atinge apenas o mundo católico, mas o povo em geral, que se vê privado da palavra de um dos mais ilustres defensores dos humildes e oprimidos e que se expressa nas considerações de uma nova visão do mundo". A nota pede a imediata revisão da decisão.

Bispos visitarão Papa

Os bispos das regionais Centro-Oeste e Extremo-Oeste da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil viajarão a Roma na próxima segunda-feira para a visita canônica "ad limina apostolorum" ao papa João Paulo 2°. Esta visita é feita pelos bispos de todo o mundo, de cinco em cinco anos, ao Papa e às congregações da Cúria Romana, para a entrega de relatórios sobre os trabalhos pastorais. Nas entrevistas que manteve com os grupos de bispos que já foram ao seu encontro, desde o início do ano, João Paulo 2° fez seguidas advertências contra a Teologia da Libertação e em favor da unidade da Igreja em torno do poder pontifício.

FSP - Quinta-feira, 5 de Junho 1985

Teologia em Nova York

O "New York Times" de segunda-feira publica em sua página três uma detalhada matéria sobre a Teologia de Libertação.

A foto que ilustra a reportagem é do frei Leonardo Boff.

"Migração e Fome", tema da Igreja para Dia do Migrante

Da Reportagem Local e da Sucursal do Rio

"Migração e Fome" é o tema escolhido pela Igreja Católica para comemorar o Dia do Migrante, a 25 de junho, em todo o País. De acordo com o texto elaborado pelo Serviço Pastoral dos Migrantes, "migração e fome nem sempre coincidem. Nem sempre o migrante é um faminto. No Brasil, há fluxos ou casos de migrações que nada têm a ver com a fome. São os casos de migração espontânea, deslocamentos para trabalho, estudo ou outras oportunidades de vida e de negócio mais favoráveis. Entretanto, infelizmente, esta não é a regra. É antes a exceção. O que vemos acontecer massivamente é a migração forçada, sobretudo no caso dos pobres, tão numerosos".

O Serviço Pastoral dos Migrantes (com sede em São Paulo e regionais em todo o País) diz, depois, que "a primeira e principal medida para

estancar a migração forçada e problemática é a reforma agrária, justa e racional, ampla e urgente, autêntica e corajosa, participada e não paternalista ou de cima para baixo, acompanhada de adequada política agrícola e voltada, prioritariamente, para a alimentação do povo brasileiro".

Elogio a Boff

D. Eugênio Salles, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, disse ontem, ao lançar a 25ª Feira da Providência, que considera "louvável" a obediência do frei Leonardo Boff à punição imposta pelo Vaticano, que o condenou ao silêncio por um período de "tempo conveniente". A punição, imposta a Boff em virtude de suas opiniões sobre a Teologia da Libertação, é considerada justa por d. Eugênio: "Como criatura humana, Boff pode falar, mas como membro da Igreja Católica deve permanecer em silêncio".

FSP - Sábado 1º de Junho 1985

Painel do Leitor

Frei Leonardo Boff

“Como tenho também razoável conhecimento da obra deste teólogo encontrei no livro ‘Igreja, Carisma e Poder’ um trecho em que ele questiona a estrutura de poder da Igreja, que gostaria de ver publicado, caso não haja problemas com os direitos autorais:

“(…) a centralização do poder decisório na Igreja, fruto de um longo processo histórico no qual se cristalizaram formas que talvez encontrassem validade ao tempo de seu surgimento, mas que hoje provocam conflitos com a consciência do direito e da dignidade da pessoa humana que possuímos. (‘Igreja, Carisma e Poder’, pág. 61, Editora Vozes).”

Luiz Henrique Herrmann (Curitiba, PR).

★

“E então, sr. Paulo Evaristo Arns, impoluto paladino dos direitos dos bandidos? Que dizer que sua Igreja, que num processo secreto, sem defesa, impede um homem de manifestar seu pensamento — no caso o frei Leonardo Boff?

“Não concordo com Boff, mas onde está a coerência da Igreja? Ou a liberdade só é favorável quando ela nos favorece? Ou só tem direitos quem está do nosso lado?”

Paulo Rubens Lancia Cony (São José dos Campos, SP).

FSP. Terça-feira, 11 de Junho 1.985

Reunião em Roma discutiu novas punições, diz Clodovis Boff

Da Sucursal do Rio

Frei Clodovis Boff, irmão do teólogo Leonardo Boff, disse ontem à noite no Rio de Janeiro ter sido informado por amigos de que o cardeal arcebispo da cidade, d. Eugênio Salles, esteve reunido há cerca de vinte dias no Colégio Pio Brasileiro em Roma com d. Karl Rommer, bispo auxiliar do Rio, e com d. Estevão Bittencourt, da Ordem dos Beneditinos. O tema da reunião foi, segundo Clodovis, uma possível punição a ele, que é um dos seguidores da Teologia da Libertação, e a d. Mauro Morelli, bispo da cidade de Duque de Caxias, na

baixada fluminense, que escreveu uma carta a d. Agnello Rossi, secretário do Vaticano, repelindo as críticas feitas à Igreja brasileira.

A assessoria de Imprensa de d. Eugênio Salles negou a reunião e afirmou que em sua última viagem à Europa o arcebispo do Rio de Janeiro não esteve com os outros dois bispos. De acordo com a assessoria, d. Estevão e d. Karl Rommer participavam do Congresso anual da Revista *Communio*, na Suíça, e não estiveram no Colégio Pio Brasileiro, onde d. Eugênio se hospeda em suas viagens a Roma.

FSP - Quarta-feira, 12 de Junho de 1.985

D. Eugênio nega ter discutido em Roma punição a Clodovis Boff

Da Sucursal do Rio

D. Eugênio Salles, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, negou ontem que tenha se reunido no Colégio Pio Brasileiro, em Roma, com d. Karl Rommer, bispo-auxiliar da cidade, d. Estevão Bittencourt, da ordem dos beneditinos, e com o teólogo jesuíta José Martinez Terra para estudar uma forma de punir frei Clodovis Boff, irmão do frei Leonardo Boff e d. Mauro Morelli, bispo de Duque de Caxias, na Baixada fluminense. O bispo de Caxias seria punido por ter respondido às críticas feitas à atuação da Igreja brasileira por d. Agnello Rossi, secretário do Vaticano e frei Clodovis Boff por suas declara-

ções favoráveis à Teologia da Libertação.

O cardeal confirmou que esteve com d. Karl Rommer e com o padre Terra mas, segundo ele, os encontros se deram em ocasiões diferentes e não se tratou deste assunto. "D. Rommer é meu auxiliar, por isso estou sempre com ele. Já com padre Terra discuti questões referentes a traduções da Bíblia". D. Eugênio afirmou não ter nenhuma informação sobre uma possível punição a frei Clodovis ou a d. Mauro Morelli.

Na tarde de segunda-feira, a assessoria de Imprensa de d. Eugênio desmentia que o cardeal tivesse se avistado com d. Karl Rommer.